



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CRISTIANE DA SILVA ARAUJO

**A ACESSIBILIDADE NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS:
UMA ANÁLISE TÉCNICA SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO
DA CIDADE DE SÃO FÉLIX – BA.**

CACHOEIRA/BA
2012

CRISTIANE DA SILVA ARAUJO

**A ACESSIBILIDADE NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS:
UMA ANÁLISE TÉCNICA SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO
DA CIDADE DE SÃO FÉLIX – BA.**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para aprovação no Curso de Graduação em Museologia.

Orientador: Profº. Dr. Ricardo José Brügger Cardoso

CACHOEIRA/BA
2012

A658a Araujo, Cristiane da Silva.

A acessibilidade nos equipamentos públicos municipais: uma análise técnica sobre o arquivo público da cidade de São Félix/BA / Cristiane da Silva Araujo. – Cachoeira /BA: UFRB, 2012.

128 p.

Orientador: Ricardo José Brügger Cardoso
Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2012.

1. Acessibilidade. 2. Equipamento cultural I. Cardoso, Ricardo José Brügger. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD 069.17

**A ACESSIBILIDADE NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS:
UMA ANÁLISE TÉCNICA SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO
DA CIDADE DE SÃO FÉLIX – BA**

CRISTIANE DA SILVA ARAUJO

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Ricardo José Brügger Cardoso (orientador)
Professor Adjunto – CAHL/UFRB

Walter da Silva Fraga Filho
Professor Adjunto – CAHL/UFRB

Cristina Ferreira Santos de Souza
Professora Assistente – CAHL/UFRB

CONCEITO FINAL: _____

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por ter sido minha fortaleza durante toda a caminhada.

À minha família, em especial a minha mãe por seu exemplo de honestidade, persistência e amor.

Ao meu irmão gêmeo Cristiano que esteve comigo em todos os momentos desde a gestação, o nascimento, a primeira escola, a faculdade e até os dias de hoje.

Ao meu pai (*in memoriam*) pelos momentos de alegria, e pelas noites de contos de fadas e histórias de terror, que serão lembradas com muito carinho e amor por toda vida.

A todos os professores que contribuíram pra minha formação, e aqueles que me impulsionaram a seguir em frente, quando da perda de meu pai que foi muito dolorosa para mim e que o meu desejo era de desistir, em especial a Professora Rita Dória, o Professor Gabrielli Grossi e a Professora Camila Santiago.

Ao professor Walter Fraga pela gentileza e colaboração nas fontes de pesquisa.

Ao querido professor Ricardo que com seu profissionalismo, atenção e carinho me fizeram ver a importância de estar apaixonado pela profissão ao orientar.

Aos meus colegas de faculdade, João e Ajax, que se tornaram minha equipe de trabalho desde o primeiro semestre.

À Érica, colega e amiga de faculdade, que dividiu comigo momentos de alegria e de dor. Amiga nossa amizade vai durar para sempre!

Ao “pessoal do arquivo”, Sr Oséias Fernando Oliveira de Souza e Írio Santos Ribeiro, que me ajudaram na pesquisa das fontes sobre o arquivo público e foram muito gentis e atenciosos durante todo o trabalho

À prefeitura municipal de São Félix, na pessoa do Prefeito Alex Sandro Aleluia de Brito e de seus funcionários que me cederam alguns materiais sobre a cidade.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização de mais um sonho.

RESUMO

Esta pesquisa aborda o tema da Acessibilidade em Equipamentos Públicos Culturais, a partir de uma análise crítica sobre a reforma e a adaptação realizada na antiga edificação do Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida, na cidade de São Félix - BA. Um dos objetivos deste estudo é atentar para a importância da acessibilidade nos diferentes tipos de equipamentos destinados a atividades educativas e culturais, visando o acesso e a inclusão do público em geral e sem distinção. A questão principal desta pesquisa é observar e analisar se a presente instituição pode ser considerada como um espaço cultural acessível para este visitante especial. Em princípio, pode-se afirmar que o prédio analisado não corresponde plenamente às necessidades deste público específico, previstas em normas e leis vigentes. A metodologia aplicada se constitui em um estudo de caso, por meio de uma avaliação técnica sobre o projeto arquitetônico e o estado atual deste antigo prédio. Como complementação deste trabalho de pesquisa, foi acrescentado um questionário realizado junto a usuários da instituição e transeuntes, em suas diversas funções, localizada na área central desta singela cidade histórica do recôncavo baiano.

Palavras - chave: Acessibilidade; Equipamento Cultural; Cidade de São Félix.

ABSTRACT

This research covers the theme of Accessibility in the Public Culture Equipments, from a critical analysis on the reform and adaptation held in the former building of the Municipal public archive Dr. Julio Ramos de Almeida, São Felix-BA. One of the goals of this study is to look at the importance of accessibility in the different types of equipments for the educational and cultural activities, to access and inclusion of the public in general and without distinction. The main question of this research is to observe and examine whether this institution may be considered as a cultural space accessible to this special visitor. In principle, one can say that the building analyzed does not correspond fully to the needs of this specific audience, provided for in rules and laws. The methodology applied is a case study, through a technical assessment on the architectural design and the current state of this old building. As this research paper, supplementation was a questionnaire carried out along the added users and employees of this institution, in its various functions, located in the central area of this simple and historic town in the interior of Bahia.

Keywords: Accessibility, Cultural Equipment, City of St. Felix.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

AIPPD - Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência.

CID - Classificação Internacional de Doenças.

CEB - Câmara de Educação Básica.

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

CNB - Conselho Nacional de Educação.

FHT - Fundação Histórica Tavera.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICOM - Conselho Internacional de Museus.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

MAM-SP – Museu de Arte de São Paulo.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OMS - Organização Mundial de Saúde.

PEPE - Pinacoteca do Estado de São Paulo.

SEDH - Subsecretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Língua de sinais apresentada por Pablo Bonet.....	21
Figura 2. Língua de Sinais atual	21
Figura 3. Tabela dos símbolos de Barbier	22
Figura 4. Alfabeto Braille utilizado nos dias atuais	23
Figura 5. Dimensões do módulo de referência	45
Figura 6. Área para manobra	46
Figura 7. Áreas de transferência para bacia sanitária	46
Figura 8. Área de aproximação	47
Figura 9. Símbolo internacional de acesso.....	47
Figura 10. Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual	48
Figura 11. Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva	48
Figura 12. Sanitário feminino acessível	49
Figura 13. Sanitário masculino acessível	49
Figura 14. Distâncias no plano horizontal.....	50
Figura 15. Sinalização visual e tátil em portas	50
Figura 16. Sinalização de corrimãos	51
Figura 17. Sinalização visual no piso dos degraus	51
Figura 18. Sinalização tátil de alerta	52
Figura 19. Sinalização tátil direcional	53
Figura 20. Inclinação transversal e largura de rampas	54
Figura 21. Altura dos corrimãos em rampas e escadas	55
Figura 22. Maquete articulada da obra Antropofagia (1929).	79
Figura 23. Programa de acessibilidade do Museu do Futebol	80
Figura 24. Escultura disponível pra toque, Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro	80
Figura 25. Fotos da fachada da Biblioteca Municipal da cidade de São Félix.....	87
Figura 26. Foto da fachada da Biblioteca Municipal da cidade de São Félix.....	87
Figura 27. Foto da fachada do Arquivo Público Municipal da cidade de São Félix .	87
Figura 28. Área do entorno	92
Figura 28.1. Área do entorno	93
Figura 28.2. Sinalização tátil direcional	93
Figura 28.3. Área do entorno.....	93

Figura 28.4. Área do entorno.....	94
Figura 28.5. Área do entorno.....	94
Figura 28.6. Placa de regulamentação de estacionamento em via pública.....	95
Figura 28.7. Área do entorno	96
Figura 28.8. Área do entorno	96
Figura 28.9. Área do entorno	96
Figura 28.9.1. Área do entorno	97
Figura 29. Área frontal do edifício	98
Figura 29.1. Dimensões referenciais para deslocamento de pessoa em pé	98
Figura 29.2. Porta sem puxadores	99
Figura 30. Iluminação local	100
Figura 30.1. Estantes (modelo adotado para bibliotecas)	101
Figura 30.2. Estantes do arquivo público	102
Figura 30.3. Manobra de cadeiras de rodas com deslocamento -.....	102
Figura 30.4. Alcance manual lateral - Pessoa em cadeira de rodas.....	103
Figura 30.5. Cones visuais da pessoa em pé.....	103
Figura 30.6 Cones visuais da pessoa em cadeira de rodas	104
Figura 30.7. Altura dos quadros	104
Figura 30.8. Altura das vitrines	105
Figura 30.9. Vista lateral e Vista superior – Mesa	106
Figura 30.9.1. Mesa do Arquivo Público	106
Figura 30.9.2. Porta de acesso ao banheiro	107
Gráfico 1. Pessoas que responderam ao questionário	109
Gráfico 2. Idade das pessoas que responderam o questionário	110
Gráfico 3. Sugestões para tornar o arquivo público acessível	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ACESSIBILIDADE E DEFICIÊNCIA	12
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA	12
1.2 HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ANTIGUIDADE	20
1.3 EXEMPLOS IMPORTANTES DE SUPERAÇÃO	24
1.4 COMO TRATAR AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	26
1.5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL	31
2 A LEGISLAÇÃO REFERENTE AO TEMA	37
2.1 LEIS QUE GARANTEM A ACESSIBILIDADE	37
2.2 ABNT- NORMAS TÉCNICAS	44
2.3 DELIMITAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENHO UNIVERSAL	57
3 A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS	63
3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DOS MUSEUS	63
3.2 APONTAMENTOS SOBRE A PROCEDÊNCIA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS	65
3.3 UM PANORAMA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS NO BRASIL	68
3.4 ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS E NOS ARQUIVOS	75
4 ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DR. JÚLIO RAMOS DE ALMEIDA	85
4.1 HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO FÉLIX.....	85
4.2 HISTÓRICO DO ARQUIVO DE SÃO FÉLIX	87
4.3 ANÁLISE TÉCNICA SOBRE A ACESSIBILIDADE NO ARQUIVO	88
4.4 BARREIRAS EXISTENTES NO ARQUIVO	91
4.5 ANÁLISE DO ENTORNO	92
4.6 ANÁLISE DA ENTRADA DO EDIFÍCIO.....	97
4.7 ANÁLISE INTERNA DO EDIFÍCIO	99
4.7.1 Aspectos relativos a iluminação	100
4.7.2 Deslocamento, uso do mobiliário e apreciação do objeto exposto	101
4.7.3 A disposição das estantes	101
4.7.4 A exposição dos Quadros	103
4.7.5 A exposição das Vitrines	105

4.7.6 Mesa de pesquisa para visitantes	105
4.7.7 Sugestões para a instalação de sanitário	107
4.7.8 Sinalização e Comunicação	108
4.8. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
GLOSSÁRIO	115
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES	124

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho de conclusão do Curso de Museologia da UFRB é apresentar uma proposta de estudo acerca da acessibilidade em instituições culturais a partir da avaliação das condições de acessibilidade no Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida, situado na cidade de São Félix na Bahia. Através deste, buscou-se entender quais ações poderiam torná-lo acessível a todas as pessoas, principalmente as que em virtude das limitações são impedidas de ter acesso ao prédio. Foi constatado que a população brasileira é formada por uma grande diversidade e quase 14% da população possui algum tipo de deficiência¹, sendo assim é grande a responsabilidade destas instituições para atingir esse público.

Observou-se através desta pesquisa que, durante muito tempo, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida passaram por incontáveis dificuldades no convívio social, e ainda hoje enfrentam problemas de locomoção, acesso e informação. Neste sentido, o governo tem feito sua parte ao estabelecer as leis da acessibilidade que podem ajudar a reverter este quadro, mas é preciso que estas leis sejam aplicadas na prática e que as instituições culturais tomem parte neste processo, porque tem como missão a preservação da memória local e a comunicação, são lugares que permitem a interação, o convívio e o diálogo entre o público em geral.

Os espaços culturais/educativos, em sua maioria, foram projetados para atender pessoas sem deficiência, isso faz com que surjam inúmeras barreiras que impedem o acesso à estrutura física, à informação, e podem dar margem a algumas formas de preconceito, porque o ambiente inadequado limita as possibilidades do indivíduo.

É nesse sentido que os critérios e medidas estabelecidos com base na ABNT NBR 9050:2004, nas leis vigentes e no Conceito de Desenho Universal contribuirão para a democratização do espaço, fazendo com que outras pessoas tenham acesso a este bem cultural, favorecendo a inclusão social.

A principal questão desta pesquisa é compreender de que forma o Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida pode estar inserido em relação à

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acessado em 22/10/11.

temática da acessibilidade, de modo a contemplar todos os visitantes. O presente trabalho se justifica, portanto, pela importância de se aplicar questões relativas ao tema nos espaços culturais, sobretudo nos arquivos públicos brasileiros.

No primeiro capítulo, busca-se configurar o entendimento dos conceitos relacionados à deficiência, de como os conceitos de deficiência influenciam diretamente na forma de enxergar e de lidar com pessoas deficientes, e de como a acessibilidade pode ser vista como uma solução para promover a inclusão social destas pessoas. Esta primeira parte traz embasamentos com base na legislação vigente e em alguns autores que se destacam na área: Sasaki, Marta Gil, Cambiaghi, Santos e Souza, Vasconcelos, entre outros.

O segundo capítulo, por sua vez, contempla a legislação vigente, às normas técnicas e a importância de se adotar o conceito de Desenho Universal nos espaços a serem projetados.

Já o terceiro capítulo trata da origem dos prédios públicos (arquivos e museus), e as dificuldades em adaptar esses equipamentos culturais existentes para que sejam acessíveis a todas as pessoas. Foram utilizadas neste capítulo as contribuições de Jardim, Ohira, Nora e outros.

E por fim, o quarto capítulo se constitui através do histórico do Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida, da análise das barreiras encontradas, das propostas de adequação para removê-las, acrescido ainda do resultado dos questionários aplicados na população local sobre o referido prédio. O presente Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia da UFRB termina, portanto, com algumas considerações finais sobre os pontos mais importantes de toda a pesquisa realizada.

Dentro do quadro geral das políticas públicas culturais implementadas no ambiente urbano contemporâneo, pôde-se constatar como primeira análise que a cultura passou a ter grande destaque, haja visto os inúmeros espaços, equipamentos, edificações e eventos culturais produzidos e espalhados pelas cidades brasileiras, independentemente de suas dimensões geográficas. Sendo eles, inclusive, utilizados como elementos irradiadores nos processos de revitalização e requalificação urbana.

Todavia, é preciso observar também a crescente preocupação inserida no meio acadêmico em relação à mercantilização e industrialização da cultura nas grandes cidades, tornando-se de fundamental importância a participação da

comunidade acadêmica e profissional da museologia sobre essa pertinente discussão. Nesse sentido, existem motivos suficientes para se refletir sobre a eficácia e a qualidade das edificações que abrigam os arquivos públicos, assim como outras instituições de caráter artístico-cultural, utilizados, adaptados, ou mesmo projetados, para a disseminação do conhecimento, da história e da informação de toda uma comunidade.

O significado e o valor do presente trabalho se acentuam, portanto, com a atualidade da temática aqui proposta, que emerge da interface de campos disciplinares distintos. Assim, buscou-se trazer para o debate acadêmico, no campo específico da museologia, algumas ideias e teorias que estão diretamente relacionadas com as novas perspectivas de uso e de acessibilidade dos equipamentos culturais contemporâneos, de forma efetiva e sem distinção, por toda a sociedade.

1 ACESSIBILIDADE E DEFICIÊNCIA.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA.

Antes de mencionar os conceitos relativos à deficiência, propriamente dita, é interessante observar e refletir inicialmente sobre como as pessoas deficientes eram tratadas e vistas pela sociedade, em passado recente. Através das expressões utilizadas pode-se constatar se elas recebiam tratamento justo e adequado ou se eram ignoradas e até repudiadas pela sociedade da época, o que implica também na percepção e na escolha de um conceito que possa verdadeiramente condizer com a realidade atual.

Como fruto de uma sociedade preconceituosa, até meados do século XX e pelas concepções daquele período, estas pessoas eram vistas primeiramente como inválidas no sentido pejorativo da palavra e, em seguida, como pessoas que precisavam de tratamentos. Conforme pode ser observado no trecho do Decreto Federal nº 60.501, de 14 de março de 1967, que diz: “A reabilitação profissional visa proporcionar aos beneficiários inválidos” [...]

Até os anos de 1960, o termo aplicado era incapacitado e utilizado inicialmente sem seu termo pejorativo que designava pessoas sem capacidade. Contudo, esta expressão não foi bem aceita porque a própria sociedade já começava a reconhecer outras capacidades nestas pessoas.

De 1960 a 1980 era comum o uso dos seguintes termos: defeituoso para pessoas com alguma deformidade física; deficiente para as pessoas que possuíam alguma deficiência física, mental, auditiva, visual ou múltipla; e excepcional para indivíduos com deficiência mental.

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, promulgada na Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 1975, foi de fundamental importância para uma nova visão sobre o tema. A partir daí, a pessoa deficiente passou a ser considerada como qualquer pessoa que estivesse impossibilitada de cumprir sem ajuda, total ou parcial, as exigências de uma vida individual e social normais, seja decorrente de uma deficiência congênita ou não.

Além da inclusão dos novos conceitos, adotados entre as décadas de 1960 e 1980, em maio de 1976 acontece um grande avanço quando a Organização Mundial

de Saúde (OMS) resolve retirar as deficiências da Classificação Internacional de Doenças (CID), adotando a resolução WHA 29.35. Nesta primeira versão do documento, as deficiências eram classificadas em três níveis – *impairment* (deficiência), *disability* (incapacidade) e *handicap*² (desvantagens). E a atuação do deficiente passa então a ser considerada em três dimensões: orgânica, pessoal e social.

De 1981 a 1987, por conta dos movimentos em prol dos direitos dos portadores de deficiência e em virtude da constituição do ano de 1981³, adota-se o termo pessoa deficiente, ao invés do termo "indivíduo deficiente". Com a mudança do termo muda-se também a forma como estas pessoas são vistas pela comunidade, percebe-se agora que estas pessoas fazem parte integrante da sociedade, tendo seus direitos e dignidade equiparados ao de qualquer pessoa, ao menos na legislação vigente.

Entre 1988 e 1993, a expressão pessoa deficiente foi contestada por acreditar que se considerava o indivíduo deficiente em todos os aspectos, adotando-se então a expressão pessoa portadora de deficiência, no sentido de esclarecer que a deficiência estava agregada a pessoa como uma característica, ou apenas como um detalhe.

De 1990 a 1994 adota-se a expressão pessoas com necessidades especiais que, conforme a Resolução nº 2 do CNE/CEB⁴ de 11 de setembro de 2001, dá origem a conceitos como crianças especiais, alunos especiais, pacientes especiais, etc. Em consequência disso, o termo educação especial se dirige a todas as pessoas com necessidades educacionais e não apenas as pessoas portadoras de deficiência, sendo garantido o direito de integrar-se em qualquer escola ou instituição de ensino.

Já em maio de 2001, foi aprovada a resolução WHA54.21 que continha a atualização de conceitos de deficiência e, o principal, incluía conceitos voltados para

² Impairment: no contexto da experiência de saúde, é qualquer perda ou anormalidade psicológica, fisiológica ou anatômica da estrutura ou função; Disability: no contexto da experiência de saúde, é qualquer restrição ou ausência (resultando de um impairment) da capacidade para realizar uma atividade do modo ou dentro do âmbito considerado normal para um ser humano; Handicap: no contexto da experiência de saúde, é uma desvantagem para um dado indivíduo, resultando de um impairment ou disability, que limita ou impede o cumprimento de um papel que é normal (dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais) para dado indivíduo. (Martins, 2006 apud Almeida, p. 22)

³ Ano Internacional das Pessoas Deficientes

⁴ Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CEB).

o ambiente em que se insere um portador de deficiência e não apenas a ele em si. Isso serviu como fonte de investigação para saber até que ponto o ambiente pode prejudicar a qualidade de vida de uma pessoa com algum tipo de deficiência. Esta resolução mostra, sobretudo, uma preocupação de como o ambiente pode influenciar na vida das pessoas, ou seja, começa a se pensar a acessibilidade no sentido de acesso aos espaços.

Do mesmo modo, assim como as expressões utilizadas para pessoas deficientes mudam com a sociedade, o próprio conceito de deficiência sofre igualmente algumas variações com o passar do tempo. Todavia, é preciso notar que este conceito estava intimamente ligado à maneira como as pessoas deficientes eram vistas pela sociedade. A expressão que foi bem aceita e que está sendo utilizada, na atualidade, é pessoa com deficiência⁵, mas pode-se observar também que no senso comum a expressão utilizada é pessoa com necessidades especiais.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas discorre sobre o conceito de deficiência, com base no acesso aos espaços e a interação neles produzidas. De acordo com a ABNT (NBR 9050:2004), a deficiência configura-se como: redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente; de mobilidade e de utilização de edificações, do espaço mobiliário, do equipamento urbano; e de elementos em caráter temporário ou permanente.

Muitas vezes, o ambiente e os espaços em si foram projetados para atender o padrão de pessoas consideradas “normais”, isto é, sem algum tipo de deficiência ou problema de restrição da mobilidade, sem levar em consideração a diversidade humana. Em consequência disso, surgem às barreiras colocadas pela própria sociedade e que, muitas vezes, impedem o acesso ao espaço físico (barreiras físicas), às informações (barreiras sensoriais) e dão margem as mais variadas formas de preconceito e discriminação (barreiras atitudinais).

A fim de eliminar parte dessas barreiras, garantindo a prioridade de atendimento às pessoas com deficiências e com mobilidade reduzida e assim estabelecer normas e critérios para promoção da acessibilidade, é que foram criadas as Leis Federais de nº 10.048/00 e a de nº 10.098/00, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 5.296/04. Através deste decreto, observa-se que são consideradas

⁵ Termo utilizado na Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Elaborado pela ONU em 2003. Disponível em: <http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>

peças com deficiência as que possuem algum tipo de limitação ou de incapacidade para desempenhar determinadas atividades e que se enquadram na tabela a seguir:

Deficiência física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
Deficiência auditiva	Perda Bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
Deficiência Visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no menor olho, com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de qualquer das condições anteriores.
Deficiência Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1 comunicação; 2 cuidado pessoal; 3 habilidades sociais; 4 utilização dos recursos da comunidade; 5 saúde e segurança; 6 habilidades acadêmicas; 7 lazer; e 8 trabalho.
Deficiência Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências.

Tabela 01- definições de deficiência conforme Decreto Federal nº 5.296/04, art.5º, Inciso I.

Ao longo dos anos é possível notar um número cada vez maior de debates na mídia e nos governos sobre o número de pessoas com deficiência. Segundo a

Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população de todo país apresenta algum tipo de deficiência⁶, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU) são 600 milhões de pessoas com necessidades especiais em todo o mundo. Contudo, estas estatísticas não revelam dados e informações mais precisas sobre as pessoas com mobilidade reduzida.

Em virtude da idade avançada, das limitações auditivas e visuais por ela provocadas, do estado de saúde, da obesidade, da estatura, e de outros fatores, diversas pessoas têm dificuldades de locomoção em espaços urbanos inacessíveis. De locais e espaços, portanto, que não foram projetados e construídos para atender a diversidade humana, provocando negativamente restrições de acesso aos serviços disponibilizados pela sociedade.

Na maioria das vezes, esses impedimentos e limitações dizem respeito ao simples fato de locomover-se nas ruas e praças, de fazer uso dos equipamentos públicos e das instituições culturais, de disponibilizar de serviços públicos de comunicação, bem como pela falta de informação: seja ela em Braille, seja em Linguagem de Sinais (Libras), seja pela ausência dos símbolos de acesso. Estas pessoas com limitações na mobilidade que alteram a estrutura física, sensorial, orgânica ou mental de caráter definitivo ou temporário, são consideradas Pessoas com Mobilidade Reduzida.

No ano de 2004, foram criados dois conceitos de pessoa com mobilidade reduzida, um pelo Decreto Federal nº 5.296/04 e o outro pela ABNT, como se pode observar e analisar a seguir:

Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que não se enquadrando no conceito de pessoas portadora de deficiência, tenha, por algum motivo, dificuldade de movimentar-se, permanentemente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (Art. 5º, Inciso II).

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, entre outros. (NBR 9050:2004)

⁶ No Brasil, o IBGE registra 14,5% da população como portadora de algum tipo de deficiência (Censo de 2000) em sua maior proporção no Nordeste.

Ao analisar estes conceitos, constata-se que ambos possuem basicamente o mesmo sentido quando falam das limitações, entretanto, quando citam exemplos desta categoria deve-se atentar para o fato de que elas se diferenciam, ao definir quem seriam as pessoas com mobilidade. Por um lado, a ABNT engloba esse termo em seu conceito e, por outro lado, o Decreto Federal nº 5.296/04 não enquadra as pessoas com deficiências em seu conceito.

Embora o conceito de mobilidade esteja ligado à acessibilidade, vale destacar que eles possuem significados distintos. A mobilidade está relacionada ao movimento, ou seja, à locomoção no espaço, no ir e vir de um lugar para o outro. A acessibilidade, por sua vez, tem relação direta com o ambiente em que a pessoa está inserida e se move, se ele está devidamente adequado (acessível) para receber qualquer tipo de pessoa, mesmo as que tenham deficiências ou limitações.

Para Vasconcelos (1996)⁷, a mobilidade é a “Habilidade de movimentar-se em decorrência de condições físicas e econômicas”. Essa ausência de condições de acessibilidade causa certo empecilho no uso do espaço, fazendo com que sejam limitados os direitos das pessoas com limitações e impedindo, assim, o pleno exercício da cidadania

As deficiências criam determinados tipos de incapacidade que provocam desvantagens nas pessoas portadoras. Tais desvantagens podem ser divididas em quatro tipos: desvantagem ocupacional, desvantagem na orientação, na independência física e na mobilidade, e que se configuram do seguinte modo:

- A desvantagem ocupacional está relacionada com a ocupação do espaço, ou seja, na dificuldade que as pessoas com limitação na mobilidade possuem de equiparação de oportunidades, principalmente na ocupação de cargos que são facilmente cedidos a quem não possui nenhuma dificuldade de movimentação.

- A Desvantagem na orientação acontece quando há nos ambientes barreiras que dificultam a percepção da informação ou da orientação, que são necessárias para que haja segurança e autonomia no uso do espaço.

- A desvantagem na independência física acontece quando a pessoa com mobilidade necessita sempre da ajuda de outras pessoas para movimentar-se, de

⁷ VASCONCELLOS, 1996 apud BRASIL: Caderno 2, 2006, p.19.

modo que as limitações fazem com que o indivíduo não possa exercer suas ações com liberdade.

- A desvantagem na mobilidade acontece quando não há equiparação dos direitos e oportunidades entre todas as pessoas na sociedade, portanto, quando a pessoa com mobilidade enfrenta sempre dificuldade ao desenvolver alguma ação ou movimento, que pode ser de deslocamento ou no manuseio de algum objeto.

Os ambientes precisam ser projetados de forma que atendam as necessidades de toda a população. A acessibilidade garante a boa utilização do espaço por todas as pessoas. Uma cidade acessível é aquela que favorece a sociedade em seu todo e não apenas as pessoas com alguma limitação.

Quando se fala na defesa e proteção dos direitos destas pessoas percebe-se o grande desafio do governo e da sociedade para a implantação de políticas públicas que assegurem de fato esses direitos, eliminando todas as desvantagens, com o objetivo de equiparar as oportunidades entre todos os cidadãos. Outro problema detectado é que grande parte dos municípios brasileiros são formados por uma arquitetura antiga, muitas vezes tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), o que implica na dificuldade de se incorporar medidas para torná-los totalmente acessíveis. Uma solução para este problema é o de se tentar impedir que sejam criados novos espaços, em que não há o respeito à diversidade, através da incorporação de parâmetros da acessibilidade e a criação de estratégias para garantir a adaptação dos espaços existentes. Mas tudo isso, sem que haja uma desconfiguração arquitetônica do patrimônio existente.

A imposição de barreiras⁸ e a falta de acessibilidade é que faz com que a pessoa se considere deficiente ou inapta a realizar alguma coisa. “Quando uma pessoa com deficiência está em um ambiente acessível, suas atividades são preservadas, e a deficiência não afeta suas funções. Em uma situação contrária, alguém sem qualquer deficiência colocado em um ambiente hostil e inacessível pode ser considerado deficiente para esse espaço”. (Cambiaghi, 2007, p 23).

Está comprovado que a falta de acessibilidade é um mecanismo de exclusão social para acabar com esses problemas, sendo necessário criar meios de eliminar as barreiras físicas e atitudinais. De acordo com a Lei Federal nº 10.098/00 em seu artigo 2, inciso I:

⁸ Físicas, sensoriais e atitudinais.

acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

E segundo a ABNT (9050:2004):

acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Observa-se, portanto, que os dois conceitos sinalizam claramente a acessibilidade como garantia de que as pessoas poderão fazer uso do ambiente com autonomia e segurança. E a diferença entre eles está basicamente na extensão do conceito às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O caráter dúbio das informações pode interferir numa melhor compreensão do conceito pelas pessoas, o que pode acarretar em sua difusão opiniões distorcidas e contraditórias sobre o assunto. No entanto, se percebe hoje que a sociedade tem se tornado cada vez mais inclusiva, ainda que de forma vagarosa. Uma revisão ou unificação dos conceitos permitirá, por outro lado, a divulgação de ideias mais avançadas sobre o assunto que possam influenciar e informar toda sociedade, contribuindo assim para a aceitação destas pessoas.

Contudo, deve-se notar que a acessibilidade não se resume apenas a possibilidade de deslocar-se pela cidade de forma independente, ou pela simples colocação de rampas para cadeirantes, pois, antes disso, é preciso preparar toda a sociedade para lidar com essa parcela da população, colocando em prática a inclusão social. Sob esse aspecto, em particular, Santos e Souza (2005, p. 30-31) afirma que:

Esse paradigma é mais recente, identificam-se os obstáculos existentes na sociedade como os gestores das deficiências dos indivíduos. Esses obstáculos podem ser físicos, organizacionais e de postura. A responsabilidade por remover os obstáculos passa então a ser compartilhada por todos os envolvidos em cada situação ou interação social.

Para se promover a acessibilidade em seus mais variados aspectos (físicos, sensoriais e atitudinais) é necessário que a sociedade, em todas as suas esferas, se dê conta das diversidades existentes e aceite-as, respeitando as características individuais de cada pessoa. Torna-se imprescindível, nos dias de hoje, compreender as diferenças e dificuldades não como um problema que causa desconforto e segregação, mas como uma peculiaridade de cada um. Sob essa ótica, a sociedade irá adotar o princípio da inclusão em sua totalidade e colocar em prática os padrões de acessibilidade que, em última estância, irão contribuir para a qualidade de vida de toda a população.

1.2 HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ANTIGUIDADE.

Desde a antiguidade, as pessoas com deficiência eram discriminadas e tratadas de forma desumana, sendo abandonadas, afogadas em rios e até mesmo atiradas do aprisco de cadeias de montanhas, como se fazia na Grécia Antiga. Realizavam-se sacrifícios com crianças que nasciam com alguma deficiência que as impediam de fazer parte do exército de “*homens perfeitos e fortes*”, julgados necessários para guerrear por seus interesses políticos.

No século VII A.C., o próprio poeta grego *Homero* era portador de deficiência visual que, de acordo com a bibliografia disponível, cria o poema “*Ilíada*” através do personagem *Hefesto*, no qual mostra como naquela época as pessoas com alguma deficiência eram tratadas com hostilidade e rejeição.

Já na Idade Média, período histórico marcado pela precariedade nas condições de vida, saúde e educação das pessoas, o nascimento de uma pessoa com deficiência era encarado como castigo de Deus, e ainda acreditavam que nela existiam poderes especiais de feiticeiros e bruxos. Quando sobreviviam, estas pessoas, principalmente as com nanismo ou corcundas, habituavam-se a viver de esmolas ou trabalhar em circos para entreter os mais abastados.

Este cenário de humilhação e desprezo começa a mudar com o surgimento do cristianismo, uma nova doutrina que pregava o amor e a caridade a todas as pessoas, sem distinção, combatendo assim a eliminação dos filhos nascidos com alguma deficiência.

A partir daí, as concepções romanas foram modificadas e começam a surgir as primeiras instituições destinadas a servir às pessoas com alguma deficiência.

Além disso, fundam-se os hospitais de caridade, os hospitais para pessoas cegas e feridas em cruzadas⁹, bem como os meios de comunicação para pessoas surdas, através da “*Língua de Sinais*”, criada por *Gerolamo Cardomo* (1501 a 1576). Este médico e matemático contrariou os pensamentos dos preconceituosos da época, que acreditavam que as pessoas surdas não podiam ser educadas. Em uma análise mais aprofundada sobre o tema, é possível observar que o alfabeto na língua de sinais, apresentado por Pablo Bonet (1579-1633), é bem parecido com o modelo atual, como se pode verificar nas imagens das figuras 1 e 2.

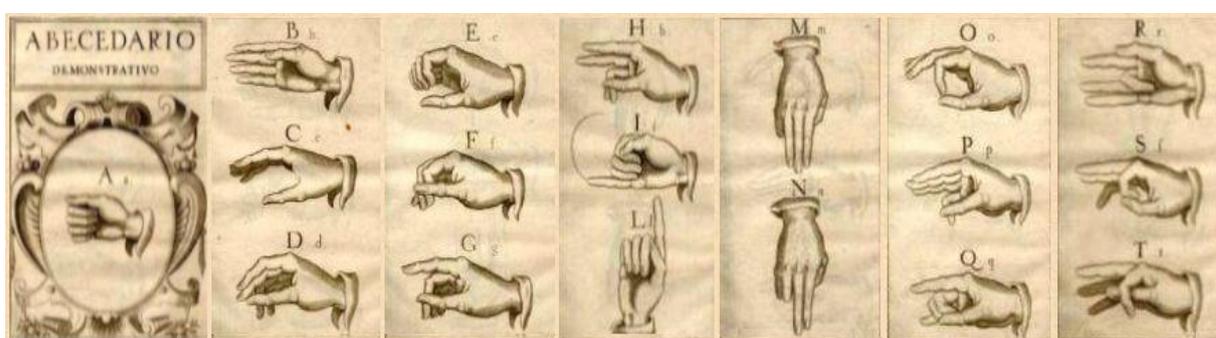


Figura 1- Língua de sinais apresentada por Pablo Bonet em seu livro *Reduction de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos*. Fonte: http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php

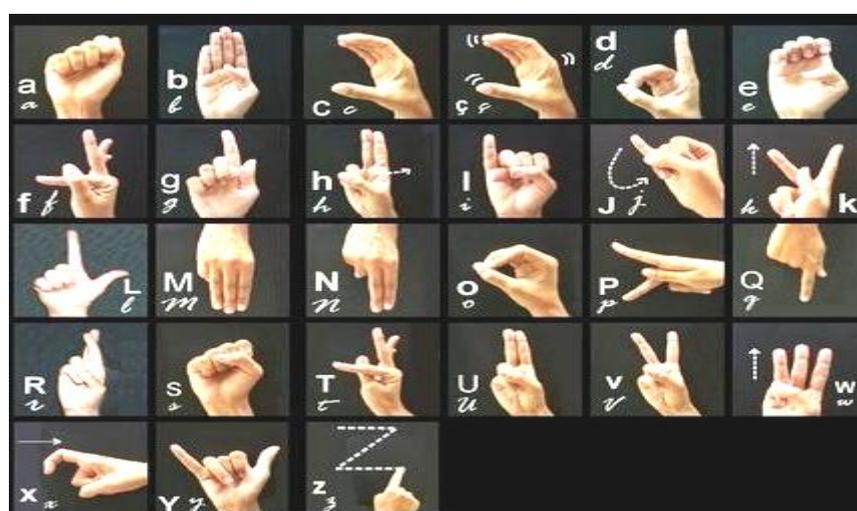


Figura 2- Língua de Sinais atual.

Fonte: <http://www.google.com.br/search>

Em 1819, *Charles Barbier* (1764-1841), capitão do exército francês, cria a pedido de *Napoleão Bonaparte* um sistema de comunicação, através de códigos,

⁹ O Rei Luís IX, cujo reinado ocorreu entre 1214 e 1270, fundou o primeiro hospital para pessoas cegas, o Quinze-Vintes. Quinze-Vintes significa $15 \times 20 = 300$. Era o número de cavaleiros cruzados que tiveram seus olhos vazados na 7ª cruzada. Apud GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.

para ser utilizado em mensagens transmitidas à noite durante as batalhas (ver Figura 3), mas que foi rejeitado e considerado muito complicado pelos militares. Ao ser apresentado ao Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris, esse sistema despertou o interesse de *Louis Braille* (1809-1852), então com quatorze anos, que apresentou algumas sugestões para seu aperfeiçoamento. *Barbier* não aceitou fazer as alterações em seu sistema e por isso *Louis Braille* modificou totalmente o sistema de escrita noturna, criando o sistema de escrita padrão – o BRAILLE (ver figura 4). Sistema que é utilizado por pessoas cegas do mundo inteiro, até os dias de hoje.

Esses dois sistemas de comunicação contribuíram para a inclusão social das pessoas com deficiência visual e auditiva permitindo a aquisição intelectual, a apropriação da língua e a assimilação de experiências significativas, ajudando na compreensão da sociedade e do mundo em que vivem. São de importância inquestionável, na medida em que representam riquezas linguísticas tão significativas quanto à língua escrita e falada, pois se constituem como forma de comunicação, participação ativa e interação do sujeito com deficiência com o mundo que o cerca.

⠁	⠃	⠉	⠅	⠇	⠋
A	I	O	U	É	È
⠁⠆	⠃⠆	⠉⠆	⠅⠆	⠇⠆	⠋⠆
AN	IN	ON	UN	EU	OU
⠃	⠑	⠇	⠊	⠕	⠗
B	D	G	J	V	Z
⠃⠃	⠑⠑	⠇⠇	⠊⠊	⠕⠕	⠗⠗
P	T	Q	CH	F	S
⠃⠃⠃	⠑⠑⠑	⠇⠇⠇	⠊⠊⠊	⠕⠕⠕	⠗⠗⠗
L	M	N	R	GN	LL
⠃⠃⠃⠃	⠑⠑⠑⠑	⠇⠇⠇⠇	⠊⠊⠊⠊	⠕⠕⠕⠕	⠗⠗⠗⠗
OI	OLN	IAN	IECN	IOGN	IEUN

Figura 3 - Tabela dos símbolos de Barbier.

Fonte: http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php

ALFABETO BRAILLE

PONTOS	LETRA	BRAILLE	PONTOS	LETRA	BRAILLE
1	a		1, 3, 4, 5	n	
1, 2	b		1, 3, 5	o	
1, 4	c		1, 2, 3, 4	p	
1, 4, 5	d		1, 2, 3, 4, 5	q	
1, 5	e		1, 2, 3, 5	r	
1, 2, 4	f		2, 3, 4	s	
1, 2, 4, 5	g		2, 3, 4, 5	t	
1, 2, 5	h		1, 3, 6	u	
2, 4	i		1, 2, 3, 6	v	
2, 4, 5	j		2, 4, 5, 6	w	
1, 3	k		1, 3, 4, 6	x	
1, 2, 3	l		1, 3, 4, 5, 6	y	
1, 3, 4	m		1, 3, 5, 6	z	

Figura 4 - Alfabeto Braille utilizado nos dias atuais.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Braille>

É através da língua e do corpo que nos expressamos, nos comunicamos e transmitimos nossos pensamentos às pessoas e a sociedade. A expressão linguística é de extrema importância para o desenvolvimento humano e sem ela seria impossível construir e manter as sociedades e civilizações, pois se constitui como um fator indispensável para o desenvolvimento mental, permitindo a tradução de pensamentos, sentimentos, desejos e, em última análise, como o registro de conhecimentos e a comunicação com o outro.

O Braille e a Língua de Sinais representam, portanto, uma grande conquista para as pessoas com deficiência, uma vez que, através delas, podem expressar suas opiniões e visões de mundo, quebrando as barreiras do isolamento e fazendo com que elas e a sociedade em geral se comuniquem mutuamente.

A preocupação com as pessoas com deficiência se estendeu por alguns países. Na Europa, entre os anos de 1902 até 1912, era crescente a organização e a formação de instituições sociais voltadas ao preparo da pessoa com deficiência. Portanto, no início do século XX, já existia essa inquietação sobre as condições de locais de abrigo dessas pessoas, bem como de sua participação e integração na sociedade.

É impossível não notar os avanços importantes para as pessoas com deficiências ocorridos no século passado, pois, além da mudança de pensamento, as ajudas técnicas proporcionaram o aperfeiçoamento de instrumentos que já eram utilizados, tais como: cadeira de rodas, bengalas, andadores, além dos sistemas de ensino para surdos e cegos. A sociedade, outrora preconceituosa e hostil, remodela-se para enfrentar os problemas e atender a estas pessoas.

1.3 EXEMPLOS IMPORTANTES DE SUPERAÇÃO.

A história nos mostra grandes exemplos de pessoas que conseguiram superar as deficiências e limitações.

O poeta Luís de Camões (1524 a 1580) perdeu um olho em batalha, mas não deixou de lutar ao lado de forças portuguesas e se tornou um célebre escritor ao escrever *Os Lusíadas*.

John Milton (1608-1674), um dos maiores poetas ingleses representante do Classicismo ficou cego após ser preso e, mesmo na prisão, com o apoio de escriba escreveu o *Paraíso Perdido*, um dos mais importantes poemas épicos da literatura universal.

Outra figura importante é o físico, matemático e astrônomo Galileo Galilei que também ficara cego nos últimos anos de sua vida em decorrência de um reumatismo, mas essa limitação não o impediu de continuar suas pesquisas científicas. Com o mesmo problema, o astrônomo alemão Johannes Kepler (1571 a 1630) desenvolveu estudos sobre o movimento dos planetas.

Na escultura brasileira, destaca-se o famoso escultor Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa), nascido em Vila Rica em 1738, entalhador e arquiteto mineiro, considerado o maior escultor do período barroco que por volta de seus 40 anos começou a sofrer com uma doença degenerativa nas articulações, ocasionando a perda de alguns dedos das mãos e a perda de movimentos de mãos e pés. Para trabalhar na sua arte, pedia auxílio a um ajudante que amarrava as ferramentas em seus punhos e assim que a doença avançou precisava ser carregado para todos os lugares. Mesmo sentindo dores e com severas limitações, se esforçava para continuar seu trabalho nas construções de igrejas e altares de Minas Gerais.

Já Douglas Tilden (1860-1935), que apesar da surdez provocada por um surto de febre escarlate, tornou-se mundialmente conhecido como pai da escultura

moderna. Estudou na Escola de Surdos na Califórnia juntamente com Paul Chopin, outro escultor surdo.

Francisco José de Goya y Lucientes, Conhecido como "Goya" foi um grande pintor e gravador espanhol que sofre grave enfermidade levando-o à inatividade durante cerca de dois anos, provocando nele uma surdez irreversível. Alguns estudiosos afirmam que a ausência de comunicação com o mundo faz com que Goya mergulhasse num estado de maior concentração e profunda reflexão sobre a sua pintura, a condição humana e a sociedade da sua época. Goya não estava satisfeito com a sociedade em que vivia, o que se reflete posteriormente, ao explorar nas suas pinturas o seu olhar crítico e franco perante a sociedade do Antigo Regime, tais como: às imposições da nobreza, o clero e seu controle social, o casamento como convenção social, a hipocrisia como norma de conduta, a realidade da prostituição, e a mendicância, dentre outros temas polêmicos daquela sociedade.

Ludwing Van Beethoven, mundialmente conhecido como Beethoven foi um compositor alemão do período de transição entre o Classicismo (século XVIII) e o Romantismo (século XIX). Foi sem dúvida um dos compositores mais influentes e respeitados por suas ricas composições. Aos 26 anos, aproximadamente, apresentou problemas de surdez fato que o levou a isolar-se e ficar depressivo. Mas nem mesmo a surdez total o impediu de se tornar um dos compositores consagrados da história.

Andrea Bocelli (1958), quando criança encantou-se pela música, fez aulas de flauta, saxofone, trompete, harpa, violão e bateria, chegando a tocar órgão na igreja que freqüentava. Desde sua infância apresentou problemas de visão, sendo diagnosticado posteriormente um glaucoma. Aos 12 anos, durante uma partida de futebol, foi atingido na cabeça e perdeu terminantemente a visão. Mesmo sem a visão graduou-se em direito, trabalhou como advogado durante um ano e dedicou-se de corpo e alma a música, se tornando conhecido em todo o mundo como um grande tenor, compositor e produtor musical.

Já a brasileira Mara Gabrilli, 43 anos, publicitária, psicóloga e deputada federal pelo PSDB, não apenas superou seus limites, mas utilizou suas limitações como estímulo para lutar por melhores condições de mobilidade que beneficiam não só a si mesma, mas a todas as pessoas portadoras de deficiência. Após sofrer um acidente de carro ficou tetraplégica. Tornou-se a primeira secretária municipal da Pessoa Física com Deficiência de São Paulo, em 2005. Foi a mulher mais votada

nas eleições para vereadora, nas eleições de 2007, no Brasil. Atualmente é conhecida na Câmara por criar vários projetos de Lei em prol das pessoas portadoras de deficiência.

Seria árduo e trabalhoso, evidentemente, detalhar aqui a biografia de todas as pessoas que superaram suas limitações, pois o mundo e o país estão cheios de casos, como se pôde verificar nos exemplos mencionados anteriormente. São muitas as pessoas com algum tipo de deficiência, desconhecidas pela mídia, em geral, como os Josés e Joaquins, as Marias e Anas, entre outros e outras, que precisam sair de suas casas todos os dias e vencer suas limitações e barreiras e que, por isso, são dignos de admiração, carinho e respeito por toda a sociedade.

1.4 COMO TRATAR AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Com base no senso de 2000¹⁰, nota-se que a população brasileira é formada por uma grande diversidade. As pessoas nascem diferentes na cor dos olhos, da pele, etc., mas existem algumas diferenças que marcam mais ainda a vida das pessoas, como por exemplo: a falta de um membro; a impossibilidade de andar, ouvir, ver ou falar; na dificuldade de locomover-se; e por fim na própria maneira de entender o mundo. As diferenças fazem parte das nossas vidas e, por isso, não devem ser motivos para agir com discriminação ou preconceito. É preciso respeitar as pessoas, independente das limitações permanentes ou temporárias que possuem. As pessoas com alguma deficiência têm muitas coisas a ensinar, e a superação de suas limitações é uma delas. E é justamente isso que permite admirá-las ainda mais pelas suas força e determinação, ao realizarem atividades cotidianas consideradas simples para a maioria das pessoas.

A maneira como a sociedade interage e se posiciona frente às pessoas com alguma deficiência pode interferir na sua maneira de se relacionar com o espaço, tornando-se de suma importância saber como lidar com elas. Neste sentido, Santos e Souza (2005, p.38) salienta:

¹⁰ Cerca de 24,6 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência, seja ela física, visual, auditiva, múltipla, surdo cegueira ou intelectual. Além disso, 123 milhões de pessoas tem alguma relação direta com a restrição de mobilidade.

Eliminar os obstáculos aos portadores de deficiência significa muito mais do que fazer alterações em edifícios. É claro acima de tudo uma questão de postura. A acessibilidade precisa se estender aos serviços disponíveis nos edifícios, às informações e comunicações relacionadas aos mesmos e à equipe que presta esses serviços (...).

Quando se fala da comunicação com pessoas que possuem deficiência auditiva percebe-se uma grande dificuldade na aplicação prática da linguagem de Sinais (LIBRAS) por toda sociedade, visto que implica num investimento de alto valor para o governo. Por esse motivo, faz-se necessária a qualificação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, que lidam diariamente com este público (arquivistas, museólogos, professores, etc.), para que se estabeleçam relações amigáveis e cordiais, nas quais se assegurem o direito à dignidade, à informação, ao respeito à diversidade e, em última análise, a plena cidadania.

A sociedade e as instituições devem ser preparadas e sensibilizadas quanto à existência das diversidades, pois, assim como qualquer outra, as pessoas com deficiência merecem ser tratadas com respeito e decência. As instituições culturais, por exemplo, podem promover a acessibilidade física e sensorial permitindo situações em que haja convivência entre os mais variados públicos, permitindo a compreensão das diversidades existentes em cada indivíduo. Merecem destaque, nesse sentido, o Programa Igual Diferente do Museu de Arte moderna de São Paulo e o Programa Educativo Públicos Especiais da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Contudo, mesmo com estas iniciativas pioneiras e urgentes percebe-se que,

Hoje o Brasil está em uma das últimas colocações quando tratamos do cumprimento das leis e das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência. Nesta largada, saímos com um atraso considerável se nos compararmos com países como o Japão, Suécia ou mesmo os Estados Unidos.¹¹

O desconhecimento e a falta de aplicação das leis de promoção da acessibilidade, bem como do descaso e do preconceito, são aspectos que tem contribuído para aumentar sobremaneira a presença de obstáculos e barreiras na vida das pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade. Para tanto, devem ser consideradas as peculiaridades, respeitando em todos os níveis as limitações de

¹¹ Manual de Convivência - Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida – 2ª. Edição, ampliada e revista. Realização: Mara Gabrilli Patrocínio: Company S.A.

cada indivíduo. É preciso ter em mente que todas as pessoas são iguais perante a lei e tem os mesmos direitos.

Com base neste fundamento, torna-se imperativo criar meios para eliminar as barreiras na sociedade. As barreiras físicas podem ser eliminadas com a aplicação efetiva das leis que promovem a acessibilidade, através da construção e/ou adaptação de elementos arquitetônicos. Já as barreiras da informação podem ser eliminadas por meio do uso de linguagens claras e adequadas às pessoas com deficiência. E as barreiras no campo das atitudes, podem ser eliminadas com a mudança de postura em relação a estas pessoas. Esta mudança de postura implica em conhecer melhor a deficiência e saber como lidar com as pessoas que as possuem. Ao se tentar ajudar uma pessoa com deficiência, por exemplo, é preciso evitar situações que podem causar confronto e desconforto para as mesmas. Vale ressaltar também, sobre a importância de se dirigir diretamente a pessoa com deficiência quando for conversar com ela, evitando perguntar ao acompanhante. Sob esse aspecto, deve-se destacar aqui algumas sugestões¹² para que se estabeleça uma comunicação clara e uma convivência respeitosa:

a) Se você quer ajudar uma pessoa com deficiência, primeiro pergunte se ela quer ou precisa de ajuda. As pessoas têm direito de decidirem sobre a sua vida e, sendo assim, podem aceitar ou recusar a sua contribuição. Nunca tente ajudar ou até mesmo conduzir alguém sem ser autorizado pra isso, caso seja autorizado ela lhe dirá o que fazer, porque conhece as suas limitações e possibilidades, portanto, seja discreto ao ajudá-la.

b) Trate as pessoas com o mesmo respeito que você demonstraria a qualquer pessoa.

c) Não faça brincadeiras nem pergunte coisas sobre a deficiência, cadeira de rodas ou o cão acompanhante. As brincadeiras devem ser evitadas. Para se aproximar de uma pessoa com deficiência haja com naturalidade, o que ela mais deseja é ser tratada normalmente. Grande parte da população ainda não sabe agir dessa maneira, ficando inibida e muda, portando-se de forma desajeitada, se desmanchando em piedade, ou tratando-a como criança.

¹² Sugestões com base nas ideias de Santos e Souza (2005, p 38 e 39) e do Programa Brasil Acessível, caderno 1.

Quando se trata, porém das incapacidades que são geradas pelas deficiências mental, visual, auditiva, física, psicológica e de linguagem, é indispensável atentar para alguns critérios de atendimento ou de postura com base nas limitações de cada usuário, como pode ser observado na lista abaixo:

➤ Para pessoas com deficiência visual que possuam baixa visão (quando necessitam de letras e símbolos ampliados), ou cegueira (quando há realmente o comprometimento da visão) faz-se necessário uma abordagem junto às pessoas de maneira clara e objetiva.

➤ Para pessoas usuárias de cadeira de roda ou que possuam outras deficiências físicas, que utilizam um maior tempo para se locomover, respeitar o ritmo e o espaço de deslocamento de cada indivíduo faz toda a diferença. Nunca manuseie as órteses¹³ de uma pessoa com deficiência sem autorização porque estas são como uma extensão do corpo.

➤ Para pessoas com deficiência auditiva o correto é comunicar-se com gestos, movimentos corporais, expressões faciais e muita tranquilidade. Para conversar com ela devemos nos posicionar de frente e falar de maneira clara e distinta, e utilizar a linguagem de sinais se soubermos. Na maioria das vezes as pessoas com deficiência visual e auditiva precisam do toque para se comunicar. O toque (contato físico) faz parte da sua leitura do mundo e das pessoas, não deve ser visto como uma falta de respeito.

➤ Para pessoas com paralisia cerebral, que tenham comprometimento motor, da fala e do equilíbrio devem ser respeitados o seu ritmo de execução das atividades rotineiras.

➤ Pessoas com deficiência mental precisam ser estimuladas e orientadas para realizar suas atividades cotidianas. Por conta do raciocínio mais lento e das limitações cognitivas a linguagem utilizada deve ser objetiva para facilitar a sua compreensão.

Existe um gama de orientações e critérios para lidar com pessoas com deficiência, entretanto, cabe lembrar que para uma relação se efetivar de forma

¹³ Uma órtese, conforme definição da Organização Internacional para Padronização (ISO), é um apoio ou dispositivo provisório externo aplicado ao corpo para modificar os aspectos funcionais ou estruturais do sistema neuromusculoesquelético para obtenção de alguma vantagem mecânica ou ortopédica. São exemplos de órteses: Palmilhas ortopédicas, tutores, joelheiras, coletes, munhequeiras, entre outros recursos. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93rtese>.

prazerosa deve-se respeitar os princípios de independência, autonomia e dignidade destas pessoas.

Ao se referir a pessoas com deficiência deve-se evitar termos ou expressões que possam causar desconforto e constrangimentos. A tabela¹⁴ a seguir mostra algumas expressões que podem ou não ser utilizadas.

NÃO DIGA, NEM ESCREVA	DIGA OU ESCREVA
Aleijado, Defeituoso, Paralítico.	Pessoa com deficiência física.
Pessoa presa, confinada, condenada a uma cadeira de rodas ou muletas.	Pessoa em cadeira de rodas. Pessoa que anda em cadeira de rodas ou com muletas.
Bobinho, doentinho, doidinho, retardado.	Pessoa com deficiência mental.
Doença mental, retardado, retardado mental.	Deficiência mental.
Mongolóide, mongol.	Pessoa com Síndrome de Down.
Ela é retardada mental, mas é uma atleta excepcional.	Ela tem deficiência mental e se destaca como atleta.
Pessoa surda.	Pessoa com deficiência auditiva.
Incapacitado, deficiente, inválido.	Pessoa com deficiência.
O deficiente físico.	A pessoa com deficiência física.
O outro filho é “normal”.	O outro filho não tem deficiência aparente.
Paralisia cerebral é uma doença.	Paralisia cerebral é uma condição.
Pessoas ditas “normais”. Pessoas não-deficientes.	Pessoas sem deficiência.

Os exemplos citados acima demonstram claramente que uma palavra mal empregada pode fazer grande diferença. Para conviver com a diversidade é preciso estar atento a forma de como lidar com as pessoas, no intuito de colocar em prática o respeito e o amor ao próximo, estabelecendo relações de amizade e mútua

¹⁴ BRASIL ACESSÍVEL: Caderno 1: Atendimento adequado as pessoas com deficiência e restrição de mobilidade. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília, 2006.

colaboração. Assim, as pessoas com deficiência poderão exercer a sua cidadania e utilizar os serviços, equipamentos e inovações que a sociedade disponibiliza hoje em toda a sua plenitude.

1.5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.

A população mundial é formada pela diversidade, os biótipos são bem variados e, desse modo, constituídos por pessoas altas, baixas, magras, gordas, jovens idosas, com mobilidade reduzida, ou portadora de algum tipo de necessidade especial, entre outras características. Todavia, mesmo com toda essa diversidade percebe-se ao longo dos anos que, muitas vezes, parte significativa da sociedade não se encontra preparada para lidar com todas essas diferenças e complexidades. Situações de desemprego, marginalidade, más condições de vida, pobreza e problemas de saúde fazem com que muitas pessoas sejam excluídas da sociedade, não só no sentido físico, mas, sobretudo no sentido da privação de atuar em seu meio e de assegurar os seus direitos de cidadãos que pagam seus impostos em dia.

Questões sobre os pontos negativos da exclusão social têm sido discutido desde a década de 1970, objetivando inicialmente a integração e atualmente a inclusão, pois estes conceitos demonstram ser bem diferentes. Ao final dos anos de 1990, a Convenção da Guatemala¹⁵ veio a contribuir nesse sentido, pois aboliu o conceito de integração que prevê a adaptação da pessoa com deficiência a uma sociedade organizada para pessoas sem deficiência, ou seja, para pessoas ditas “normais” e enfatizou o valor da inclusão¹⁶. Tais medidas foram tomadas para atender as necessidades das pessoas com deficiência, principalmente na elaboração de projetos e demais construções, ou seja, a sociedade muda para atender as demandas destas pessoas.

Na prática, apesar das leis vigentes da acessibilidade, a realidade é bem diferente. No Brasil, por exemplo, a grande maioria dos 17 milhões (Sasaki, 2003) de pessoas com deficiência tem sido excluída de todos os setores da sociedade. Na verdade, o preconceito continua existindo e os princípios derivados da Revolução Industrial ainda continuam incutidos na mente de muitas pessoas, que consideram

¹⁵ Convenção Interamericana para a eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em 28 de maio de 1999.

¹⁶ CAMBIAGHI, Silvana. Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. Editora Senac São Paulo. 2007. p 33.

as pessoas com certas limitações incapazes de interagir de forma ativa na sociedade, seja pela idade avançada ou qualquer deficiência limitativa.

Marta Gil¹⁷ afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, ainda existia a ideia de que as deficiências (física, mental ou sensorial) estavam no próprio indivíduo e na falta de habilidade decorrentes de suas dificuldades e limitações. Sob este ponto de vista, acreditava-se que era obrigação do próprio indivíduo ajustar-se e adaptar-se à sociedade e cuidar do “seu problema”, através de cuidados e tratamentos de reabilitação com médicos especialistas, terapeutas, fisioterapeutas, psicólogos, assistente social, entre outros profissionais.

A assistência a essas pessoas era algo muito importante, no entanto, as deficiências não poderiam ser vistas como “um problema pessoal”, principalmente porque muitas delas foram produzidas pela própria sociedade. Em virtude da guerra, crescia o número de feridos e mutilados e aumentava a quantidade de pessoas portadoras de deficiência e/ou com mobilidade reduzida, que sofreram amputações, entre outras mazelas. A declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em seu Art. 7º, afirma que:

As pessoas deficientes têm o direito a tratamentos médico, psicológico e funcional, inclusive aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação, ao treinamento e reabilitação profissionais, à assistência, ao aconselhamento, aos serviços de colocação e a outros serviços que lhes possibilitarão desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo e acelerarão o processo de sua integração ou reintegração social.¹⁸

Neste parágrafo, é possível perceber a preocupação em oferecer tratamento adequado a esta parcela da população, garantindo o direito de fazer uso desses serviços e não a obrigação de cuidar do chamado “problema”, como se pensava anteriormente, e assim inserir tais pessoas de forma plena na sociedade. Este pensamento retrógrado não cabe nos dias atuais, porque as pessoas com deficiência foram em busca de seus direitos, conquistaram seu espaço na sociedade e se mostraram ativas neste processo. Contudo, observa-se que ainda é grande e vagarosa a luta para que a sociedade se adéque para interagir com todas as pessoas, sem distinção.

¹⁷ Socióloga paulistana, Marta Gil desenvolve um trabalho importantíssimo na Rede Saci com o Sistema de informação para deficientes.

¹⁸ (ONU, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975).

O conceito de inclusão social, originado na década de 1980, parte desta necessidade de inserção destas pessoas na sociedade, na vida das outras pessoas, e não apenas na função de delimitar o acesso físico a um espaço qualquer, promovendo melhorias para as pessoas com deficiência e respeitando sua dignidade humana, suas necessidades e potencialidades. É a sociedade se preocupando em adaptar os seus espaços para melhor lidar e interagir com as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assegurando o direito de ir e vir, e garantindo assim a segurança e a autonomia no uso dos espaços. Nessa nova visão, a acessibilidade vai muito além da eliminação de barreiras físicas, pois se apresenta como um longo processo para a supressão de barreiras da informação e das atitudes, principalmente nas lutas contra o preconceito.

Para que uma sociedade possa ser considerada inclusiva, de fato, se faz indispensável pensar sobre a acessibilidade como um direito humano, que garanta a todas as pessoas, sem exceção, o acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, ao lazer, ao desporto, ao turismo, à arte e à cultura. Portanto, o conceito de inclusão deve significar e promover a acessibilidade em todas as esferas e em todas as atividades da sociedade.

Uma sociedade justa é aquela que valoriza a diversidade humana, sendo pensada e projetada para atender as suas necessidades, inclusive as pessoas que estão excluídas dos sistemas sociais comuns e que precisam ser incluídas, porque fazem parte dela. Para que haja uma melhora na qualidade de vida de todos, é fundamental estender e implementar políticas públicas, programas existentes, serviços e práticas sociais a toda população e não apenas a alguns segmentos da sociedade, no sentido de tentar amenizar inclusive a sua crescente fragmentação.

A sociedade brasileira vem se tornando inclusiva, aos poucos, mas é de fundamental importância que as pessoas com deficiência assumam seu papel e participem deste processo de forma consciente. Torna-se cada vez mais imprescindível que cada pessoa faça a sua escolha, tome a sua decisão e assumam o controle de situações adversas em sua vida, não deixando que outras pessoas façam isso por ela. É nesse sentido que

As organizações de pessoas com deficiência devem ser consultadas quando estiverem sendo desenvolvidos padrões e normas de acessibilidade. Elas devem também ser envolvidas no nível local desde a

etapa do planejamento inicial dos projetos de construção pública, garantindo, assim, a máxima acessibilidade.¹⁹

Isso contribuirá para que não se ignore as práticas de integração social, nas quais são designados os espaços das pessoas portadoras de necessidades especiais, através de escolas especializadas, vagas e cotas em concursos públicos, entre outras medidas legais. A instituição e a obrigatoriedade de vagas e cotas, além da prioridade nos atendimentos são avanços significativos para as pessoas portadoras de deficiências, mas não podem servir como instrumento de separação destas pessoas no seio da sociedade. Ao se criar espaços totalmente acessíveis, em geral, tais vagas não precisarão ser criadas, porque estas pessoas desfrutarão plenamente de tudo o que a sociedade pode oferecer.

Em busca da equiparação de direitos e oportunidades, bem como de uma sociedade mais inclusiva e democrática, é que foram criados decretos, leis e outros instrumentos legais em defesa das pessoas com deficiência. Contudo, ainda é possível observar que, em muitos casos, a lei não é colocada em prática e deixa lacunas que abrem espaços para a exclusão social, para o preconceito e, em última análise, para a redução da própria cidadania.

O conceito de acessibilidade, que pode ser encontrado em diferentes dicionários disponíveis da língua portuguesa, significa a qualidade daquilo que é acessível e com ênfase na liberdade que qualquer pessoa tem de entrar, fazer uso do espaço e sair dele com total autonomia. Hoje, o conceito de acessibilidade é bem mais amplo, mas já esteve no passado especialmente relacionado com a eliminação de barreiras arquitetônicas²⁰. Posteriormente, se percebeu que eliminar essas barreiras era apenas um passo para se percorrer um longo caminho, no sentido de que as pessoas portadoras de necessidades especiais pudessem fazer o uso pleno de seus direitos. Foi a partir de muitas lutas e dos diversos movimentos populares e sociais, portanto, que se começou a pensar a acessibilidade em todos os seus aspectos, não somente físicos, mas também sensoriais, cognitivos e atitudinais.

¹⁹ (Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, Organização das Nações Unidas - ONU, 20-12-93).

²⁰ Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano. ABNT NBR 9050: 2004, p.10.

Na década de 1980, a acessibilidade ganha destaque no Brasil e, em decorrência de tantas lutas, o ano de 1981 foi decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (AIPPD). Através desta declaração o tema ganhou notoriedade em jornais, televisões e revistas, a sociedade começava a perceber então que existiam muitas pessoas com deficiência. Outro fator que veio a contribuir foi a substituição do termo “barreira arquitetônica” por acessibilidade que possui um significado ampliado, já que vai muito além da simples construção de rampas. Em seu sentido mais amplo, significa o acesso à educação, ao trabalho, ao lazer, a cultura, ao esporte e a fontes de informação, como internet e outros.

A acessibilidade é a equiparação de oportunidades em todas as áreas da vida, ela está relacionada ao ambiente e não as características físicas ou sensoriais das pessoas. É o ambiente que precisa ser projetado para atender as diversidades existentes na sociedade e não o contrário. Quando o ambiente não oferece condições adequadas de acessibilidade, o uso do espaço se torna inviável para pessoas grávidas, obesas, idosos, crianças, ou seja, para uma camada muito significativa da sociedade. Um ambiente acessível, por outro lado, permite e proporciona a interação e a convivência entre todas as pessoas, entre todos os grupos sociais, além de estimular a tolerância.

A acessibilidade está totalmente ligada à inclusão social, na medida em que são oferecidas igualdades de condições de interagir com a sociedade. Conforme Romeu Sasaki²¹, o paradigma da inclusão social consiste em tornar a sociedade toda num lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Neste sentido, os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias, etc., em todos os seus aspectos: na educação, na saúde, na mídia, na cultura, no trabalho, no lazer, no esporte, no transporte, entre outros.

²¹ SASSAKI, Romeu Kazumi. “Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão”, em Revista Nacional de Reabilitação, 30/09/2004. Graduado em Serviço Social, consultor de reabilitação, trabalhou mais de três décadas nas áreas de reabilitação, integração e inclusão social de pessoas com necessidades especiais.

Os debates acerca da acessibilidade e da inclusão social têm sido constantes na atualidade e, em virtude disso, a sociedade está sendo cada vez mais conscientizada e sensibilizada sobre a questão da deficiência e de como acolher estas pessoas. As crianças com deficiência, por exemplo, podem freqüentar qualquer escola; os setores públicos e privados têm sido providos por pessoas com algum tipo de deficiência em cargos de trabalho; as instituições culturais buscam cada vez mais inserir essa camada da população; a indústria do entretenimento tem feito igualmente em seus programas, filmes, seriados, novelas, etc.; os meios de comunicação trabalham com o tema a fim de informar a sociedade como lidar com essas questões, neutralizando assim qualquer forma de preconceito.

O conceito de inclusão social é novo na cultura brasileira, mas envolve todas as esferas da sociedade e implica basicamente na mudança de hábitos, posturas e atitudes e na forma de olhar as pessoas com deficiência. É bem verdade que muitas dessas mudanças favoreceram as pessoas com deficiência e restrição da mobilidade e o futuro vislumbra ser cada vez melhor, já que seus direitos estão sendo assegurados por lei. Nesse sentido, Cambiaghi (2007, p.34) salienta que,

Para que as ações de inclusão possam ser verdadeiramente relevantes, devem promover não só a equiparação de oportunidades, mas a acessibilidade a todos, sem esquecer os idosos, a população com baixa escolaridade, aqueles que têm impedimentos ou limitações intelectuais ou mentais, físicas, sensoriais, motoras ou apresentam mobilidade reduzida, sejam elas permanentes ou temporárias.

Mesmo contando com leis que assegurem a acessibilidade, é válido ressaltar a importância dos debates realizados hoje sobre a inclusão social e a necessidade de uma arquitetura inclusiva, tanto nos meios de comunicação em geral quanto no meio acadêmico e científico. Uma sociedade bem formada, informada e preparada faz toda a diferença, principalmente porque, muitas vezes, a legislação existente tem sido ineficaz em algumas situações. O que se pode afirmar com certeza é que existe ainda um longo caminho pela frente, na esperança de que a sociedade aceite sua diversidade, excluindo toda a forma de preconceito e discriminação, tornando-se acessível a toda população e percebendo que a eliminação de barreiras favorece a todas as pessoas.

2. A LEGISLAÇÃO REFERENTE AO TEMA.

2.1 LEIS QUE GARANTEM A ACESSIBILIDADE.

Tendo em vista que grande parte da população brasileira²² tem alguma dificuldade ou limitação de locomoção temporária ou permanente e que os espaços construídos muitas vezes não oferecem nenhuma condição de acessibilidade é que no Brasil foram criadas várias leis no âmbito federal, estadual e municipal a fim de garantir o direito de utilizar os espaços e equipamentos urbanos com autonomia e segurança.

A Constituição Federal de 1988 no art. 227 e 244, por exemplo, estabelece normas de construção e adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público, assim como à fabricação de veículos de transporte coletivo a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

A Lei 7.405, de 12 de novembro de 1985, por exemplo, torna obrigatória a colocação visível do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais que permitam a sua utilização por pessoas portadoras de deficiência. Entretanto, para ser considerado acessível e receber o símbolo os edifícios e construções devem obedecer a alguns critérios estabelecidos na lei, devem oferecer condições de acesso natural ou por meio de rampas construídas, suas vias de acesso e circulação devem ser livres de qualquer impedimento que dificultem a locomoção de pessoas que usam cadeiras de roda ou aparelhos ortopédicos, a porta de entrada deve ter no mínimo 0,90 m (noventa centímetros) de largura, os corredores e passagens devem ter largura mínima de 120 cm (cento e vinte centímetros) e nos elevadores a largura mínima da porta é de 100 centímetros além disso, devem possuir sanitários apropriados ao uso do deficiente.

Todos os locais acessíveis devem ser sinalizados com o Símbolo Internacional de Acesso que pode ser colocado em vários locais, nas sedes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas casas comerciais, estabelecimentos de ensino, hospitais e clínicas, em veículos de transporte coletivo

²² O censo demográfico de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que população de idosos vem crescendo mais rapidamente que a proporção de crianças, são 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que corresponde a 8,6% da população brasileira. A população com alguma deficiência é ainda maior, existem 24,5 milhões de pessoas com deficiência para uma população total de 169.799.170 habitantes.

que ofereçam vagas ao portador de deficiência, etc. e nos logradouros público de uso comunitário. Este símbolo de acesso deve ser colocado em local visível, não pode sofrer nenhuma modificação ou acréscimo e não pode ser utilizado pra outra finalidade além de identificar, assinalar ou indicar local ou serviço habilitado ao uso de pessoas portadoras de deficiência.

Na Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989 são estabelecidas normas que garantem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais e sua efetiva integração social. Também são priorizados igualdade de atendimento e oportunidades, dignidade da pessoa humana e seu bem-estar indicados na Constituição Federal, no qual consta no Art. 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Não podendo haver diferenças de tratamento nem desigualdade de oportunidade para pessoas portadoras de deficiências, afastando as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, o que passa a ser obrigação nacional do Poder Público e da sociedade.

É função do Poder Público e dos seus órgãos assegurar a todas as pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, o que inclui o direito à educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e cursos regulares voltados à formação profissional, à saúde em estabelecimentos públicos ou privados, com tratamentos adequados e padrões de conduta apropriados, ao trabalho na forma de empregos de tempo parcial e de vagas de concurso públicos destinados ao portador de deficiência, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e outros que propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico, além do tratamento prioritário e adequado.

Prioriza também a adoção e execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam as barreiras ou qualquer impedimento, permitindo o acesso a edifícios, logradouros e meios de transporte das pessoas portadoras de deficiência. Constitui os crimes puníveis que variam de 1 a 4 anos de reclusão e até multa caso uma pessoa portadora de deficiência seja impedida de cursar ou matricular-se em alguma instituição de ensino ou até assumir um cargo público por causa da deficiência que porta. Não podendo ser negado emprego sem justa causa, ou omissão de socorro a uma pessoa deficiente. Além de fomentar e incentivar a divulgação e o debate das questões

concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade. Através dessa lei em todo censo demográfico realizado a partir de 1990 e nos subsequentes, serão incluídas, questões atinentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, visando atualização de conhecimento do número de pessoas portadoras de deficiência no País. Assim fica mais fácil conhecer a quantidade de pessoas portadoras de deficiência e sua localização, o que permitirá tomar iniciativas para melhorar as condições de acessibilidade no ambiente frequentado ou habitado por elas.

Outro avanço é a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE em 1989), responsável por coordenar ações governamentais e medidas referentes às pessoas portadoras de deficiência. Com o decreto 6.980, de 13 de outubro de 2009 ela transforma-se em Subsecretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Com a mudança de nível percebe-se a mudança de olhar, não buscam apenas a integração da pessoa com deficiência, mas assegurar seus direitos.

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo. Decorrido três anos da publicação desta lei, os idosos obtiveram os seus direitos assegurados através da criação do Estatuto do Idoso²³. Cabem às repartições públicas, as empresas de serviço público e as instituições financeiras oferecerem atendimento obrigatório prioritário por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato a estas pessoas.

As empresas de transporte público e as concessionárias de transporte coletivo deverão reservar assentos de uso preferencial sinalizado identificado aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo e todos os veículos de transporte coletivo que forem produzidos devem ser planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior por pessoas portadoras de deficiência.

²³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acessado em 12 dez 2011.

O que se percebe em alguns lugares do Brasil é que mesmo com essas leis é bem difícil ou quase impossível desfrutar dessas prioridades, pois algumas pessoas estão acostumadas a descumprir a lei de forma “declarada” ou simplesmente despercebida como no caso de motoristas que estacionam na vaga de pessoas com deficiência com a desculpa de que não perceberam o símbolo internacional de acesso colocado no estacionamento, ou daquelas pessoas que destinam às vagas no transporte para outras pessoas que não se enquadram nesses critérios.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade por meio da eliminação de barreiras e obstáculos nas vias públicas, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, e nos meios de transporte e de comunicação não se resume apenas às pessoas portadoras de deficiências, mas também àquelas com mobilidade reduzida como a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Além das normas e critérios para promoção da acessibilidade esta lei traz consigo as definições de acessibilidade, barreiras e pessoa com deficiência ou mobilidade. A acessibilidade é entendida como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (ABNT).

Por barreira entende-se qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, mas não basta apenas fazer uso desses equipamentos é preciso fazê-lo com segurança e autonomia como preza a lei.

Estabelece quatro tipos de barreiras: as arquitetônicas urbanísticas, ou seja, as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público (ruas, calçadas, etc.); as arquitetônicas na edificação: existentes no interior dos edifícios públicos e privados; arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes (falta de rampa de acesso e vagas pra deficientes, etc.) e por fim estabelece as barreiras nas comunicações como qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

As pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida são aquelas que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo, têm dificuldades de se movimentar ou locomover o que gera a redução da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. São exemplos dessa categoria pessoas obesas, idosas, gestantes ou com crianças de colo, pessoas que utilizam próteses ou muletas, idosos etc. Segundo a lei, os projetos de urbanização das vias públicas e dos espaços de uso público deverão ser criados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e os espaços já existentes deverão ser adaptados de forma a promover a acessibilidade.

Os projetos e traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário e os banheiros de uso público construídos deverão ser acessíveis observando os parâmetros e especificações das normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Nos estacionamentos públicos deverão ser reservadas vagas devidamente sinalizadas com o símbolo Internacional de acesso, para veículos de pessoas portadoras de deficiência ou com alguma dificuldade de locomoção.

Nas vias de acesso os sinalizadores de tráfego ou de iluminação vertical (postes de iluminação) devem ser colocados de maneira a não dificultar, nem impedir a circulação das pessoas.

Em virtude da existência de pessoas portadoras de deficiência visual os semáforos para pedestres instalados em vias públicas deverão possuir um mecanismo que emita um sinal sonoro suave que sirva de orientação na travessia, caso haja intensidade do fluxo de veículos e comprovada a periculosidade. Todos os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais de forma que todas as pessoas tenham acesso a eles sendo portadores de deficiência, mobilidade reduzida ou não.

Inclusive os locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão reservar lugares para pessoas com cadeiras de roda, além de lugares específicos para portadores de deficiências visuais e auditivas com acompanhante, facilitando as condições de acesso, circulação e comunicação como preza a ABNT.

Os edifícios de uso privado que precisarem instalar elevadores deverão obedecer aos critérios mínimos de acessibilidade. Além das barreiras físicas deverão ser eliminadas as barreiras na comunicação através de técnicas e mecanismos que

garantam o acesso aos sistemas de comunicação e sinalização, garantindo o direito de acesso à informação e comunicação a todas as pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Uma das formas de resolver os problemas de comunicação das pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação é a implantação, pelo Poder Público, de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes. Através desta lei serão adotados também serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, objetivando o uso da linguagem de sinais, garantindo assim o direito a informação. Serão colocados sistemas sonoros nas páginas da Internet para atender às pessoas com deficiência visual, legenda oculta em aparelhos de televisão, intérprete de Libras (linguagem dos sinais) em emissoras de TV.

Além de promover a eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação o Poder Público apoiará pesquisas e fomentará programas voltados para pesquisas científicas destinadas ao tratamento e prevenção de deficiências, ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência e à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

Promoverá campanhas de caráter informativo dirigidas à população a fim de conscientizá-la e sensibilizá-la em relação à acessibilidade com o objetivo de promover a integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O programa Nacional de Acessibilidade instituído no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça contará com dotação orçamentária específica destinada às adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de interesse cultural ou valor histórico-artístico que estejam sob a administração ou uso do Poder Público.

A Lei Estadual nº 13.126, de 10 de abril de 2001 cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: "Cidade para todos", com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para realizar as adequações e adaptações. E informa que a prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas é dos hospitais, secretarias estaduais e municipais, centros de saúde, escolas, universidades, casas de espetáculos, restaurantes, centros

comerciais, supermercados, hotéis, ruas e logradouros públicos, ou seja, locais que deverão estar acessível a toda sociedade. E instiga os municípios a implantarem núcleos de informação sobre deficiência e criarem associações que trabalhem no sentido de assegurar a cidadania às pessoas com deficiência.

Tanto a Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 quanto a de Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, são regulamentadas pelo decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que além do atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado permitindo a admissão de entrada e permanência de cão-guia acompanhado de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal. Define prazos para a aplicação da acessibilidade nos prédios públicos até junho de 2007 e privados até dezembro de 2008. E ressalta que os projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, para assim permitir sua utilização por todas as pessoas. Estas leis nos mostram que a acessibilidade não se resume na adaptação do espaço físico, mas consiste também na mudança de postura das pessoas.

Para garantir a criação de espaços acessíveis incluíram-se conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos. Observando sempre as normas técnicas de acessibilidade da ABNT quando houver o planejamento e urbanização de vias, praças, parques, logradouros e demais espaços públicos, fazendo o rebaixamento de calçadas, colocando rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestres e instalando de piso tátil direcional e de alerta para garantir o uso seguro do mobiliário pela pessoa portadora de deficiência visual, mental ou auditiva, das pessoas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras.

Para garantir o direito de ir e vir dentro e fora do país é que todos os meios de transporte coletivo incluindo os aéreo, metroferroviário, ferroviário e aquaviário passam a estar acessíveis e disponíveis para serem utilizados por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Outra grande contribuição, no campo das comunicações, é aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

2.2 ABNT- NORMAS TÉCNICAS

A partir da década de 1980, com a popularização do termo acessibilidade em todo país é que surgem leis, decretos e documentos técnicos que tratam dos direitos das pessoas com deficiência com o objetivo de promover a acessibilidade ao meio físico.

As normas técnicas fazem parte deste conjunto de documentos que estabelecem padrões regulares para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Neste sentido vale ressaltar que:

Uma norma técnica é uma especificação técnica acessível ao público, aprovada por organismos de normalização, estabelecida com a cooperação e com o consenso das partes interessadas embasadas nos resultados conjuntos da ciência, da tecnologia e da experiência, tendo como objetivo conseguir benefício para a comunidade.²⁴

A primeira norma técnica brasileira relacionada à acessibilidade foi criada no ano de 1985, intitulada “Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência”, (NBR 9050:1985). Em 1991, inicia-se a revisão desta norma incluindo novos conceitos e orientações acerca dos meios de transportes e elevadores para pessoas com deficiência, sendo publicada apenas em 1994.

No ano de 2000, por conta das dinâmicas das construções arquitetônicas, do surgimento das leis de promoção da acessibilidade e de assistência aos direitos da pessoa com deficiência, a norma precisou ser novamente revisada, sendo aprovada e publicada em 2004, intitulada como Acessibilidade a edificação, mobiliário, espaços e equipamentos (NBR 9050), focando no acesso para todos, como preza o Desenho Universal, e não apenas as pessoas com deficiência.

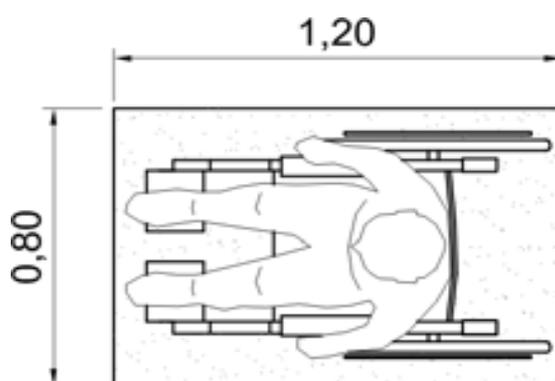
Nesta nova versão normativa incluem-se novas tecnologias, produtos e indicadores técnicos, bem como o emprego do estudo antropométrico que se constitui como um elemento imprescindível para a garantia da acessibilidade nos ambientes construídos. Neste estudo são analisadas as proporções humanas em diversas condições, tais como: pessoa em pé, sentada, andando, com uso de aparelho, cadeira de rodas etc.; ou com limitação de mobilidade com base no

²⁴ International Organization for Standardization (ISO), apud Cambiaghi, 2007, p.62.

espaço que estas pessoas precisam para se locomoverem e fazerem uso dos elementos. O estudo das proporções e dimensões humanas é de suma importância porque é através dele que, muitas vezes, se pode atentar para as larguras, alturas, extensões e desníveis, dimensões tão importantes que podem dificultar e até mesmo impedir o deslocamento e o acesso.

Com base na afirmação de Ornstein, Almeida Prado e Lopes (2010), a NBR 9050 passa por mais revisões desde 2008, em virtude da ampla difusão do tema, dos segmentos envolvidos e do grande número de estudiosos que escolheram a acessibilidade como objeto de análise. Como os resultados desta revisão ainda não foram publicados procurou-se analisar aqui alguns padrões estabelecidos na versão anterior. Além das dimensões mínimas estabelecidas a NBR 9050:2004, a norma mostra como há necessidade de estar atento ao deslocamento das pessoas e as áreas de manobras.

Para pessoas que utilizam cadeiras de roda, por exemplo, deve-se observar a área de transferência e a área de manobra, além de observar as medidas para alcance manual, visual e auditivo. Quando se trata do deslocamento deve-se ter um cuidado especial com este módulo de referência, que deve ser de 0,80 m de largura por 1,20 m de comprimento, o qual compreende a medida da cadeira de roda. Conforme a figura.



Módulo de referência (M.R.)

Figura 5: Dimensões do módulo de referência
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.6

Para o deslocamento de uma pessoa com cadeira de roda são necessários, no mínimo 0,90 m de largura, (se tratando de lugares públicos o mínimo é 1,20 m) se houver a circulação de outra pessoa no mesmo espaço a dimensão mínima

passa a ser entre 1,20 m e 1,50 m. E é justamente por isso, que os espaços de circulação urbanos (como calçadas, passeios, etc.) devem se enquadrar. Se houver dois cadeirantes deve-se ter entre 1,50 m e 1,80 m de área livre pra circulação. Para realizar manobras (giro) as medidas necessárias para o deslocamento são as seguintes:

- Para rotação de 90°, um quarto de círculo 1,20m x 1,20 m
- Para rotação de 180°, uma área de 1,50 m x 1,20 m
- Para rotação de 360°, um círculo de 1,50 m diâmetro.

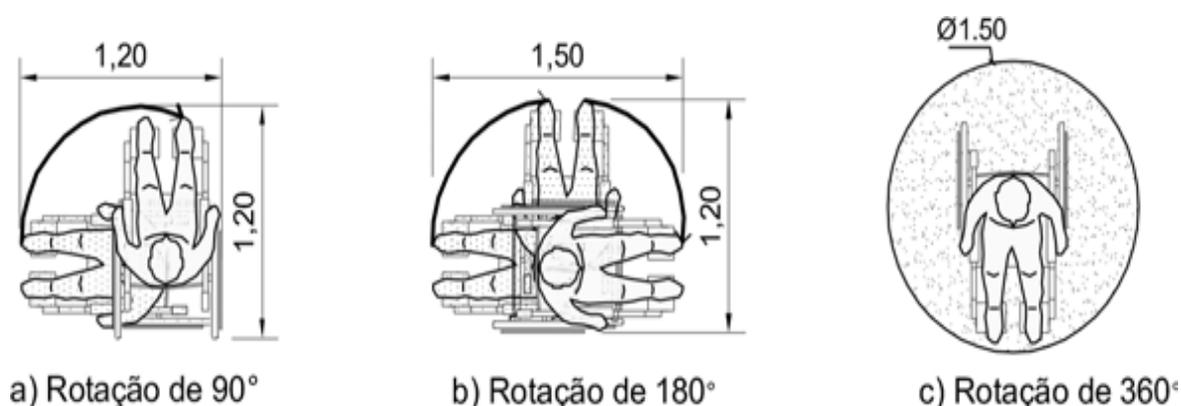


Figura 6: Área para manobra
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.8

Na área de transferência, como o próprio nome já diz, a pessoa com cadeira de roda se posiciona para sair da cadeira e se transferir para outro local e vice versa, a transferência pode ser para vasos sanitários, mobiliário (cadeiras, camas), vestuários, veículos, etc. A altura do assento de transferência deve ser semelhante a da cadeira de rodas, e a colocação de barras de apoio, principalmente nos sanitários, ajuda muito. Para tanto, a área de projeção deve ser de 0,80m por 1,20m.

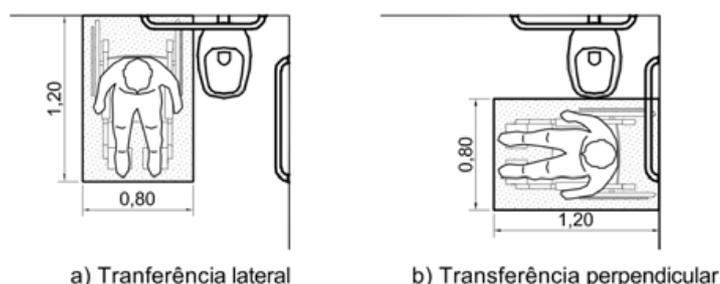


Figura 7: Áreas de transferência para bacia sanitária
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.66

A área de aproximação é aquela em que a pessoa com cadeira de roda possa se aproximar de mobiliários e equipamentos (lavatórios, balcões de atendimento e recepção, mesa de trabalho etc.) e fazer uso deles com autonomia e segurança. Sua medida deve ser de 0,80m por 1,20m como mostra a imagem a seguir.

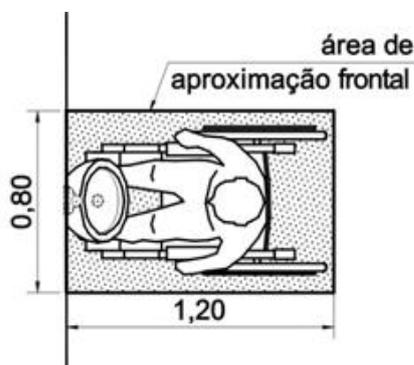


Figura 8: Área de aproximação
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.75

A comunicação e sinalização são feitas com base na ABNT a partir de três classificações: visual, realizada através de textos ou figuras; tátil, realizadas através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo; e sonora realizada através de recursos auditivos. Os tipos de sinalização utilizados podem ser permanente, direcional, de emergência e temporária. Foram criados símbolos para sanitários e áreas de circulação indicando a localização de rampas, escadas, elevadores, saídas, etc.

As áreas de circulação das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos devem estar sinalizadas indicando os locais acessíveis. Para isso utiliza-se o símbolo internacional de acesso, um pictograma branco sobre o fundo azul que pode ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco), conforme figura 24. Entretanto, a figura tem que estar voltada para o lado direito e não pode sofrer nenhuma modificação, estilização ou adição.



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Figura 9: Símbolo internacional de acesso
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.18.

Além do símbolo internacional de acesso foi criado também o Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira) e o Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez). Ambos representados respectivamente:



Figura 10: Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.19



Figura 11: Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.20

O símbolo internacional de pessoas com deficiência visual e o símbolo internacional de pessoa com deficiência auditiva²⁵ devem ser utilizados para indicar a existência de produtos, procedimentos e serviços disponíveis para estas pessoas. Assim como o símbolo internacional de acesso podem ser utilizados em duas cores, mas não podem sofrer alterações.

O símbolo internacional de sanitários acessíveis é representado conforme as figuras abaixo:

²⁵ Este mesmo símbolo pode ser utilizado para indicar o local de posicionamento do intérprete de Libras que vai orientar as pessoas neste espaço.



Figura 12: Sanitário feminino acessível
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.20



Figura 13: Sanitário masculino acessível
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.20

É obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso nos sanitários e vestiários acessíveis. Estes devem estar localizados principalmente em rotas de fácil acesso, sempre próximo da área de circulação principal. De forma a assegurar a autonomia e a segurança das pessoas deverão ser colocadas, neste espaço, barras horizontais para apoio e transferência, que sejam de material resistente e fixadas firmemente nas paredes.

Toda sinalização visual deve seguir premissas de textura, dimensionamento e contraste da cor dos textos e das figuras, seguidas de caracteres em relevo ou em Braille para serem visíveis e compreensíveis por pessoas com baixa visão. Outro fator a ser observado é a iluminação do ambiente, porque é ela que dará a legibilidade a informação, devendo existir contraste entre a sinalização e a superfície na qual ela será afixada. Ao sinalizar a parte interna dos ambientes, deve-se levar em conta que a dimensão mínima das figuras deve ser de 15 cm, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 30 m. A figura 9 mostra a distância mínima e máxima para a leitura de textos.

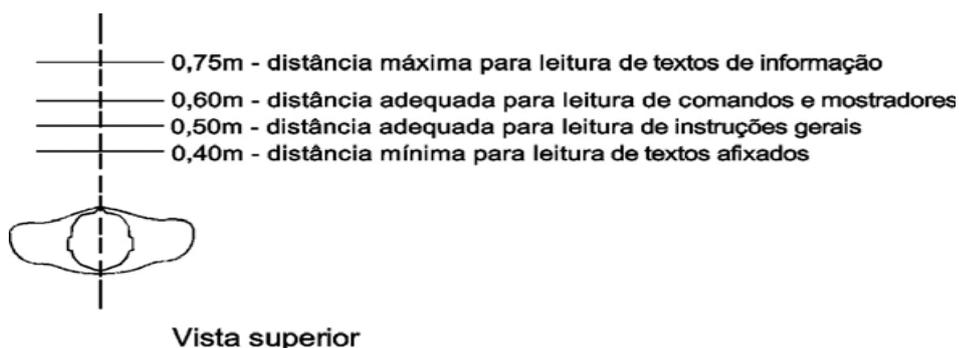


Figura 14: Distâncias no plano horizontal
 Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.24

Na sinalização tátil pode se utilizar vários recursos, entre eles caracteres ou figuras em relevo e informações em Braille. Utilizar estes dois recursos significa beneficiar três tipos de público: as pessoas com baixa visão, as pessoas que ficaram cegas recentemente e as pessoas que são alfabetizadas em Braille. Ao se expor caracteres ou figuras em relevo deve-se colocar as informações em Braille abaixo das mesmas. Os símbolos em relevo precisam ser afixados entre 1,40 m e 1,60 m do piso. Já a sinalização vertical em Braille ou texto relevo deve ser feita entre as alturas 0,90 m e 1,10 m do piso. Além disso, a sinalização deve fazer correspondência com o piso tátil.

Para sinalizar portas as informações visuais sobre o número da sala, a função, etc. devem ser colocadas entre 1,40 m e 1,60 m do piso, localizadas sempre no centro da porta ou parede adjacente, ocupando área a uma distância entre 15 cm e 45 cm. O texto em relevo ou em Braille deve ser colocado a uma altura de 0,90 m e 1,10 m, no lado em que estiver a maçaneta como nos mostra a figura a seguir.

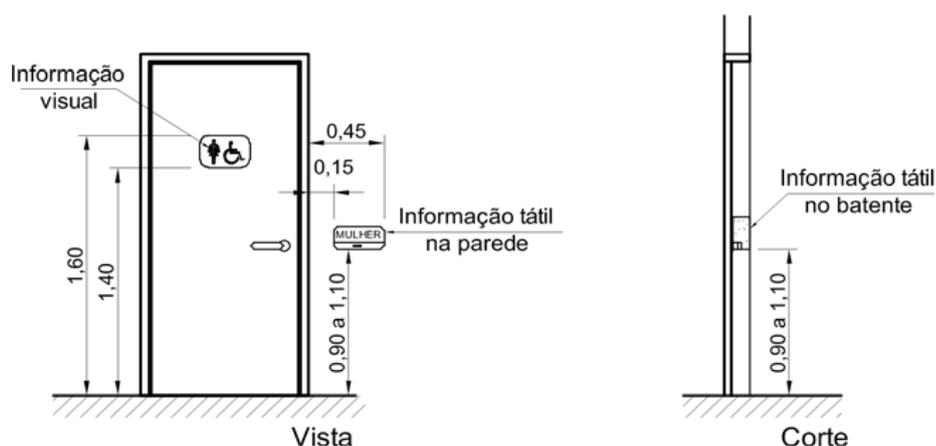


Figura 15: Sinalização visual e tátil em portas
 Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.28

A sinalização tátil de corrimãos pode ser feita com a utilização de um anel com textura contraste diferente da superfície do corrimão, sendo instalado 1,00 m antes das extremidades do mesmo. A sinalização em Braille deve ser instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, a fim de informar sobre os pavimentos no início e no final das escadas fixas e rampas, conforme a figura.

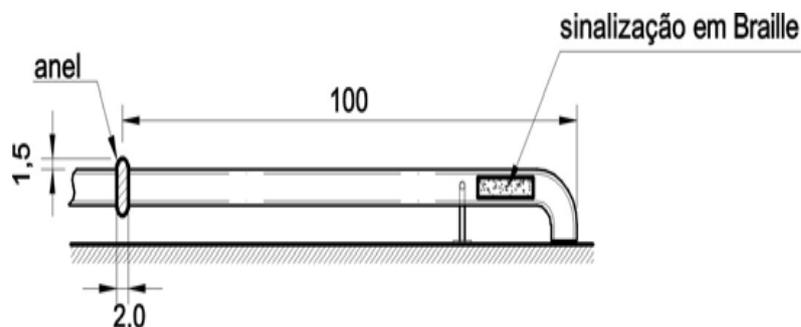


Figura 16: Sinalização de corrimãos
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.29

Os degraus e escadas também precisam ser sinalizados para que haja melhor visualização da informação e a diminuição de acidentes. A sinalização visual é colocada na borda do piso, com a cor contrastante com acabamento para que possa ser percebida com facilidade, medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura e pode estar restrita a projeção dos corrimãos laterais, com no mínimo 0,20 m de extensão conforme figura.

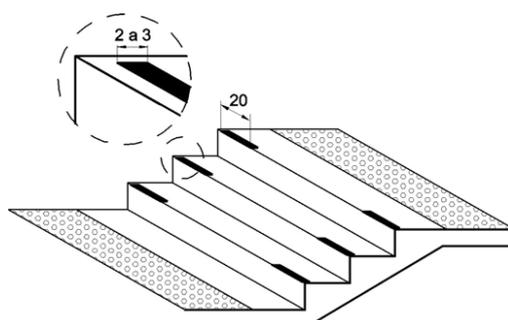


Figura 17: Sinalização visual no piso dos degraus
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.30

Além da sinalização tátil, a sinalização sonora também ajuda no deslocamento das pessoas, porém, nunca deve ser utilizada sozinha. E para uma melhor compreensão do espaço e da informação o mais indicado é associá-la à sinalização visual, sendo a sua emissão precedida de um ruído ou som característico para chamar a atenção do ouvinte. Alarmes sonoros e vibratórios também podem ser utilizados, desde que em conjunto com os alarmes visuais, de

forma a alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva.

A sinalização no piso tátil serve como orientação, no sentido de guiar o percurso do indivíduo e como sinal de alerta, chamando a atenção para possíveis obstáculos no trajeto do caminho que envolva riscos de segurança. Toda sinalização tátil deve ser feita em cor contrastante a do piso adjacente. A sinalização tátil deve ser utilizada para sinalizar a existência de elementos à frente (possíveis obstáculos) ou para indicar momentos em que as pessoas deverão ter mais atenção no percurso. A sinalização de alerta deverá ser utilizada para indicar: o rebaixamento de calçadas, obstáculos suspensos no trajeto, a existência de porta de um elevador, desnível em plataforma de embarque e desembarque, etc. Vale lembrar que a colocação do piso depende também das especificações de cada caso.

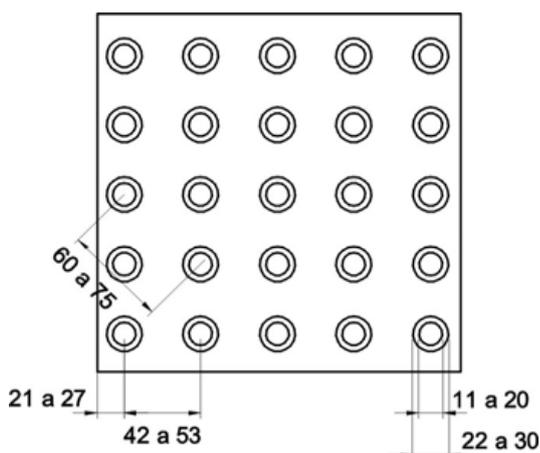


Figura 18: Sinalização tátil de alerta – Modulação do piso
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.31

A sinalização tátil direcional serve para orientar as pessoas na direção em que devem seguir, servindo como guia para locomoção. O piso direcional deve ser utilizado em áreas de circulação para indicar a ausência ou a interrupção da guia de balizamento, ou em espaços amplos, para que as pessoas saibam a direção do caminho a percorrer.

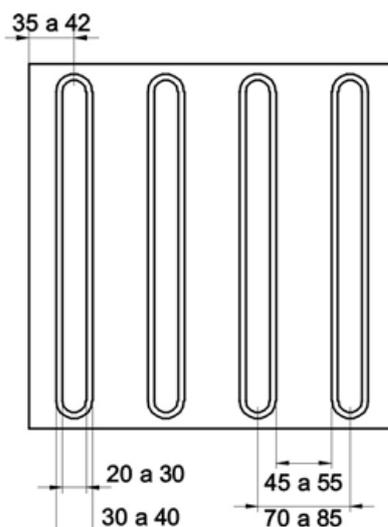


Figura 19: Sinalização tátil direcional — Modulação do piso
 Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.34

Tanto na sinalização visual quanto na sinalização tátil as cores e texturas são elementos-chave, pois vão servir de orientação para as pessoas com deficiência visual. É por isso que tais dispositivos devem ser projetados de maneira a atender as necessidades e características destas pessoas, para que haja a assimilação da informação. Cabe mencionar, ainda, que no caso de rotas de fuga ou de áreas de saídas de emergências pode-se recorrer a sinalizações visuais e sonoras para atender a todas as pessoas. Para evitar acidentes e trepidações (em cadeiras de roda ou carrinhos de bebê) os pisos das edificações devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante. Todas as entradas e rotas de circulação devem ser acessíveis, porque no caso da circulação de emergência, a distância máxima em relação às portas de entrada não pode ser superior a 50 m.

Para a colocação de rampas deve-se estar atento a inclinação adequada, e para isso se torna fundamental a utilização da equação matemática $i = (h \times 100) \div c$, na qual i é a inclinação em porcentagem, h é a altura do desnível e c é o comprimento da projeção horizontal.

A largura das rampas depende do fluxo das pessoas que passam no local, a largura mínima exigida é 1,50 m para rotas acessíveis, em outros casos a mínima pode ser de 1,20 m. Como mostra a imagem abaixo.



Figura 20: Inclinação transversal e largura de rampas – Exemplo
 Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.51

Em rotas acessíveis, os degraus e as escadas fixas devem estar associados à colocação de rampas ou equipamento de transporte vertical. Em todos estes casos deve ser colocada a sinalização tátil de alerta no início e no final, para que as pessoas com deficiência visual saibam que existirá uma alteração no declive. Os corrimãos devem ser feitos com materiais rígidos e ser firmemente fixados para permitir uma utilização mais segura, e devem ser instalados em ambos os lados dos degraus, das escadas fixas e das rampas. Os corrimãos são elementos essenciais para garantir a segura utilização de escadas e rampas, por pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência visual²⁶.

Para a colocação de corrimãos em escadas ou degraus isolados a altura do mesmo deve ser de 0,92 m do piso, para rampas a altura deve ser de 0,70 m e 0,92 m do piso. Nas escadas e degraus libera-se a colocação de um único corrimão, mas nas rampas exige-se a colocação de dois para garantir maior autonomia e segurança. Para tanto, os corrimãos devem permitir uma boa empunhadura, favorecer o deslizamento das mãos (sem a existência de arestas vivas) e possuir o formato circular. Como mostra a imagem.

²⁶ Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Saída de emergência em edifícios (Rio de Janeiro) ABNT NBR 9077.

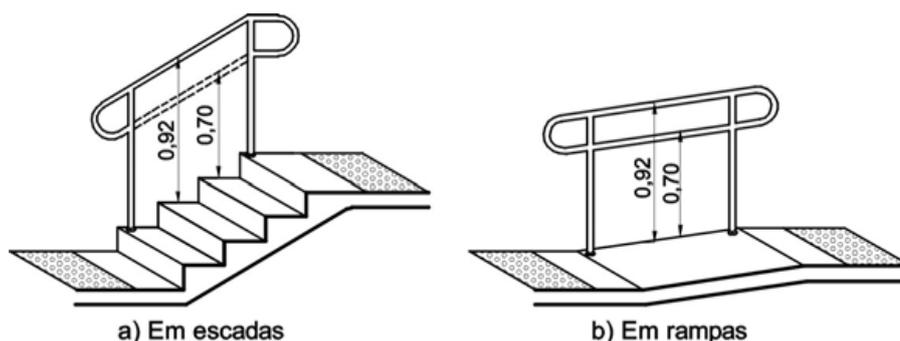


Figura 21: Altura dos corrimãos em rampas e escadas
 Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.47

Os equipamentos eletromecânicos também devem ser utilizados para garantir o acesso e a circulação com segurança das pessoas com deficiência ou com restrição de mobilidade. No caso de não existirem esses equipamentos ou por algum motivo estiverem fora de uso, bons procedimentos e um pessoal treinado pode ser a alternativa. Lembrando que, tanto a existência quanto a inoperância destes equipamentos devem estar sinalizadas. São exemplos destes equipamentos os elevadores verticais ou inclinados e as plataformas elevatórias de percurso vertical e de percurso inclinado.

Quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais o elevador vertical deve obedecer aos critérios estabelecidos na ABNT NBR 13994²⁷. Algumas destas normas estão descritas a seguir:

- Externamente, perto da entrada do elevador, deve existir sinalização tátil e visual informando e orientando sobre a instrução de uso do equipamento, a posição de embarque e indicando os pavimentos atendidos de forma a garantir o uso com autonomia e segurança por todas as pessoas;
- A largura mínima da entrada deve ser de 800 mm e a altura livre mínima deve ser de 2 000 mm. As portas devem possuir um sistema de reabertura caso aconteça alguma obstrução durante o fechamento, sem que haja necessidade de contato da pessoa ou objeto na entrada;
- A cabine deve possuir dimensões mínimas entre 1,10 m x 1,40 m;
- Botoeiras localizadas entre as alturas 0,89 m (mínima) e de 1,35 m (máxima) do piso;

²⁷ Associação Brasileira de Normas Técnicas, *Elevadores para transporte de pessoas portadoras de deficiência* (Rio de Janeiro: ABNT, 2000).

- As botoeiras sinalizadas em Braille devem estar do lado esquerdo do botão correspondente;
- Deve contar com registro visual e audível de chamada, sendo que a cada operação individual o botão deve soar mesmo independente de a chamada ter sido registrada;
- As barras de apoio, utilizadas para garantir o equilíbrio, devem ser colocadas a 0,90 m do piso;
- As portas devem possuir vão livre de no mínimo 0,80 m;
- Nas cabinas deverão existir corrimãos de superfície lisa e não deslizante, fixados nos painéis laterais e no fundo do elevador;
- Para receber o Símbolo Nacional de acesso os elevadores devem atender de forma integral às exigências da norma NBR 13999:2000.

A plataforma vertical também pode ser um recurso utilizado para vencer os desníveis: de 2,0 m para edificações de uso público e coletivo e de 4,0 m para edificações particulares. Quando o desnível ultrapassar os 4,0 m chegando até 9,0 m a plataforma deve apresentar cabine fechada para maior segurança do usuário. As plataformas de percurso inclinado podem ser utilizadas em todas as edificações sejam elas públicas ou privadas. Por conta do desnível elevado e das questões de segurança deve haver uma parada programada nos patamares a cada 3,20 m de desnível. Prioriza-se também o uso de assento escamoteável, destinado às pessoas com mobilidade reduzida. Também podem contar com sinalização visual, tátil e sonora, demarcando a área de espera para o embarque e o limite de projeção do percurso do equipamento aberto ou em funcionamento.

A NBR 9050:2004 estabelece vários padrões para garantir a acessibilidade nas edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, que vão além da acessibilidade física, envolvendo neste processo aspectos cognitivos e sensoriais. Entretanto, conforme afirma Cambiaghi (2007, p.63) “uma legislação rígida sobre o assunto não basta: é fundamental que esta seja associada à conscientização técnica para sua aplicação [...]” Sendo assim, é de fundamental importância fomentar: os debates realizados nas diferentes mídias; a ampliação de pesquisas e estudos acadêmicos na área; a aplicação efetiva dos conceitos concernentes ao desenho universal, para que, deste modo, sejam produzidos espaços que garantam definitivamente a qualidade de vida e o acesso aos direitos básicos por toda a população.

2.3 DELIMITAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENHO UNIVERSAL.

O ser humano, desde a antiguidade, tem a necessidade de modificar o ambiente pra que ele se torne mais aconchegante e habitável. Antes mesmo de construir algo, já imaginamos o projeto e vislumbramos a materialização de uma obra ou artefato. Ao comprar um terreno, por exemplo, antes da construção, planejamos cada detalhe da futura casa, como vai ser a cozinha, os quartos, a área externa etc. a fim de construir uma estrutura que nos beneficie e nos promova o bem estar. Afinal de contas, ninguém constrói uma casa na qual terá dificuldades em habitar. Com o ambiente construído a preocupação deve ser a mesma, o projeto deve ser pensado no sentido de proporcionar o uso do espaço com autonomia e segurança pelas pessoas.

É nesse sentido, buscando a inclusão de todas as pessoas (inclusive as pessoas com deficiência) e, sobretudo, através da promoção da acessibilidade na mobilidade urbana é que surge o conceito do Desenho Universal.

Desenho universal ou universal design não é um conceito novo, esta expressão foi inicialmente utilizada nos Estados Unidos pelo arquiteto Ron Mace que, em suas palavras: “o desenho universal é responsável pela criação de ambientes ou produtos que podem ser usados pelo maior número de pessoas possível”. A projeção de ambientes com base neste conceito não está destinada para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida e sim para o aproveitamento do ambiente por grande parte da sociedade, em geral. Mas essa não é uma tarefa fácil, porque implica no conhecimento de todas as necessidades humanas e suas dificuldades, e a não observação destes critérios faz com que se originem e se criem “projetos pobres e problemas de acessibilidade nas construções”²⁸.

O conceito de desenho universal é uma evolução do conceito de desenho livre, inicialmente adotado nos Estados Unidos, este conceito tem sido discutido desde a década de 1960. Em 1961, o Japão, a Suécia e os Estados Unidos reuniram-se numa conferência, com o objetivo de buscar maneiras para reduzir as barreiras arquitetônicas enfrentadas por pessoas com deficiência, pois se sabe que a “capacidade funcional das pessoas aumentava quando as barreiras ambientais

²⁸ Elaine Ostroff, Universal Desing: the New Paradigm apud Cambiaghi, 2007, p.71.

eram removidas”²⁹. Este conceito demonstra claramente a importância de uma edificação que ofereça oportunidades iguais para todas as pessoas, ou seja, uma arquitetura que possibilite a inclusão social e o uso coletivo de equipamentos e edificações urbanas por todas as pessoas, nas mais variadas situações.

Coriat³⁰ considera que um hábitat integrador deve ter os seguintes atributos: (a) acessibilidade a conformações materiais e espaciais; (b) apreensibilidade de espaços e itinerários; (c) acessibilidade aos sistemas de informação e comunicação; (d) acessibilidade aos códigos de informação e comunicação; (e) segurança; (f) confiabilidade; (g) inclusão com autonomia. Para um ambiente ser considerável acessível a todos é imprescindível a aplicação destas especificações em seu projeto.

Embora existam várias expressões que são utilizadas com o sentido do desenho universal, as que são bem aceitas por transmitirem uma visão mais abrangente sobre o assunto é o próprio desenho universal e o projetar para todos, pois expressam a importância de projetar para um maior número de pessoas. Tanto a ABNT, quanto o Decreto 5.296/04 trazem um conceito de desenho universal, conforme se observa nos trechos abaixo:

Desenho Universal é aquele que visa atender a maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população. (ABNT-NBR-9050/04).

Desenho Universal é a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (Dec. Nº 5.296/04, Art. 8º, Inciso IX).

Ambos os conceitos sinalizam sobre a necessidade de observar as características antropométricas, aquelas que dizem respeito às proporções humanas, são analisadas as características físicas do indivíduo e suas limitações no deslocamento e uso do espaço.

Através do desenho universal podem-se construir espaços que beneficiem a todos, sem necessidade de adaptações, adequações de objetos e ambientes. É

²⁹ Michael Bednar, Barrier-Free Environments (Stroudsburg: Dowden, Hutchinson & Ross, 1997 apud Cambiaghi, p.72.

³⁰ Coriat, 2003 apud Desenho universal; Caminhos da acessibilidade no Brasil, 2010, p 234.

nesse sentido que o desenho universal diferencia-se do desenho acessível que traz como proposta de edificações, de objetos e espaços que atendam as pessoas com deficiência ou com problemas de mobilidade, produzindo para isso produtos de uso exclusivo destas pessoas. Por outro lado, no desenho universal busca-se produzir produtos, espaços e ambientes que atendam às necessidades de qualquer pessoa inclusive as com deficiência, sem necessidades de adaptações especiais, no sentido de assegurar o uso do espaço por todos, independentemente de suas limitações.

Este conceito nasce das reivindicações das pessoas com deficiência e de alguns arquitetos, urbanistas e designers que estavam insatisfeitos com as construções de projetos que excluía parte da população e não possibilitavam a democratização dos espaços.

Mesmo com a mudança de pensamento, ainda existem arquitetos e urbanistas que associam e encaram os termos - eliminação de barreiras arquitetônicas e acessibilidade ao meio físico - como soluções voltadas para pessoas deficientes ou com restrição de mobilidade, esquecendo que os ambientes devem ser construídos para serem utilizados por todas as pessoas e não somente por parte da população que não se inserem nestas categorias.

O conceito de desenho universal também se diferencia do conceito de desenho livre por se destinar a qualquer pessoa e não somente às pessoas com deficiências. Na prática, essa diferenciação se torna ao mesmo tempo polêmica e interessante, pois se o principal objetivo é propiciar uma sociedade livre de barreiras, tornando os espaços acessíveis e promovendo a inclusão social, porque delimitar os usos e espaços da pessoa deficiente?

Por conta disso, a maneira de conceber projetos arquitetônicos vem mudando ao longo dos anos, pois um projeto pode habilitar ou inabilitar uma pessoa de utilizar determinados ambientes ou produtos, pode incluir ou excluir um usuário.

As pessoas que não fazem uso dos ambientes destinados a sociedade são excluídas e impedidas de colocar o direito de ir e vir em prática, justamente por isso é que profissionais da área da construção civil, da arquitetura e do urbanismo, juntamente com o governo têm se esforçado para tornar o ambiente construído acessível a qualquer ser humano, pois a arquitetura muitas vezes serve como fator de exclusão por não ter sido projetada para atender seus usuários potenciais, tais como: crianças, adultos, idosos, obesos, pessoas com cadeira de rodas, anões, etc. Felizmente, hoje, se pode contar com alguns profissionais que privilegiam a maior

parte da sociedade em seus projetos, com o objetivo de proporcionar o acesso em todos os seus níveis. Para Cambiaghi³¹,

O arquiteto e o urbanista devem, pois, privilegiar o bem estar de um maior número de pessoas, para que elas usufruam dos ambientes concebidos, sempre que possível de modo autônomo, seguro e sem esforços desnecessários.

Os projetos de concepção de ambientes devem levar em consideração a diversidade (sexo, idade, altura, peso, as restrições de mobilidade, etc.) e o conforto do usuário. Um ambiente confortável é aquele que foi projetado para atender aos usuários, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades, levando em consideração as suas necessidades e limitações.

O conceito de Desenho Universal não foi criado para solucionar os problemas da falta de acessibilidades nos ambientes que já foram construídos, mas sim no sentido de conceber projetos de ambientes totalmente acessíveis, garantindo assim a inclusão social. Para isso, torna-se imprescindível atender aos sete princípios comentados a seguir.

- 1 **Equiparação nas possibilidades de uso:** visa atender aos variados grupos sem segregar os usuários, disponibilizando produtos atraentes para todos.
- 2 **Flexibilidade no uso:** a flexibilidade no uso, manuseio e acesso aos elementos do projeto devem respeitar as preferências individuais e as habilidades individuais, ou seja, adaptam-se a necessidade do usuário podendo ser utilizado por destros e canhotos facilitando a acuidade e precisão.
- 3 **Uso simples e intuitivo:** é de fácil entendimento, a compreensão da informação não depende da experiência do usuário, do seu nível de formação, nem da capacidade de concentração.
- 4 **Informação perceptível:** comunica eficazmente ao usuário as informações necessárias independente das condições ambientais ou da capacidade sensorial do mesmo.
- 5 **Tolerância para o erro:** objetiva minimizar o risco de perigos e conseqüências indesejáveis decorrentes de acidentes ou ações involuntárias.

³¹ *ibid p.10.*

- 6 **Mínimo esforço físico:** prevê a utilização com conforto e o mínimo de esforço do usuário, sem a necessidade de grandes habilidades físicas.
- 7 **Dimensionamento de espaços para acesso e uso de todos os usuários:** oferecer espaços e dimensões apropriados ao uso com base nos padrões antropométricos.

O atendimento a estes princípios faz do Desenho Universal um elemento indispensável para políticas públicas e ações que visam promover o desenvolvimento urbano e a criação de uma sociedade inclusiva, através da equiparação de oportunidades e com base nas leis da acessibilidade.

Outro conceito que merece destaque no cenário da acessibilidade é o conceito de Vida Independente criado também na década de 1960, por Ed Roberts e mais sete companheiros, todos com deficiência física da cidade de Berkeley, Califórnia, EUA. A partir dos próprios valores criaram alguns princípios³² descritos a seguir.

- As pessoas com deficiência é que sabem o que precisam para ter melhor qualidade de vida;
- Suas necessidades variam como as de qualquer ser humano e, por isso, só podem ser atendidas por uma variedade de serviços e equipamentos;
- A tecnologia assistiva pode significar a diferença entre a dependência e a independência, em determinadas situações;
- As pessoas com deficiência devem viver com dignidade, integradas em suas comunidades;
- A cidadania não depende do que uma pessoa é capaz de fazer fisicamente, mas sim das decisões que ela puder tomar por si só;
- A pessoa com deficiência é que deve ter o controle de sua situação;
- A autodeterminação, a auto-ajuda e a ajuda mútua são processos que liberam as pessoas com deficiência para controlar suas vidas;
- A integração entre pessoas com diferentes deficiências facilita a integração entre pessoas com e sem deficiência;
- Vida Independente é um processo onde cada usuário ajuda a moldar e mantê-la e não um produto para ser consumido indistintamente por diversos tipos de usuários.

³² Apud Marta Gil, disponível em <http://www.bengalalegal.com/martagil>.

Estes princípios mostram como a pessoa com deficiência, assim como qualquer outra, tem conhecimento de suas próprias necessidades e sabem o que fazer para saná-las, é justamente por isso que a concepção de projetos objetivando a eliminação de barreiras e a inclusão social devem surgir a partir da análise destas pessoas, em conjunto com os especialistas da área (arquitetos e urbanistas) e com a sociedade em geral. Cambiaghi³³ salienta ainda que:

Para atingir o objetivo de promover a qualidade de vida de todos os cidadãos, no que diz respeito ao ambiente urbano e às edificações, é preciso que haja uma mudança de atitude de todos os agentes sociais envolvidos, a saber: usuário, consumidor, empresas, engenheiros, arquitetos, designers e instituições governamentais.

Bom seria se os conceitos de design ou arquitetura inclusivos, design para todos, design para a diversidade, acessibilidade ao meio físico e desenho universal³⁴ fossem sempre utilizados em construções civis, desenho industrial e urbanismo e que, sobretudo, os profissionais estivessem capacitados para executar projetos com base nesses conceitos. Mas, na realidade, o que acontece é o contrário, pois existe um limitado preparo da docência nessa área e, além disso, grande parte dos cursos não leva em consideração e, com efeito, as especificidades concernentes a essa temática.

Evidentemente que o Desenho Universal se constitui como uma grande contribuição para a sociedade, através das inovações na forma de perceber o espaço arquitetônico, sua relação com as pessoas e na área de projeção dos mesmos. O que na prática melhoraria a vida de todos, com certeza, mas a questão que se coloca é que ainda existem grandes dificuldades na aplicação do conceito decorrente do desconhecimento técnico sobre o tema. Por isso, as universidades e os centros de informações e pesquisa têm um papel importante a desempenhar, informando e instruindo o maior número de pessoas para a construção de uma sociedade totalmente acessível, eliminando assim as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades e edifícios, nos transportes e nas comunicações.

³³ Cambiaghi, 2007, p.79

³⁴ Termo utilizado na Norma Técnica da ABNT nº 9050 em sua última revisão, em vigor desde maio de 2004.

3. A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS.

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DOS MUSEUS.

A palavra Museu é de origem grega e deriva do termo *Museion*, que significa “templo das musas”. Segundo a Mitologia Grega, as musas eram as filhas de *Mnemósine* - deusa que personificava a memória - que protege as Artes e a História. *Mnemósine* tinha o poder de fazer com que os poetas e adivinhos voltassem ao passado e o lembrassem para a coletividade. Essa ascendência do termo se faz pertinente, uma vez que o espaço museal proporciona uma interpretação do passado, através da observação de importantes coleções consagradas pelo tempo, ao transmitir conhecimentos e ao preservar bens artísticos e culturais para a posteridade. O museu nasce, portanto, deste remoto e clássico hábito humano de colecionar e preservar os objetos, atribuindo-lhes valores afetivos, simbólicos e econômicos.

Com o passar dos tempos o termo adquire novos significados. Já no século XVII, por exemplo, surgem os chamados "gabinetes de curiosidades", locais nos quais os colecionadores guardavam tudo o que coletavam durante a vida, tais como: objetos raros ou estranhos, animais empalhados, vegetais e minerais, fósseis, insetos, livros antigos, quadros, dentre outros. Apesar da diversidade ali preservada, esses lugares não eram destinados inicialmente ao público em geral, sendo abertos somente para pessoas mais íntimas dos colecionadores, ou para cientistas e pesquisadores.

Um dos mais conhecidos e maiores colecionadores desta época foi Sir Hans Sloane (1660-1753), um médico muito rico e dono de objetos raros e valiosos, na cidade de Londres. Possuía um grande e valioso acervo que, após a sua morte, foi doado a Sociedade Real de Londres e que deu origem, posteriormente, ao Museu Britânico.

Ainda neste mesmo século, a bibliografia disponível sobre o assunto revela que os museus eram criados a partir de doações das coleções particulares. Ao que tudo indica, o primeiro museu surgiu da coleção doada por Elias Ashmole para a Universidade de John Tradescant, batizado depois como Ashmolean Museum.

Muitas destas coleções particulares deram origem às instituições que futuramente se abririam para toda a sociedade³⁵.

Na Europa, o Museu do Louvre é criado em 1793, na França, sendo o primeiro museu público com acervo acessível a toda população. Já aqui no Brasil, consta que o primeiro museu aberto ao público foi o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, inaugurado em 1862.

Nos séculos XIX e XX, outros museus brasileiros foram fundados e abertos ao público, dentre eles vale destacar: o Museu de Arte de São Paulo, em 1947; o Museu da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1815; o Museu Real, depois transformado em Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1818; o Museu Paulista, também conhecido como Museu do Ipiranga, criado em 1892; e o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de 1894. Segundo professora e diretora do Museu Nacional, Cláudia Carvalho³⁶,

Os Museus, independente de suas características, são locais de disseminação de conhecimento, descoberta de novos saberes e de reflexão. Eles são, acima de tudo, centros de memória e de perpetuação do conhecimento.

Além disso, cabe lembrar que o museu é definido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2001) como:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.³⁷

Atualmente, os museus são considerados centros difusores de conhecimento que desempenham múltiplas tarefas, deixando de ser meramente apontados como depósitos de objetos, como no passado. Com efeito, tais instituições passaram a assumir um papel preponderante não só na conservação e preservação de objetos, mas, sobretudo, na educação do homem e no fortalecimento de sua cidadania. O

³⁵ Surgem importantes museus em todo o mundo, a partir das coleções particulares que se tornaram públicas: 1819 - Museu do Prado (Espanha), 1852 – Museu do Hermitage (Rússia), - 1872 – Museu Metropolitano de Arte (Nova York)

³⁶ Cláudia Rodrigues Carvalho, professora adjunta do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. CARVALHO, apud Diogo Silva disponível em http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,220,detalhe.aspx.

³⁷ Estatutos do ICOM, adotadas na 16ª Assembléia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembléia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de julho de 1995) e pela 20ª Assembléia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de julho de 2001) Artigo 2º.

museu torna-se de fato um protagonista do meio urbano, ao contribuir para a preservação da memória coletiva, bem como para a disseminação da cultura em todas as camadas e esferas da sociedade.

3.2 APONTAMENTOS SOBRE A PROCEDÊNCIA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS.

A pesquisa histórica ensina que, muito antes da descoberta da escrita pelos mesopotâmios³⁸, o ser humano já se comunicava e registrava os principais acontecimentos de sua vida, revelando seus medos, anseios, paixões e até mesmo em seus rituais, por meio de desenhos nas paredes das cavernas (conhecido atualmente como arte rupestre) e na confecção de esculturas.

Com a descoberta e o aprimoramento da escrita, tornou-se possível o registro claro de ideias e expressões. Como se sabe, os documentos produzidos pelo homem são registros, fontes de informação e testemunhos da sociedade em que viveu e produziu. Além das informações neles contida, tais registros possibilitam a interpretação e a análise de características da época em que foram criados. Como afirma Marc Bloch³⁹:

(...) a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele.

A organização ordenada destes documentos é chamada de arquivo. No Brasil, e em âmbito federal, foi criada a Lei Federal de nº 8.159 (Art. 2º), de 8 de janeiro de 1991, que conceitua arquivo como:

O conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Na opinião de Lodolini⁴⁰:

"Desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria 'memória', inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de grafite e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado... A

³⁸ A primeira escrita aparece em plaquetas de barro de 4000 a.C. Fonte: História da escrita. Disponível em <http://elisakerr.wordpress.com/a-arte-de-encadernar/historia-da-escrita>.

³⁹ BLOCH, March apud RIBEIRO.

⁴⁰ LODOLINI 1990 apud JARDIM, José Maria, 1995, p.4.

memória assim registrada e conservada constituiu e ainda constitui a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria, ao menos sob a forma que nós a conhecemos".

Etimologicamente, o conceito de arquivo também deriva do grego *Archeion* (prédio situado em Atenas onde viviam os magistrados e eram guardados os documentos, registros e anotações legais, os arquivos da época), palavra composta de dois elementos, o ARKHAIOS (antigo) e EPO (dispor, ter cuidado), originando a palavra *archivum*, ou seja, a arrumação de coisas antigas. Os primeiros arquivos surgem na Mesopotâmia, mas é na Grécia e em Roma que se desenvolve e se aperfeiçoa a prática da conservação e a administração dos mesmos. Como bem menciona Cortes⁴¹,

Os Arquivos surgiram nos séculos V e IV a C., como guardiães dos registros do estado e para apoiar administrativamente o governo. Diante da necessidade de se recorrer a documentos, a civilização grega demonstrou a preocupação em guardar, junto à Corte de Justiça na Praça Pública de Atenas, leis, tratados, minutas de assembleia, documentos oficiais.

E conforme Robert⁴²:

Os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a Sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada.

Em suas formidáveis reflexões, realizadas nos anos de 1980, Pierre Nora⁴³ faz distinções entre história e memória, entre a história dos grandes acontecimentos e a memória das minorias e traz o conceito de "*Lugares de Memória*". De modo que os arquivos públicos podem ser classificados como *lugares de memória*, como resultantes das relações do Estado com a sociedade, com base nesta perspectiva e conforme a visão de Nora quando afirma que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória... Lugar de memória: história que ainda possui restos de

⁴¹ CÔRTEZ, 1996 Apud OHIRA, Maria Lourdes Blatt, p.1.

⁴² ROBERT 1990 apud JARDIM, José Maria, 1995, p.4.

⁴³ NORA, 1993, p.13.

memória. Não é somente memória porque não é mais vivida, porque a ruptura com o tempo eterno já foi realizada, porque o passado já foi reconhecido, tanto que passa a ser arquivado, registrado: Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.

Para uma compreensão mais precisa do objeto de estudo aqui proposto, procurou-se delimitar o conceito de arquivo como o local destinado à conservação e a guarda de documentos, devidamente classificados e ordenados, e não apenas como coleção de documentos. Assim como os museus, os arquivos nascem da necessidade de preservação de documentos, considerados importantes para a sociedade. Ambos são ou podem vir a serem espaços públicos de integração e cidadania, e não depósitos de documentos e objetos antigos como prezava o senso comum, no passado. A palavra documento deve ser entendida como tudo que é produzido pela sociedade, que possui significativo valor para a mesma e atesta a presença do homem, como objetos e materiais diversos e não apenas no sentido de documentos e registros em papel. Os arquivos estão cada vez mais voltados para a preservação da memória coletiva, acondicionando, conservando, classificando e ordenando documentos e acervos que são parte da história da sociedade e que permitem conhecimentos aprofundados sobre ela.

Mesmo com suas características peculiares, os arquivos possuem algumas finalidades inerentes às outras instituições, na medida em que acumulam documentos ordenadamente em sua maioria textuais, mas onde também podem ser encontrados acervos fotográficos, mídias, discos, objetos antigos e até mesmo achados arqueológicos, como é o caso, por exemplo, do Arquivo Público de São Félix. Além disso, os arquivos podem estimular o tratamento e a preservação dos registros que são fontes de informação, assim como os museus, garantindo o seu pleno acesso a sociedade. Os arquivos são órgãos essenciais de documentação para a administração pública, para o setor privado e para a sociedade como um todo, constituindo-se como centros vitais de informação, como veículo de comunicação e como fonte de conhecimento.

Os arquivos possuem mais semelhanças com os museus do que se imagina. Entre as funções que o assemelha ao museu estão: à ordenação da documentação, mediante a recolha; o registro e a classificação dos documentos; e a conservação da documentação e de todo acervo exposto. Ainda do ponto de vista da conservação, os arquivos também fazem uso de equipamentos adequados, tais como vitrines,

armários, estantes, etc., proporcionando condições ambientais adequadas de forma a evitar a incidência de agentes de degradação do suporte, tais como: a oscilação da temperatura; a grande taxa de umidade; a falta de aeração local; a incidência direta de raios solares; e, principalmente, a propagação de pragas e insetos xilófagos, que são os grandes vilões na preservação de acervos textuais. Daí a importância de se ter um museólogo trabalhando nestes locais, mantendo o diálogo e o trabalho conjunto entre a Museologia e a Arquivologia.

3.3 UM PANORAMA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS NO BRASIL.

Os arquivos públicos ganham destaque com a Revolução Francesa, em 1789, e com a criação dos Arquivos Nacionais na França, quando se reconhece a sua importância e a sua responsabilidade na guarda do patrimônio documental, dos documentos produzidos no passado e os que serão frutos do presente.

Durante o século XIX, por conseguinte, os arquivos ganham bastante notoriedade por se constituírem como base de pesquisas históricas, fazendo com que os Estados se empenhassem em criar condições de mantê-los acessíveis aos cidadãos. Mas, com a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e a inclusão do direito à informação, os arquivos tornam-se locais de democratização do conhecimento, sendo destinados não apenas a pesquisas científicas ou históricas, mas também voltados para o acesso de todo e qualquer cidadão. Após a Segunda Guerra Mundial, cresce a produção de documentos e faz-se necessário pensar na melhor maneira de acondicionar todo esse material. Segundo Lopes⁴⁴,

A produção de documentos cresce de forma vertiginosa, exigindo que se estabeleçam parâmetros para a sua administração e organização. Torna-se difícil lidar com a massa documental produzida ou acumulada pela administração pública, exigindo a racionalização e o tratamento adequado dos documentos.

Com relação ao tratamento dos documentos de arquivos no Brasil, de acordo com Côrtes⁴⁵, percebe-se que estes materiais recebem tratamento diferenciado, a depender da época em que são guardados como, por exemplo, na época da

⁴⁴ LOPES, 1996 Apud OHIRA, Maria Lourdes Blatt, p.3.

⁴⁵ 1996.

ditadura militar brasileira, quando muitos documentos de arquivos foram tratados com descaso e, sobretudo, de forma arbitrária.

Entretanto, cabe ressaltar também que a década de 1970 foi paradoxalmente significativa para os arquivos. Nesta mesma época foram criados importantes parâmetros técnicos que são utilizados até hoje. A Associação dos Arquivistas Brasileiros, o Sistema Nacional de Arquivos e os cursos de Arquivologia em nível superior, foram criados justamente em 1971. Além disso, consta que neste período promovem-se os Congressos Brasileiros de Arquivologia e publica-se o primeiro periódico especializado sobre o tema.

A fim de estabelecer princípios para uma política de arquivos cria-se então no Brasil, a Lei n. 8519 de 08 de janeiro de 1991, conhecida popularmente como Lei dos Arquivos Públicos. Além da definição do que seria um arquivo público, a criação desta lei garantiu às instituições arquivísticas uma subordinação a um instrumento legal.

Apesar da importância dos arquivos públicos, como fonte de pesquisa e de preservação do patrimônio documental, os problemas enfrentados por estas instituições tem sido objeto de estudo nas últimas décadas. Os levantamentos feitos a partir de diagnósticos, produzidos em sua maioria pelos próprios arquivos públicos, contribuem para melhor entender seus objetivos, necessidades e os reais problemas por eles enfrentados, dos quais se destacam: o acúmulo de documentos sem identificação; o mau estado de conservação dos mesmos; a sua precariedade tecnológica; a falta de recursos humanos; e de recursos financeiros para melhor gerenciá-los. No Brasil, como se observa a seguir, existem algumas pesquisas feitas por estudiosos da área que permitem visualizar o quadro dos arquivos brasileiros.

Côrtes⁴⁶, por exemplo, levantou às condições de acesso à informação nos arquivos públicos estaduais, através de um questionário enviado para 25 arquivos estaduais e constatou que os principais problemas são: a falta de programas de gestão documental e de políticas de recolhimento de documentos; o enorme acúmulo de documentos sem identificação; as precárias condições de infraestrutura, de preservação e de conservação dos acervos; falta de espaço físico; a escassez de recursos financeiros destinados aos arquivos; a carência de recursos humanos especializado; a pouca utilização dos recursos de informática; e a difícil limitação de

⁴⁶ Idem, 1996.

acesso aos documentos para pesquisas e consultas, em decorrência destes problemas.

Em seus estudos, Fonseca⁴⁷ pesquisou a situação dos arquivos públicos municipais e, para tanto, enviou 27 questionários para várias prefeituras de estados brasileiros, mas ficou descontente com o fato de que apenas oito prefeituras devolveram o questionário preenchido, explicitando ainda que:

O baixo índice de respostas denota, no mínimo, a falta de atenção dada pelas prefeituras à questão do tratamento adequado de seus arquivos. [...] descomprometimento dos responsáveis pelo aprofundamento dos estudos sobre arquivos públicos no Brasil, ou ainda, uma total falta de controle técnico administrativo, impossibilitando o fornecimento dos dados solicitados.

Além do problema inicial da precariedade de informação, sua pesquisa revelou que nenhuma destas instituições possuía orçamento próprio, e que dependiam exclusivamente das decisões de órgãos públicos superiores para a obtenção de recursos. Como os acervos não se encontravam totalmente inventariados ficavam fora do acesso ao público, em geral. A insuficiência de pessoal qualificado e a falta de recursos humanos fazem com que as funções mais tradicionais sejam prejudicadas, tornando o nível de acesso ao direito de formação baixo, no que se refere às informações arquivísticas.

Bojanoski⁴⁸, por sua vez, desenvolveu um estudo em que busca analisar as condições de conservação preventiva em Bibliotecas e Arquivos e verificou inicialmente que o mais grave, nestes dois casos, é a falta de profissionais habilitados para atuar na área de preservação do acervo. Em seguida, atentou para a precariedade das instituições e para o despreparo de lidar com diferentes aspectos, dentre eles a climatização dos locais de preservação e o alto custo dos sistemas de controle ambiental. Outro fator negativo, observado pelo mesmo autor, diz respeito à microfilmagem que vem sendo considerada como uma solução de preservação dos acervos documentais, mas ainda de forma muito vagarosa no país. Percebe-se, nesse sentido, uma expressiva carência de recursos financeiros, de recursos humanos e de informações básicas relativas à preservação.

⁴⁷ FONSECA 1996 Apud OHIRA, Maria Lourdes Blatt, p.5.

⁴⁸ 1999.

Durante a "Mesa Redonda Nacional de Arquivos", realizada em 1999, na cidade do Rio de Janeiro, representantes dos Arquivos Públicos Brasileiros traçaram caminhos, objetivando a consolidação de políticas públicas voltadas para os arquivos públicos e privados e discutiram sobre os principais problemas que afetam as instituições brasileiras. Entre os problemas apresentados estão: à perda de parte do patrimônio documental público, a inexistência de instituições arquivísticas públicas municipais, o baixo índice de integração informacional das instituições detentoras de acervo, a inexistência de uma norma nacional de descrição arquivística, a deficiência na formação do arquivista, a necessidade de investimento na capacitação dos profissionais que atuam nos arquivos e a falta de visibilidade de importância dos arquivos pelo cidadão, pelos governantes e pela sociedade, como um todo.

O último ponto deve ser trabalhado com precisão, já que hoje em dia é muito comum o uso isolado destas instituições pelos administradores, por pesquisadores universitários e por alunos de ensino fundamental e médio, por um lado, mas, por outro lado, a sociedade desconhece tais instituições em suas funções e finalidades. Com base nas pesquisas de Fonseca⁴⁹, Côrtes⁵⁰, Ohira e Martinez⁵¹, as autoridades municipais, os funcionários da administração pública apresentam índices inferiores de freqüência e os arquivos brasileiros apresentam uma média muito pequena de usuários/dia. Com efeito, é preciso criar mecanismos para reverter este quadro, pois, segundo a Fundação Histórica Tavera (FHT), os arquivos brasileiros possuem um rico patrimônio documental, não somente pela qualidade e antiguidade da documentação, mas também pelo grande volume distribuído em arquivos e bibliotecas. E apesar de apenas 50% de toda essa documentação estar catalogada e inventariada, cabe notar que nos arquivos municipais a situação é ainda é pior.

Nas pesquisas realizadas por Ohira e Martinez⁵², sobre os arquivos públicos de Santa Catarina, observou-se que dentre 293 municípios apenas 25 possuem arquivos públicos municipais. A pesquisa tinha como objetivo conhecer a infraestrutura dos arquivos, as formas de organização, descrição e conservação de acervos, a existência de políticas de gestão de documentos, a quantidade e

⁴⁹ 1996.

⁵⁰ 1996.

⁵¹ 2001.

⁵² 2001.

formação dos profissionais e os recursos de informática utilizados por eles. Dentre os problemas destacam-se: a inexistência de programas de gestão de documentos; a falta de pessoal com conhecimentos para a função; o local inadequado para guarda do acervo; o estado precário de conservação dos documentos; a falta de laboratório de restauração e conservação de documentos; e, por fim, a ausência dos recursos de informática no tratamento e recuperação da informação arquivística.

Não obstante a apresentação de todos estes problemas, o Brasil vem se destacando como um dos países pioneiros da América Latina, ao promulgar a lei de Arquivos e estabelecer o seu Sistema Nacional de Arquivos. Segundo o relatório da FHT⁵³, a realidade dos arquivos brasileiros se constitui hoje da seguinte maneira:

- Região Nordeste: Com um número considerado de instituições com graves deficiências técnicas. Torna-se necessário divulgar informação relacionada com a preservação;
- Região Norte: Com grande número de instituições e documentos em cada arquivo.
- Região Centro-Oeste: Forte demanda de professores de São Paulo e Rio de Janeiro, que se deslocam para a região, para iniciar a organização de arquivos nas universidades;
- Região Sudeste e Sul: as mais desenvolvidas arquivisticamente.

Como reflexão disso, constata-se mais uma vez a seriedade na elaboração das leis, porém, a dificuldade de aplicá-las com o rigor lhes cabe. Portanto, observa-se que a dura realidade enfrentada por estas instituições é fruto da relação dos governantes para com as mesmas. Nesse sentido, Côrtes⁵⁴ afirma ainda que:

[...] o posicionamento dos arquivos públicos brasileiros dentro da administração pública, indica a forma pela qual o poder público vem tratando a informação por ele produzida e acumulada no decorrer de suas atividades: com descaso e negligência. Além disso, demonstra, dentro da organização do Estado, uma falta de conhecimento e definição de como e onde o cidadão tem acesso às informações produzidas pelo próprio Estado [...] Os arquivos são vistos muito mais com a função de apoio cultural do que como órgão básico da administração.

Para conservar os documentos faz-se necessário observar os prédios ou edifícios onde estão guardados os materiais. O relatório produzido pela FHT (1999-2000) revelou que aproximadamente 33% dos arquivos funcionam em edifícios

⁵³ FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA, 1999-2000, p. 4 Apud OHIRA, Maria Lourdes Blatt, p.8.

⁵⁴ CÔRTEZ 1996, Apud OHIRA, Maria Lourdes Blatt, p.8.

construídos antes de 1900, em sua maioria estaduais, que 28% foi construído entre 1900 e 1960, e que 39% dos arquivos foram construídos a partir de 1960. Em alguns casos, o problema não está no tempo de construção do edifício, mas na falta de manutenção dos mesmos, na sua localização e pelo fato de existirem arquivos que estão situados em prédios adaptados e que não oferecem uma estrutura adequada para atender todas as necessidades destas instituições.

Na maioria das vezes, os documentos abrigados nos arquivos são armazenados em depósitos inadequados. Quanto à segurança, consta que são tomadas medidas básicas apenas contra incêndio e roubo. A preocupação com controles de temperatura e umidade, anti-incêndios, anti-pragas e anti-fungos é maior nos arquivos públicos estaduais, enquanto que nos arquivos municipais isso não é realizado, devido à carência de recursos financeiros e materiais e por conta do alto custo dos dispositivos eletrônicos.

Uma maneira de tornar mais acessíveis os acervos documentais arquivísticos é a informatização dos arquivos, ou seja, a utilização das tecnologias da internet, tanto pra preservar os documentos originais, quanto para divulgar mais rapidamente estes materiais. A divulgação destes materiais via internet permite uma maior acessibilidade ao patrimônio documental, de documentos de valor permanente produzidos nos estados e nos municípios brasileiros.

Existem alguns arquivos que já disponibilizam informações em sites como se observa na tabela⁵⁵ a seguir:

ARQUIVOS	URL
Arquivo Público do Estado da Bahia	http://www.apeb.ba.gov.br/
Arquivo Público do Estado do Ceará	http://www.secult.ce.gov.br/APEC/Apec.asp/
Arquivo Público do Distrito Federal	http://www.arpdf.df.gov.br/
Arquivo Público Estadual do Espírito Santo	http://www.ape.es.gov.br/
Arquivo Público de Mato Grosso	http://www.apmt.mt.gov.br/
Arquivo Público Mineiro	http://www.cultura.mg.gov.br/arquivo.html
Arquivo Público do	http://www.arqpep.pa.gov.br/

⁵⁵ OHIRA, Maria Lourdes Blatt, p.14.

Estado do Pará	
Arquivo Público do Estado do Paraná	http://www.pr.gov.br/arquivopublico/
Arquivo Público Estadual de Pernambuco	http://www.arpdf.df.gov.br/
Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	http://www.ape.rn.gov.br/
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	http://www.sarh.rs.gov.br/
Arquivo Público do Rio de Janeiro	http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	http://www.geocities.com/arquivoscatarinenses/apesc.htm
Arquivo Público do Estado de São Paulo	http://www.arquivoestado.sp.gov.br/

No que diz respeito a uma política rígida de gestão de documentos, os arquivos brasileiros ainda enfrentam hoje uma situação desfavorável e problemática, tais como: a precariedade de recursos materiais e financeiros, por não possuírem orçamento próprio; a carência de recursos humanos; a insuficiência de profissionais qualificados tanto pra trabalhar com a gestão do acervo quanto na aplicação de normas sobre conservação e preservação; as precárias condições de infraestrutura e armazenamento; além é claro da falta de espaço físico para lidar com caixas e mais caixas de documentos.

Todavia, faz-se necessário ressaltar e enfatizar o esforço que estas instituições tem feito ao longo dos anos para sobreviverem, levando em conta suas potencialidades e não se resumindo a instituição de categoria informacional, que se limita a fornecer informação sobre si mesma, sobre seus funcionários e ao descrever o seu próprio acervo. O Arquivo Público do Rio Grande do Norte, por exemplo, executa o projeto "Exposições Virtuais", no qual divulga a história do estado por meio da exposição de imagens e de acontecimentos do período entre as décadas de 1950 e 1980. Já o Arquivo Público Mineiro permite uma visita virtual a todas as galerias pelo site citado acima. O Arquivo Público de Mato Grosso, por sua vez, oferece um serviço de consulta *on-line* com galeria de fotos que revelam aspectos históricos da cidade e do estado. O Arquivo Público do Pará exhibe igualmente em

seu site algumas reproduções de documentos históricos. Portanto, são várias as instituições que disponibilizam a consulta de seu acervo pela *internet*.

A informatização destes arquivos é importante, mas não pode ser vista como fator primordial de conservação do acervo. Em primeiro lugar, é preciso cuidar das próprias instituições para que permaneçam vivas e interagindo com a sociedade. Ao se planejar a criação de novos arquivos, deve-se dar maior ênfase para as recomendações mais relevantes, com o intuito de evitar que novas instituições não passem por estes problemas, sobretudo porque tem sido relativamente elevado o crescimento do número de arquivos brasileiros, nos últimos anos.

3.4 ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS E NOS ARQUIVOS.

Com o passar dos anos, o empenho e o acirramento das lutas e movimentos em prol da integração social fez com que a sociedade se visse obrigada a aceitar os seus deficientes. Todavia, hoje ainda é possível perceber a hegemonia dos padrões clássicos de beleza e de perfeição corporal, sobretudo aqueles ditados pelas mídias da indústria cultural. Existe uma grande diferença entre a lei aplicada e a escrita, como afirma Fernando Ruivo, em sua obra: "*Poder local e exclusão social*". Apesar dos direitos garantidos na legislação, os portadores de deficiência ou de necessidades especiais passam por situações ainda muito constrangedoras. A não preparação da sociedade para lidar com essas pessoas, bem como a ausência de ambientes e espaços acessíveis, faz com que muitas pessoas portadoras de deficiência vivam enclausuradas em suas próprias casas, sendo vistas muitas vezes com estranheza, sentimento de piedade, discriminação e preconceito.

No mundo de hoje, é preciso falar sobre eliminação de barreiras físicas, sensoriais e atitudinais, e isso não se resume apenas às pessoas. Como menciona Feliciano⁵⁶, "remover essas barreiras afigura-se, pois, como uma importante oportunidade para intensificar a representatividade deste mercado".

Fica cada vez mais evidente que as instituições públicas e culturais precisam estar preparadas para receber esta parcela da população portadora de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, assumindo suas responsabilidades no que diz respeito à inclusão dos mais variados públicos. É fundamental efetivar ações de acessibilidade na sociedade, sem distinção.

⁵⁶ Feliciano, 2006:60 apud Sonia Maria Almeida Santos Acessibilidade em Museus.

Ao que tudo indica, apenas na década de 1980 é que a temática da acessibilidade entra definitivamente nos museus e nos fóruns da museologia, debatendo preocupações do quanto seria preciso para ultrapassar limites físicos, simbólicos e cognitivos para alcançar uma gama mais ampla de pessoas. Uma grande conquista para toda sociedade, de hoje, é o fato de poder contar com instituições públicas de caráter artístico-cultural, planejadas e projetadas com base nas leis de acessibilidade. De instituições que disponibilizam audioguias, legendas em braile, de objetos originais ou réplicas de peças originais para o toque, além de maquetes ou plantas táteis da exposição ou do próprio edifício.

Tais iniciativas contribuem sobremaneira para atrair e aproximar as pessoas com deficiência dos diferentes equipamentos culturais urbanos, além de promover um maior intercâmbio no meio social e, assim, minimizar as barreiras atitudinais entre as pessoas portadoras de necessidades especiais, em seu convívio com a maioria da população. Num primeiro momento, alguns museus e centros culturais, por exemplo, implantaram iniciativas para remover as barreiras físicas, no sentido de garantir o acesso ao espaço, propriamente dito. Em seguida, percebeu-se a necessidade de implementar iniciativas mais profundas para remover outros tipos de barreiras com as sensoriais e as atitudinais, barreiras diretamente relacionadas aos hábitos comportamentais.

As barreiras físicas são os obstáculos encontrados na própria arquitetura. Na maioria das vezes, os espaços dos museus e dos arquivos são concebidos de forma padronizada, sem analisar e levar em consideração as diferenças entre os indivíduos, as diferentes idades, estatura, peso, comprometimento da mobilidade, ou até mesmo em relação ao nível de compreensão do que está sendo exposto.

Juntamente com este problema, vale notar o fato de que a maioria destas instituições se encontra abrigadas em prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que cria grandes dificuldades na realização de reformas e adaptações dos mesmos, para eliminar as barreiras arquitetônicas. Ao analisar padrões de acessibilidade em alguns destes prédios, percebe-se a existência de obstáculos do lado externo e interno dos mesmos, tais como: na entrada e saída do prédio; na circulação interna e externa; na existência de escadas sem alternativas de locomoção; na ausência de área pra fazer manobras com cadeiras de rodas; no uso de pisos escorregadios; na altura inadequada das mesas

e maçanetas; na colocação dos objetos nas exposições; na disposição das vitrines e painéis com iluminação e altura inadequados; entre outros obstáculos.

De modo que todos estes fatores reunidos desestimulam e diminuem, consideravelmente, a visitação desses espaços por parte das pessoas com deficiência física ou com problemas de mobilidade reduzida. Tais edificações deveriam ser projetadas para serem utilizadas com autonomia por toda a sociedade, propiciando o bem estar, o intercâmbio e a fruição de conhecimentos ali presentes.

Já as barreiras sensoriais dizem respeito à comunicação, no sentido de garantir que as informações estejam acessíveis a todos. Informações simples em locais visíveis (informações sobre os guichês, lojas, restaurantes, sanitários, etc.) fazem toda a diferença ao se adentrar nestas instituições, principalmente aquelas que conseguem orientar o visitante e o usuário de como circular em seu interior e de como apreender melhor o seu espaço.

Quando se fala da exposição de objetos (nos museus) e documentos (nos arquivos) é possível observar outro problema não menos relevante: muitas vezes, a comunicação escrita e a informação sobre os objetos são de difícil compreensão. Além disso, é possível constatar que, em certos casos, os documentos não possuem tradução em braille e não existem audioCD sobre os mesmos. Por conta disso, nota-se que muitas instituições hoje ainda não conseguem atender os diferentes tipos de visitantes e usuários.

Para eliminar as barreiras sensoriais e possuir caráter inclusivo, as instituições precisam adequar às informações aos variados níveis de compreensão e leitura, adaptar textos para leitura em Braille e adicionar janelas de Libras, sempre que houver exposição de vídeos, para pessoas com alguma deficiência sensorial. Uma outra opção, neste caso, seria a inclusão de objetos que possam ser manipulados, além de caixas sensoriais, jogos e/ou equipamentos interativos, entre outros recursos. Desse modo, o visitante pode optar como aproveitará melhor o circuito da informação, ora lendo, ora ouvindo, ora tocando as fontes e suportes de informações.

As instituições devem investir em experiências táteis ou multissensoriais, porque elas dão vida às exposições e, além de serem muito agradáveis, fazem com que o conteúdo informativo da exposição esteja acessível, não só para as pessoas com deficiência visual e/ou auditiva, mas para o público em geral.

As barreiras atitudinais, por sua vez, estão relacionadas à inclusão social das pessoas com deficiência na sociedade e a forma como esta se encontra preparada para lidar com elas. A sociedade precisa ser conscientizada para conviver com estas pessoas, respeitando as suas diferenças físicas e sensoriais. Afinal de contas, e de acordo com o Art. 5º da Constituição Federal, "todos os homens são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e por isso devem ser tratados sem discriminação e preconceito".

As instituições, seus funcionários e o público em geral precisam estar preparados para acolher e saber conviver com este público especial, e isso se conquista com encontros de sensibilização e de conscientização sobre as diferenças existentes na sociedade, orientando como proceder, conduzir e se relacionar com estas pessoas, respeitando a dignidade de cada uma delas. A criação e a implantação de políticas públicas culturais inclusivas, nestas instituições, permitirão assim maiores condições de compreensão e interação do visitante com o ambiente.

Um outro aspecto, também importante, é estar atento às recomendações e sugestões do público especial, já que estes critérios foram adaptados (destinados) para ele. Para isso, torna-se de suma importância ter pessoas com alguma deficiência no quadro de funcionários destas instituições, pois elas podem auxiliar e sugerir medidas e soluções, ao expor suas opiniões e concepções sobre os trabalhos de apoio internos e externos.

Portanto, não é recomendável pensar a acessibilidade só no aspecto de acesso físico ao espaço, mas igualmente em seu caráter atitudinal, cognitivo e social, eliminando assim todo o tipo de barreiras em arquivos e em espaços de circulação e montagem de exposição. É preciso pensar a acessibilidade, hoje, como equiparação de oportunidades de fruição do conhecimento, bem como no uso do espaço com todas as suas potencialidades.

Esses equipamentos culturais/educativos podem estimular a autoestima, a criatividade e a autoconfiança das pessoas com deficiência, desde que sejam observadas as condições de infraestruturas adequadas, atrelando a tolerância e o respeito mútuo. O visitante precisa ter autonomia necessária para se locomover no interior desses equipamentos, garantido a ele o pleno acesso às fontes de informação e, ao mesmo tempo, tentar combater também a desigualdade de oportunidades, a injustiça e as mais variadas formas de discriminação e exclusão social.

Os arquivos e museus, tidos como locais de disseminação de informação e conhecimento, por excelência, precisam estar preparados para lidar com o público, em geral, sobretudo, porque possuem como uma de suas principais missões a sua comunicação com toda população. Para tanto, tais instituições devem buscar parcerias com outras instituições culturais, com instituições privadas, com outros setores e com a própria população, a fim de criar condições de melhor acesso para toda a sociedade. Mesmo com estas possíveis soluções, os museus e arquivos enfrentam muitas dificuldades em suas tentativas de adaptar seus espaços, documentos e coleções aos mais variados tipos de público. Vale destacar aqui que, dessas dificuldades, muitas das críticas lançadas sobre estas instituições acusam-nas, muitas vezes, de priorizar os objetos ao invés das pessoas. E no que concerne às exposições sensoriais, apenas as questões sobre os riscos de danos aos objetos são levantadas e priorizadas.

De todo modo, os museus brasileiros têm se empenhado para colocar em prática a acessibilidade não apenas nas exposições temporárias, mas também nas atitudes, transformações e nas mudanças da política cultural implementadas nestas instituições. A Nova Museologia aponta para o papel do museu, na atualidade, destacando o seu potencial educacional e social, assim como a sua relevante importância para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiências. Existem algumas instituições brasileiras que merecem destaque no trabalho que vem sendo desenvolvido para públicos especiais, conforme imagens abaixo:



Figura 22: Maquete articulada da obra Antropofagia (1929), Tarsila do Amaral. PEPE. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Fonte: Caderno de Acessibilidade. Reflexões e experiências em exposições e museus, p 15.



Figura 23: Programa de acessibilidade do Museu do Futebol. Fonte: Caderno de Acessibilidade. Reflexões e experiências em exposições e museus, p 45.



Figura 24: Escultura disponível pra toque, Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Fonte: Caderno de Acessibilidade. Reflexões e experiências em exposições e museus, p 49.

Os museus de ciências tanto no Brasil como no exterior foram os pioneiros a utilizar novas concepções de interatividade com objetos, explorando o caráter multissensorial e a participação dos públicos nas instituições, o que favoreceu a inclusão das pessoas com necessidades especiais nestas instituições. Os museus de arte também seguiram o mesmo rumo, ao montar exposições temporárias voltadas principalmente para pessoas com deficiência visual, proporcionando aos visitantes o toque em esculturas originais.

O Museu de arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC) também participou deste processo, organizando na década de 1980 uma exposição de esculturas originais de seu acervo, no qual as pessoas puderam manusear e interagir com algumas obras ali expostas. Anos depois, foi implantado um programa de ação educativa para públicos especiais.

A Pinacoteca de São Paulo, ao implantar o Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE)⁵⁷, se tornou referência em acessibilidade e ação

⁵⁷ Projeto desenvolvido por Amanda Tojal, museóloga e Educadora de Museus. Mestre em Arte-educação e Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Educadora do Museu de Arte Contemporânea da USP e Coordenadora do Projeto “Museu e Público Especial” (1988 a 2003).

educativa, oferecendo ao público especial visitas educativas acompanhadas por educadores especializados. Além disso, alguns recursos técnicos também foram desenvolvidos, tais como: a produção de maquetes táteis do edifício do museu e de seu entorno; reproduções tridimensionais e em relevo de obras de arte; sonorização de obras do acervo; publicações especiais em dupla leitura (letras ampliadas, Braille e audioCD); e o programa de visitação autônoma à Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras do acervo do Museu.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo também possui um espaço totalmente acessível, conta com indicações em Braille, educadores capacitados para receber pessoas com deficiência visual e visitas guiadas em libras. Para melhor desenvolver estes trabalhos, o MAM-SP firmou parcerias com instituições de saúde e de educação especial, além de projetos sociais. Criou o "Programa Igual Diferente", no qual promove cursos regulares e oficinas gratuitas para pessoas com ou sem algum tipo de deficiência.

O Centro de Memória Dorina Nowill, criado por Viviane Panelli Sarraf⁵⁸, da Fundação Dorina Nowill para cegos, em São Paulo (SP), também faz parte dos museus totalmente acessíveis do Brasil. Sendo implantado em 2002, sua estrutura física e sua comunicação museológica foram projetadas para facilitar o acesso tanto a informação quanto ao meio físico, garantindo plena acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

A exposição permanente que conta a história da instituição e dos serviços por ela prestados, ao longo de mais de 60 anos, é feita em Braille e por outros recursos auditivos sensoriais. Tem se tornado uma iniciativa notável ao desenvolver trabalhos de inclusão com públicos especiais e com o seu "Programa de Orientação para Museus Acessíveis", o qual vem sendo bastante requisitado por outras instituições. Também criado por Viviane Sarraf, este programa promove visitas aos museus para analisar se há barreiras arquitetônicas e de acesso à informação. Além de verificar se a inclusão de pessoas com deficiência consta na pauta de prioridade dos

⁵⁸ Possui graduação em Licenciatura em Educação Artística pela Fundação Armando Álvares Penteado (2001), Especialização em Museologia pelo Curso de Especialização em Museologia do MAE-USP (2004), mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (2008) e está fazendo doutorado no Programa de Comunicação e Semiótica da PUC-SP. Tem experiência na área de Museologia e Cultura, com ênfase em acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Especializou-se em acessibilidade em museus e criou em 2007 o site RINAM: Rede de Acessibilidade em Museus, importante ferramenta de informação e comunicação para o setor.

museus, este programa procura observar igualmente se os monitores estão bem preparados para lidar com este público. Entre os grupos de avaliadores de museus estão às pessoas com deficiência visual que, por conseguinte, foram reabilitados pela própria instituição.

Deve-se ressaltar ainda que uma grande referência em acessibilidade no cenário de museus, na atualidade, é o Museu da Bíblia, inaugurado em 2003, e situado na cidade de Barueri-SP. Nascido da parceria entre a Sociedade Bíblica do Brasil e a prefeitura de Barueri, tornou-se pioneiro no conceito de arquitetura inclusiva, proporcionando total acessibilidade aos portadores de deficiências. Em seu projeto arquitetônico, priorizou-se a eliminação de escadas que foram substituídas por rampas de acesso em todos os níveis da edificação.

No que concerne a expografia, o Museu da Bíblia criou uma área de exposição totalmente interativa, contando com objetos e recursos multissensoriais, móveis adequados para usuários de cadeira de roda, legendas em Braille, painéis interativos e um programa de visitas especiais, tornando as informações acessíveis a todo tipo de público. Conta com diversas exposições permanentes e rotativas sobre a Bíblia. Em seu acervo permanente possui a Bíblia falada com o objetivo de difundir "a palavra de Deus" a todas as pessoas, propiciando plenamente o acesso à informação do deficiente visual. A Bíblia está disponível em 16 idiomas e na linguagem de sinais. Seu acervo é composto de mais de 17 mil obras relacionadas à Bíblia, além da Escritura Sagrada escrita em Braille, roupas da época do Apóstolo Paulo, etc. Um outro aspecto interessante deste museu é a arrecadação de fundos que, através de uma loja de lembranças, são revertidos para a sua manutenção, garantindo assim recursos próprios para desenvolver seus trabalhos voltados para a inclusão social.

Outras instituições museológicas que trabalham com a inclusão social e a acessibilidade são: O Museu de Zoologia da USP, o Museu de Geociências da USP, o Museu de Numismática do Itaú Cultural, o ECCO-Espaço de Cultura Contemporânea de Brasília, o Instituto Adolfo Lutz, o Museu Casa de Portinari, o Memorial do Imigrante, o Museu da Casa Brasileira, o Museu de Veterinária da USP, o Museu do Instituto Biológico, o Centro Cultural São Paulo e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Evidentemente que ainda existem muitas instituições que precisam ser adaptadas a diversidade e a pluralidade próprias da sociedade, entretanto, deve se

atentar também para o fato de que elas enfrentam grandes dificuldades para a efetivação dessas mudanças. A falta de uma política pública específica, que norteie as ações destas instituições culturais, é uma delas e as medidas tomadas não podem ser isoladas, sendo de suma importância envolver os profissionais e estudiosos da área, bem como toda a sociedade neste processo desafiador.

A Instrução Normativa do IPHAN, nº 1 de 25 de novembro de 2003, dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, estabelecendo diretrizes, critérios e recomendações para promover as devidas condições de acessibilidade a estes bens, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras. No campo federal, mesmo com poucas mudanças, percebe-se o empenho de algumas instituições museológicas, citadas anteriormente, em se capacitar e se reformularem para lidar com todo tipo de público. Contudo, nas instituições de âmbito municipal que necessitam de uma política pública mais rígida, como no caso dos arquivos, o que pode ser feito neste sentido?

Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 227 e 244, os logradouros e edifícios de uso público devem ser construídos ou adaptados de forma a garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. Nas instituições culturais pode-se, por exemplo, ampliar as possibilidades de comunicação oferecendo linguagem em Braille, caracteres grandes, áudio, como estratégia de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência visual. Além disso, pode-se disponibilizar o acesso a imagens de objetos e de documentos pela internet, desde que sejam observadas as condições de preservação do objeto, o não comprometimento das peças ao serem manuseadas ou, inclusive, ao serem colocadas em contato direto com o público, para que ele interaja, toque, aprecie e sinta concretamente a obra de arte. Cabe ressaltar, no entanto, que todas estas atividades e recursos têm um custo, e muitas vezes alto, para estas instituições que precisam se adaptar e sobreviver em meio à carência de recursos financeiros. Não obstante todos os problemas aqui relacionados, as instituições culturais têm se empenhado muito para promover a acessibilidade, a inclusão social e a democratização do espaço e do conhecimento neles produzidos.

O espaço é um 'espaço vivido', ou seja, a minha experiência vivida é que cria a relação que estabeleço com os lugares da cidade, muito mais do que

uma descrição pautada na experiência do outro. Risco que corremos, quando conhecemos um local, por exemplo, somente através de recursos como a televisão ou a descrição do outro. Quando a pessoa com deficiência pode vivenciar os espaços, é o momento no qual o discurso muda, e essa pessoa pode falar de uma experiência pessoal como um 'espaço vivido'. Espaço, aqui, não somente entendido na sua concepção física, mas como lugar que a pessoa se apropria e pode ocupar como uma vivência.⁵⁹

Com base nesta afirmação, percebe-se que nada substitui o contato do visitante com o espaço e com a obra em si. E é justamente por isso que as iniciativas de tornar os espaços culturais acessíveis a todas as pessoas, mesmo as portadoras de alguma deficiência, são bem vindas, principalmente porque estes espaços estavam ligados à elite e aos intelectuais, no passado, e agora é parte da sociedade em geral. Ainda que não exista uma política cultural que beneficie os portadores de deficiências, algumas ações vem contribuindo para a criação e implantação de projetos de acessibilidade, tais como: a formação de profissionais que buscam igualar as oportunidades de locomoção e o acesso as informações e ao espaço, por meio de ambientes acessíveis; a promoção de cursos que estão voltados para o debate; a produção de estudos e pesquisas sobre acessibilidade, dentre outras medidas.

Além do mais, deve-se destacar também o aparecimento do curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), de 2006; do curso da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP), entre 1970 e 1990; o programa de pós-graduação em Museologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), de 2006; os cursos de especialização no Museu de Arte Contemporânea, no Museu de Arqueologia e Etnologia, no programa de pós-graduação em Ciência da Informação e Ciência da Comunicação, na Escola de Comunicações e Arte, todos realizados pela Universidade de São Paulo (USP), entre outros. Portanto, e ao que tudo indica, a sociedade que produziu outrora as diversas formas de barreiras, agora se mobiliza e une esforços para tentar eliminá-las por definitivo.

⁵⁹ CERTAU, M. A Invenção do Cotidiano – Artes do Fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

4 ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DR. JÚLIO RAMOS DE ALMEIDA.

4.1 HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO FÉLIX.

A cidade de São Félix, assim como a cidade de Cachoeira, se formou ao longo da parte navegável do Rio Paraguaçu, nascendo de uma aldeia de índios tupinambás que moravam em cerca de 20 palhoças. Este rio, que banha várias cidades do Recôncavo, foi corredor de acesso para descoberta de terras férteis no interior, permitindo a entrada dos colonizadores portugueses durante o século XVI.

Ao redor desse rio é que se formaram os primeiros povoados que deram origem às cidades da Cachoeira e São Félix e instalações de engenho, contribuindo assim para o desenvolvimento da região e comunicação, pois o mesmo se tornou fundamental na ligação entre a primeira Capital da Colônia, Salvador, e as novas terras no interior da Província. O Paraguaçu serviu também como principal meio de escoamento das riquezas produzidas no interior e ponto de estratégia para a conquista colonial. Grande parte de pessoas e produtos que desembarcavam no porto de Salvador com destino às províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, eram trazidas em barcos pelo Paraguaçu, até os portos de Cachoeira e São Félix, e a partir daí seguiam seus destinos nas tropas.

A cidade de São Félix foi, durante os séculos XIX e XX, um dos municípios mais ricos pelo seu desenvolvimento econômico na Bahia, inclusive no Brasil. O cultivo do fumo e a instalação de várias fábricas especializadas nesta matéria prima, dentre elas, a Fábrica de charutos Dannemann (1973) contribuiu para que a cidade de São Félix fosse reconhecida como maior produtora de charutos do Brasil.

Inicialmente São Félix pertencia aos domínios de Cachoeira, mas no século XIX, a área do atual município de São Félix passou a integrar outra jurisdição eclesiástica, fazendo parte da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Outeiro Redondo, isto por força da lei provincial datada de 1.º de junho de 1830. Em 1857, mais precisamente no dia 15 de dezembro, o presidente da província João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, por ato assinado, cria a freguesia de Senhor Deus Menino e São Félix.

A sede foi elevada à categoria de cidade através do Ato Estadual de 25.10.1890, com a denominação de São Félix do Paraguaçu, topônimo que se

estendeu para o município, simplificado novamente para São Félix, por Decreto Estadual de 08.07.1931.

Assim como Cachoeira, a cidade reúne tradições que foram escritas na história do Brasil, pelos feitos heróicos de seus filhos nas lutas pela independência. Possui uma bela arquitetura em estilo barroco, colonial, com prédios datados dos séculos XVII, XVIII e XIX e é denominada Cidade Presépio por causa das moradias instaladas do vale para a montanha, aparentando ser um verdadeiro presépio quando visto da cidade da Cachoeira e do alto da serra de Muritiba.

Atualmente, a cidade foi tombada pelo Ministério da Cultura em virtude do seu conjunto arquitetônico e paisagístico, espera-se que este tombamento sirva como meio de preservação da memória, pois a cidade não se resume apenas a arquitetura, como nos ensina Goitia, ao afirmar que:

La ciudad es algo más que una serie de calles, edificios, luces, tranvías, teléfonos, etc., algo más, también, que una mera constelación de instituciones y cuerpos administrativos: audiências, hospitales, escuelas, policía y funcionarios civiles de toda suerte. La ciudad es más un estado de alma, un conjunto de costumbres y tradiciones, con los sentimientos y actitudes inherentes a las costumbres y se transmiten por esta tradición.⁶⁰

Embora o cenário físico seja mais duradouro, não podemos esquecer que a cidade também é formada por pessoas e estas são fontes de memória viva. As pessoas dão formas às coisas e criam meios para a preservação da memória no tecido urbano. A arquitetura é um bem construído que nos permite conhecer um pouco mais sobre a sociedade que o produziu, justamente por isso, a cidade pode ser vista como um registro da memória, e neste sentido é relevante mencionar a importante missão que os equipamentos culturais e sociais têm de preservá-la para gerações futuras.

A cidade de São Félix possui vários monumentos que são verdadeiros guardiões da memória e que nos fazem voltar no tempo através de um simples olhar, dentre eles a Estação Ferroviária (1881), a Fundação Hansen Bahia (século XX), o Chalé dos Guinle (1906), a Ponte D. Pedro II (1885) e o Arquivo Público Municipal (2003), que se constitui como objeto do presente trabalho.

⁶⁰ IN CHUECA GOITIA, Fernando. Breve História Del Urbanismo. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

4.2 HISTÓRICO DO ARQUIVO DE SÃO FÉLIX.

Na década de 1940, ao lado da antiga Escola Dr. Deiró Lefundes, existia um terreno baldio que futuramente daria lugar a Biblioteca Pública Municipal de São Félix. Precisamente no ano de 1946, este espaço construído recebeu o nome de Biblioteca Pública Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida e que se mantém neste local até o ano de 2003.



Figura 25: Foto da fachada da Biblioteca Municipal da cidade de São Félix, S/D.
Fonte: Arquivo Público Municipal.



Figura 26: Foto da fachada da Biblioteca Municipal da cidade de São Félix.
Fonte: Arquivo Público Municipal.



Figura 27: Foto da fachada do Arquivo Público Municipal da cidade de São Félix.
Foto: Cristiane Araujo, 2012.

Aos 25 dias do mês de outubro deste mesmo ano, o Arquivo Público Municipal, localizado no espaço da Casa da Cultura Américo Simas desde junho de 1994, recebe a sua sede própria, o antigo prédio da Biblioteca Municipal, que agora funcionava no prédio da antiga escola Dr Deiró Lefundes e que fora instalada noutra local. Existe uma curiosidade acerca destes prédios: Assim que foi inaugurada, a Biblioteca Pública recebeu o nome de Biblioteca Pública Municipal Dr. Júlio Ramos

de Almeida e com a troca de espaços o arquivo fica com este nome e a biblioteca recebe o nome de Biblioteca Municipal Valdomiro Deiró Lefundes.

É importante ressaltar que esses prédios recebem o nome de dois médicos nascidos no mesmo período que prestaram serviços à cidade de São Félix. O Dr. Deiró Lefundes se tornou conhecido como médico do povo, pelos favores que prestava a comunidade sanfelista e Dr. Júlio Ramos de Almeida era descendente de famílias originárias dos fundadores e emancipadores de São Félix. Era jornalista e escritor, exerceu várias funções da câmara de São Félix e foi prefeito da mesma em cinco administrações.

O arquivo está localizado na Praça da Bandeira s/n na cidade de São Félix-BA, sob a direção do Sr. Oséias Fernando Oliveira de Souza, que tem como missão guardar e preservar a história da própria cidade e a do Recôncavo Baiano, preservando assim a documentação de interesse público municipal, e garantindo-lhe pleno acesso. Seu acervo é ricamente composto de documentos antigos, quadros, fotografias, jornais do século XIX e XX, achados arqueológicos, machados e regeadores de pedras utilizados pelos índios, madeiras petrificadas, vasilhames de cerâmica, louças portuguesas, moedas, e outras peças que relembram o passado do município.

Apesar de ser um local que guarda e expõe momentos marcantes da cidade presépio, o arquivo não pode ser freqüentado por todas as pessoas, inclusive as pessoas com alguma deficiência ou restrição de mobilidade que, por conta da estrutura física, têm uma grande dificuldade em fazer uso deste local. Desde o ano de 2003, o prédio não passou por nenhuma mudança em sua arquitetura, sendo colocados apenas o forro, o piso e uma nova pintura. Como a estrutura física não sofreu nenhum tipo de alteração, visando à acessibilidade nos últimos anos, torna-se importante ressaltar a necessidade e urgência de algumas adequações, para que a presente instituição possa atender um número maior de pessoas e, deste modo, privilegiar a autonomia e a segurança do visitante na sua principal função: o acesso à informação.

4.3 ANÁLISE TÉCNICA SOBRE A ACESSIBILIDADE NO ARQUIVO.

De início, o que se percebe em relação ao arquivo público aqui analisado é a constatação de que, apesar de estar localizado estrategicamente entre a Prefeitura e

a Biblioteca Municipal de São Félix, o edifício em si não está adaptado para atender portadores de necessidades especiais ou de mobilidade reduzida com efeito. Uma dificuldade que de fato impede consideravelmente o livre acesso de toda a população, sobretudo por conta da falta de infra-estrutura e dos sistemas de comunicação apropriados.

O arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida é, portanto, um destes prédios históricos que não possuem uma infra-estrutura que possibilite a acessibilidade para todos. Como a construção do prédio é datada de 1946 e o edifício não sofreu nenhuma alteração física significativa, nem tão pouco uma adaptação efetiva, desde a sua construção até o momento, verificou-se apenas a colocação de piso, forro e a aplicação de uma nova pintura, em 2003. Desse modo, cabe aqui analisar e propor algumas sugestões para que este espaço se torne acessível a toda comunidade.

Caso haja uma nova projeção do espaço deve-se adotar o conceito de desenho universal, com o objetivo de criar um espaço livre de barreiras, por meio de um projeto arquitetônico que favoreça a inclusão social de forma autônoma e segura. Para tanto, considera-se aqui o uso de equipamentos e construções, tendo como base as características antropométricas⁶¹ e sensoriais do indivíduo.

Tidos como espaços de fruição do conhecimento e do auto-conhecimento, os arquivos públicos são lugares de memória e responsáveis pela preservação de documentos e de tudo aquilo que reafirma a identidade local, na medida em que permitem o reconhecimento profundo da história de gerações passadas e que, justamente por isso, devem estar acessíveis a toda população. Nesse sentido, as políticas sociais que visam o acesso e a inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, sobretudo nas instituições culturais, são de grande importância tanto para a instituição quanto para a população que passa a se apropriar do espaço, pois, como se sabe, a condição de existência de uma instituição cultural é a presença e a permanência de visitantes.

De acordo com a bibliografia disponível, as cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possuem grandes dificuldades em adaptar e adicionar elementos às suas construções, em virtude da preservação

⁶¹ Antropometria: parte da antropologia que trata da mensuração do corpo humano ou de suas partes; registro das particularidades físicas dos indivíduos. (ver Houaiss da língua portuguesa, 2001). O padrão antropométrico pode ser encontrado na ABNT NBR 9050:2004.

das características originais. Contudo, espera-se que o tombamento da cidade de São Félix, como Patrimônio Histórico do País, não sirva de empecilho para criar meios de promoção da acessibilidade.

Conforme a Instrução Normativa nº 1 de 25 de Novembro de 2003, os bens culturais imóveis acautelados em nível federal devem adotar medidas para estabelecer condições de acessibilidade, e este é o grande problema das instituições culturais municipais, que ainda não dispõem de leis específicas para a promoção da acessibilidade. A Constituição Federal de 2008 e as leis federais nº 10.048 (de 08/11/2000) e a de nº 10.098 (de 19/12/2000) estabelecem normas para promover a acessibilidade por meio da eliminação de barreiras físicas, de obstáculos e de comunicação, porém, deve-se notar que isso interfere tanto na vida das pessoas portadoras de deficiências quanto daquelas com mobilidade reduzida.

Assim sendo, esse estudo visa apresentar uma análise técnica sobre a acessibilidade no Arquivo Municipal de São Félix, trazendo como proposta algumas recomendações que minimizem ou eliminem todas as barreiras existentes. Um dos objetivos deste estudo, portanto, é o de buscar meios para garantir o acesso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida para que possam usufruir dos espaços do arquivo e do conhecimento nele guardado.

Para avaliar as condições de acessibilidade foram necessários alguns procedimentos: uma análise geral da estrutura arquitetônica do arquivo e do entorno; a realização de estudo e levantamento bibliográfico específico sobre as deficiências, suas implicações e limitações; a aplicação de questionários com perguntas sobre a acessibilidade no prédio; um levantamento fotográfico das áreas do entorno e do objeto de estudo; e a medição de algumas áreas específicas (de deslocamento e uso de equipamentos), com base nos padrões antropométricos. Através destes procedimentos buscou-se verificar quais intervenções seriam necessárias para garantir a acessibilidade a todas as pessoas, incluindo as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, desde o entorno até a área interna do edifício.

Para a avaliação técnica foram utilizadas a legislação vigente específica, a Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003 e as normas técnicas específicas de acessibilidade NBR 9050:2004 e a NBR nº 13.994:2000⁶².

⁶² Associação Brasileira de Normas Técnicas, Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência (Rio de Janeiro: ABNT, 2000).

4.4 BARREIRAS EXISTENTES NO ARQUIVO.

Em virtude do envelhecimento e de alguns problemas de saúde, algumas pessoas têm necessidades especiais para fazer seus deslocamentos, andar pelas ruas, pedir informações, utilizar transportes e transitarem em espaços públicos que não foram devidamente projetados para atender a esta parcela da população. As barreiras e os obstáculos construídos pela própria sociedade impedem e limitam o acesso físico às edificações, à comunicação e aos recursos tecnológicos, o que impossibilita uma parcela da população de ter acesso, usufruir e interagir com o espaço, além de aumentar a exclusão social.

A partir da década de 1980, começa a se observar uma preocupação mais significativa de tornar os lugares mais acessíveis. A Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, por exemplo, garante às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, priorizando a igualdade de tratamento e oportunidades e a adoção e execução de normas que removam as barreiras e qualquer tipo de impedimento a edifícios, logradouros e meios de transporte urbano.

Ao analisar a legislação brasileira sobre acessibilidade, percebe-se que em todas as leis vigentes, incluindo a Instrução Normativa e a NBR 9050, que a acessibilidade não se constitui apenas na possibilidade de locomover-se pela cidade de maneira independente (através da concepção de espaços acessíveis), tornando-se necessárias também a eliminação de barreiras da informação e do preconceito, através da mudança de atitudes e de comportamento em relação às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Neste sentido, para a criação do plano de acessibilidade no presente arquivo foram considerados os seguintes elementos:

- Análise do entorno do arquivo;
- Implantação de plataforma de plano inclinado e vertical;
- Acesso ao prédio a partir da calçada;
- Projeto de iluminação adequado;
- Circulação no interior do edifício e uso dos serviços com base nos padrões antropométricos;
- Instalação de banheiro adequado;
- Sistema de comunicação e sinalização.

Para tanto, foram realizadas a identificação e a análise das barreiras existentes no local, com o intuito de tornar o equipamento e o seu entorno devidamente acessíveis para receber todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas e necessidades especiais.

4.5 ANÁLISE DO ENTORNO.

Antes mesmo de se chegar ao prédio do arquivo, já é possível perceber os sérios problemas relacionados à falta de acessibilidade. A cidade vem adquirindo um tráfego cada vez mais intenso, sem sinalização e, muitas vezes, sendo necessário se esperar por minutos para conseguir atravessar a via, como se observa abaixo, na figura 28.



Figura 28: Área do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

A travessia com autonomia e segurança por todas as pessoas, inclusive as com deficiência ou mobilidade reduzida, pode ser alcançada colocando-se em prática o que orienta a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, através da instalação de semáforos para pedestres que possuam, além das funções tradicionais, um mecanismo que emita um sinal sonoro suave para a sua orientação na travessia. Este sinal sonoro, portanto, vai servir como um guia principalmente para as pessoas com deficiência visual.

O passeio é praticamente livre de barreiras (ver imagem abaixo), mas a largura mínima exigida não é respeitada, ele possui 1,00 m de largura quando a medida mínima estabelecida é de 1,20 embora sendo que, pra facilitar o trânsito de pessoas com cadeiras de roda o recomendável é de 1,50 m. Faz-se necessário também a instalação de uma plataforma de plano inclinado com acesso ao nível da

rua proporcionando uma inclinação suave pelo fato do desnível não ser muito elevado. Para garantir a circulação de pessoas com deficiência visual deve ser colocada sinalização no piso tátil direcional que servirá como orientação para locomoção e alarme quanto à travessia.



Figura 28.1: Área do entorno
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

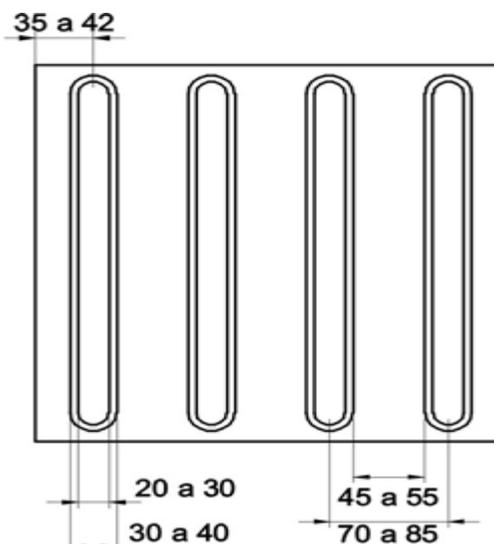


Figura 28.2: Sinalização tátil direcional Modulação do piso.
Fonte: ABNT NBR 9050:2004, p. 34

Outro problema a ser salientado diz respeito ao acesso físico. Ao virar a direita, passando pela frente da Prefeitura Municipal, constata-se a presença de mais alguns obstáculos: a largura do passeio em frente a este prédio é de 0,95 m e apresenta algumas barreiras; já o outro passeio paralelo é de 1,60 m, mas ambos não possuem nenhuma rampa de acesso, rebaixamento da calçada ou sinalização tátil no piso, para servir de orientação das pessoas com deficiência visual; por conta do alto desnível entre a rua e o passeio, o acesso pela lateral da prefeitura se torna complicado para as pessoas com mobilidade reduzida e completamente inviável para pessoas com deficiência física. Como mostra abaixo a figura 28.3.



Figura 28.3: Área do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Neste caso, a instalação de uma plataforma vertical (devidamente sinalizada) paralela ao passeio da biblioteca seria o procedimento mais indicado para garantir o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais, pois o desnível não é superior a 2 metros. Além da instalação dessa plataforma vertical seria necessário produzir também uma faixa de circulação na rua, com o piso tátil, para garantir a travessia de um passeio para o outro com segurança e autonomia pelas pessoas, principalmente aquelas com deficiência visual. Outra medida importante seria a de realizar uma intervenção na escadaria da biblioteca, por ela se apresentar como um grande obstáculo no trajeto até o arquivo, conforme se nota na figura 28.4. Feito isso, qualquer pessoa poderia realizar um deslocamento eficiente, nos 2,86 m de largura do passeio público adjacente.

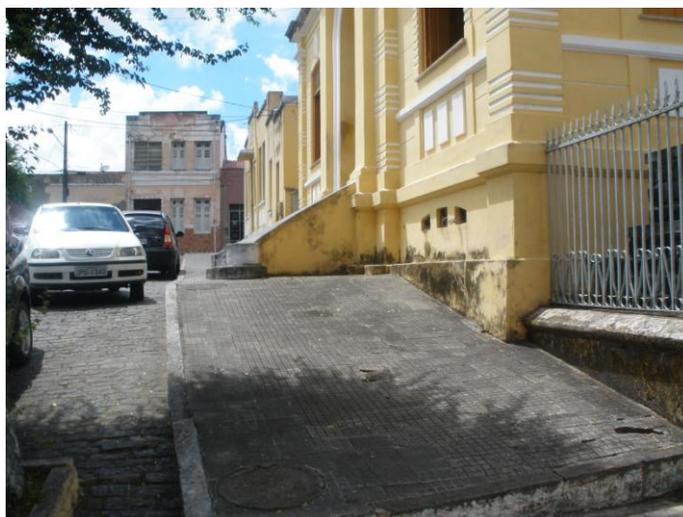


Figura 28.4: Área do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.



Figura 28.5: Área do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Como a área em frente ao arquivo e a biblioteca é utilizada, hoje, como estacionamento de veículos (vide figura 28.5), devem ser reservadas algumas vagas devidamente sinalizadas com o símbolo internacional de acesso para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e, assim, cumprir a Lei nº 10.098, conforme figura 28.6. Quando o estacionamento dispõe de 11 a 100 vagas, uma deve ser destinada ao público com deficiência, e quando for acima de 100, a quantidade é de 1%, conforme estabelece a ABNT NBR 9050:2004.

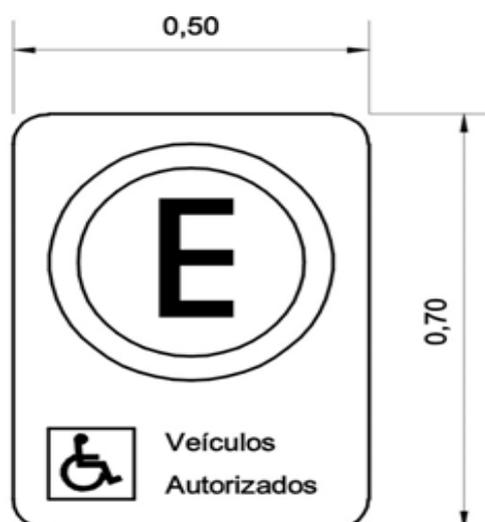


Figura 28.6: Placa de regulamentação de estacionamento em via pública.
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p. 62.

Para realizar uma análise mais detalhada da entrada do prédio, torna-se imprescindível analisar primeiramente a outra via de acesso, pelo fato de ser a única que permite o deslocamento com o uso de algum meio de transporte. Na verdade, esta via de acesso pode ser realizada perfazendo-se o contorno lateral da prefeitura. Mas antes de chegar à rua de acesso, podem-se observar mais alguns obstáculos, tais como: a largura do passeio não obedece às recomendações, já que mede cerca de 1m e possui um desnível de aproximadamente 0,10 m; não possui sinalização tátil; sem falar na presença de árvores e de motoboys com seus veículos estacionados muito próximos ao passeio. Portanto, se todos esses fatores reunidos impedem a utilização do espaço pelas pessoas, em geral, o que pensar deles em relação às pessoas com necessidades especiais, tanto aquelas que utilizam cadeiras de rodas quanto as que fazem uso de muletas e próteses, como se pode observar nitidamente na figura 28.7.

Esses pontos poderiam ser resolvidos através de algumas alterações na ordenação da cidade e no próprio desenho urbano, no caso de serem aprovados pelos órgãos correspondentes, com as seguintes proposições: a adequação do passeio para 1,20 m ou 1,50 m; a realização de um rebaixamento na calçada ou rampa de inclinação suave para vencer o desnível; a instalação de piso tátil direcional; a observância dos critérios básicos para o plantio de árvores em vias de acesso; e a criação de novos espaços de apoio para os motoboys e usuários utilizarem com o mínimo de conforto possível.

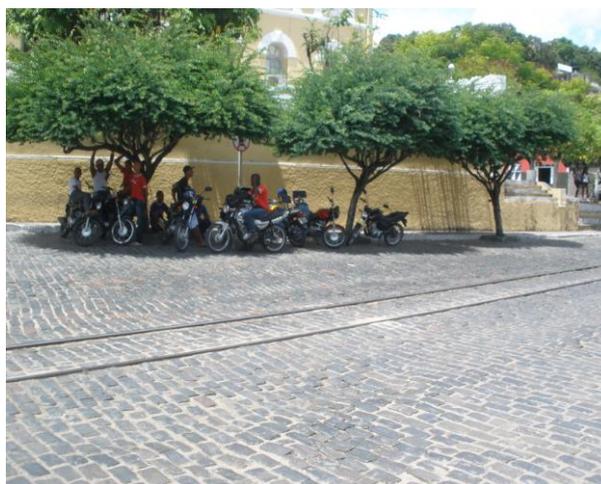


Figura 28.7: Área do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Chegando à outra via de acesso observa-se um nível elevado de inclinação da rua, além de se verificar os passeios com as seguintes barreiras: pequenas escadas; grade de ferro instalada entre a parede e o poste; dimensões variadas entre o passeio do lado direito e do lado esquerdo; e ainda um grande número de buracos na calçada que dificultam a passagem e a circulação, conforme indicam as figuras 28.8, 28.9 e 28.9.1.



Figura 28.8: Área do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.



Figura 28.9: Calçada do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.



Figura 28.9.1: Área do entorno.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Tanto para a primeira via de acesso quanto para a segunda de via, a proposta de instalação de uma plataforma vertical e a construção de uma faixa de circulação na rua, com a aplicação do piso tátil, por exemplo, seriam procedimentos bastante adequados para se tentar vencer o desnível acentuado da rua e, desse modo, manter uma rota mais acessível. A calçada do lado esquerdo não apresenta problemas quanto à largura, mede 1,25 m, mas conta com obstáculos que devem ser removidos. A grade de ferro lateral ao poste é irregular e inapropriada, pois prejudica a área de passagem atual (com apenas 0,88 m), deixando uma área de locomoção seriamente limitada até mesmo para o próprio pedestre. Deve-se prever igualmente a reconstrução de todo piso para se evitar possíveis acidentes. O outro lado da calçada é inviável pra a locomoção, pois possui uma largura de 0,95 m, que vai diminuindo à medida que se aproxima do arquivo, sendo necessária também uma mudança dessa atual estrutura.

4.6 ANÁLISE DA ENTRADA DO EDIFÍCIO.

Além de o terreno ser inclinado, percebe-se nitidamente a presença de duas barreiras arquitetônicas logo em frente ao prédio: o desnível da calçada de aproximadamente 0,15 m, mas que poderia ser resolvido a partir da colocação de uma calçada rebaixada; e para garantir o uso desta mesma escada com devida segurança, deveriam ser instalados corrimãos em toda a sua extensão; e a aplicação de um piso tátil que servisse de alerta para sinalizar o início e o término de cada degrau.



Figura 29: Área frontal do edifício.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Todavia, é bom lembrar que, mesmo que a escada possua corrimãos e piso de alerta, não pode deixar de existir uma rampa devidamente instalada com corrimãos e piso tátil, e projetada com no mínimo de 1,20 m a 1,50 m de largura (as mesmas dimensões para escadas em rotas acessíveis). Medidas estas que visam atender o maior número possível de pessoas, que possuem dificuldades ao utilizar as escadas, tendo como referência o padrão antropométrico, conforme os exemplos mostrados abaixo na figura 29.1:

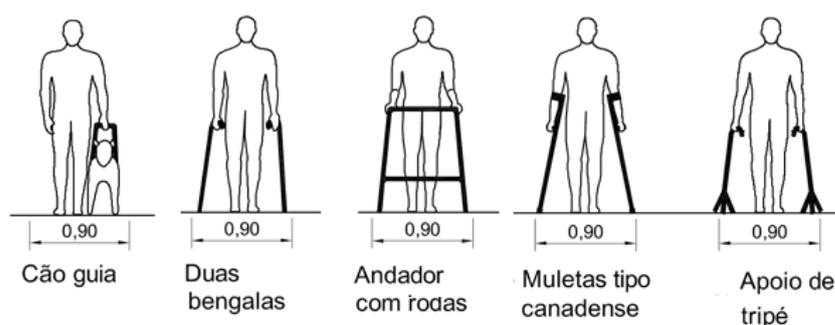


Figura 29.1: Dimensões referenciais para deslocamento de pessoa em pé.
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.5.

A porta de entrada do edifício possui uma largura de 1,15 m e obedece relativamente às normas, não interferindo no deslocamento em linha reta de uma pessoa com cadeira de rodas, desde que seja contemplada com uma rampa, visto que esse tipo de deslocamento exige uma largura mínima de 0,90 m. No entanto, se houver a colocação de uma rampa a largura da porta deve ser proporcional ao tamanho da mesma e, sendo assim, o mínimo de largura exigido para rampas é de

1,20 m. Neste caso, percebe-se que o vão da porta também deveria ser alterado, provocando um problema de preservação.

Como este prédio conta apenas com uma única porta de entrada e de saída, seria interessante se pensar na instalação de uma rampa em um dos lados da escada, com corrimãos e piso de alerta, além da possibilidade de projeção de outra rota de fuga, totalmente acessível e indispensável, no caso de acidentes dentro da instituição. Para garantir a segurança e a autonomia ao entrar e sair do espaço, por conseguinte, deve-se evitar manter as portas sem puxadores, como se observa abaixo na figura 29.2:



Figura 29.2: Porta sem puxadores.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Os puxadores adequados para qualquer pessoa fazer uso, inclusive deficientes físicos, é aquele em forma de alavanca e não de maçaneta (por exigir certo esforço e habilidade) que permite ser aberto com apenas um único movimento. De acordo com as normas, esse puxador deve ser instalado a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m.

4.7 ANÁLISE INTERNA DO EDIFÍCIO.

Para que o edifício se torne acessível torna-se imprescindível a adequação do espaço, através da eliminação de todas as barreiras. Para isso, faz-se necessário também um aumento da área interna para que todo o acervo seja acondicionado de forma que permita sua utilização por todos. As observações e sugestões para tornar

o edifício internamente acessível, aqui descritas, têm como base a ABNT NBR 9050:2004 e o modelo antropométrico.

4.7.1 Aspectos relativos à iluminação.

A utilização da luz tanto natural quanto artificial se apresenta como um fator indispensável para locais de pesquisa, como arquivos e bibliotecas. Uma iluminação inadequada pode causar mal-estar nos usuários e dificultar a pesquisa. Uma iluminação adequada é aquela que quando projetada observa não só a quantidade de lux, mas a cor da luz a fim de proporcionar uma melhor compreensão do espaço e dar mais segurança e legibilidade da informação.

Com base na ABNT NBR 5413⁶³, a iluminância adequada para locais de pesquisa e leitura está entre 300 a 750 lux⁶⁴ (modelo adotado para bibliotecas e centros de leitura, arquivos, etc.). As lâmpadas mais indicadas para estes locais são as alógenas, tubulares e dicróicas. O valor mínimo de lux é estabelecido por norma para cada tipo de ambiente interno do prédio em questão.

Através da pesquisa bibliográfica observou-se que este equipamento cultural não possui um sistema de iluminação adequado, como se pode conferir na figura 30. Um problema que poderia ser minimizado, ou mesmo eliminado, através dos serviços de um engenheiro eletricista, de um projetista ou de um arquiteto ambos especializados, de forma a garantir o uso do espaço com conforto, segurança e bem-estar.



Figura 30: Iluminação local.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

⁶³ Associação Brasileira de Normas Técnicas, Iluminação de interiores (ABNT NBR 5413, 1992).

⁶⁴ Lux é unidade de iluminância. Que pode ser medida com um luxímetro ou através de um cálculo aproximado, observando as características dos sistemas de iluminação (tipo de lâmpada, o tipo de refletor, as dimensões e cores das paredes etc.).

4.7.2 Deslocamento, uso do mobiliário e apreciação do objeto exposto.

Qualquer pessoa deveria fazer uso dos mobiliários e ter acesso à informação, porém, uma parte da população ainda não tem esse direito garantido, pois tem sido restringida em função de dimensões espaciais inadequadas e pela falta de organização dos objetos, tais como: quatro estantes, cinco vitrines, três mesas de trabalho e uma mesa para consulta, tudo isso num espaço de 100 m² (10x10).

4.7.3 A disposição das estantes.

Com o objetivo de preservar e otimizar o uso do espaço, os documentos históricos antigos são acondicionados em caixas localizadas nas estantes, sendo disponibilizado para consulta com a ajuda dos profissionais que lá trabalham. As estantes estão dispostas em fileiras com aproximadamente 0,95 m de distância entre elas (ver figura 30.2). Tendo como base as referências para deslocamento em pé (ver figura 30.1), percebe-se que a utilização deste espaço para locomoção e pesquisa nas prateleiras se realiza com o mínimo de conforto, já que a distância mínima exigida pela ABNT⁶⁵ é de 0,90 m de largura, conforme está demonstrado na figura 30.1.

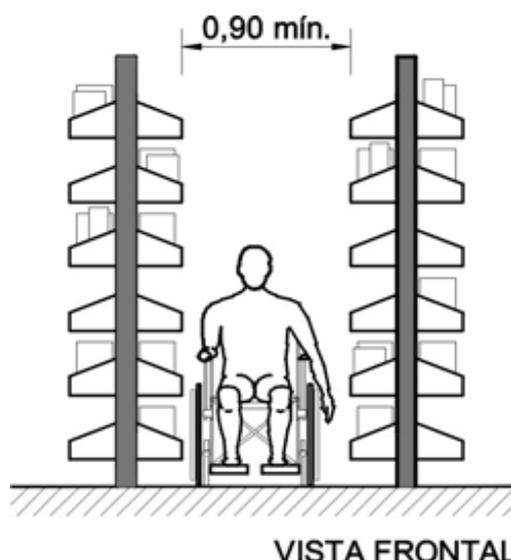


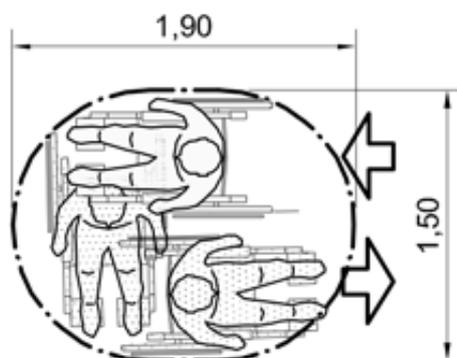
Figura 30.1: Estantes (modelo adotado para bibliotecas)
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.88.

⁶⁵ ABNT NBR 9050: 2004



Figura 30.2: Estantes do Arquivo Público
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Entretanto, recomenda-se que a cada 15 m nos corredores entre as estantes deve existir um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. E a rotação recomendada é de 180°, ilustrado abaixo na figura 30.3 Apesar de atender a recomendação da distancia mínima entre as estantes, o presente arquivo não dispõe de um espaço para a realização de manobras, que poderia ser obtido através da reorganização ou ampliação do espaço interno.



b) Deslocamento de 180°

Figura 30.3: Manobra de cadeiras de rodas com deslocamento
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.8.

A altura das estantes também pode interferir ou impedir o alcance manual das caixas. As estantes utilizadas dentro do arquivo, por exemplo, possuem 1,97 m de altura, sendo que, para pessoas em pé o limite de alcance confortável é de 1,55 m de altura. Enquanto que para pessoas sentadas é de no máximo 1,40 m, como se observa no desenho abaixo da figura 30.4.

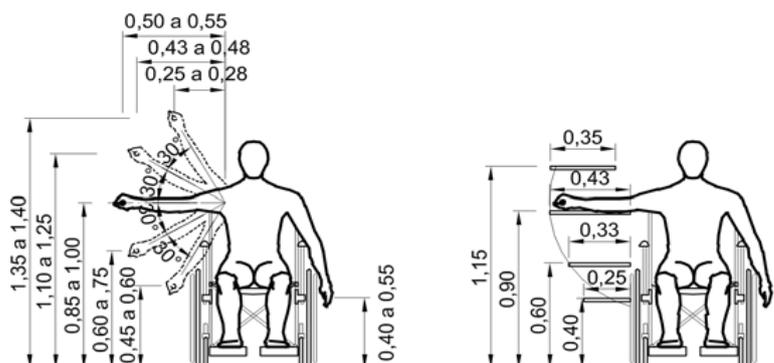


Figura 30.4: Alcance manual lateral – relação entre altura e profundidade – Pessoa em cadeira de rodas. Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.11.

Para suprir as necessidades com relação à altura da estante e do que está sendo exposto deve-se obedecer às faixas de alcance manual, bem como dos parâmetros visuais que serão tratados na sequência.

4.7.4 A exposição dos Quadros.

A visualização adequada e confortável de uma figura ou de um objeto depende tanto da iluminação do ambiente, quanto da altura em que este se encontra localizado. Sabe-se que para pessoas com deficiência física (pessoas que utilizam cadeiras de rodas), o alcance visual é bem menor em relação ao de uma pessoa que pode ficar de pé. Para uma altura de quase 2,00m, a visualização de uma pessoa em pé é de cerca de 1,45m, enquanto que para uma pessoa com deficiência física é de aproximadamente 1,27m, conforme se observa nas ilustrações das figuras 30.5 e 30.6.

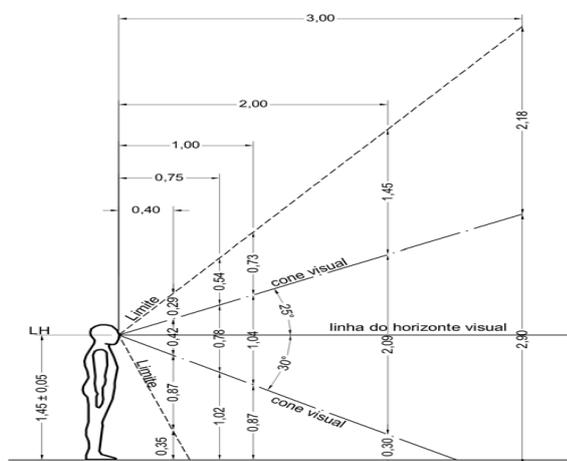


Figura 30.5: Cones visuais da pessoa em pé. Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p.15.

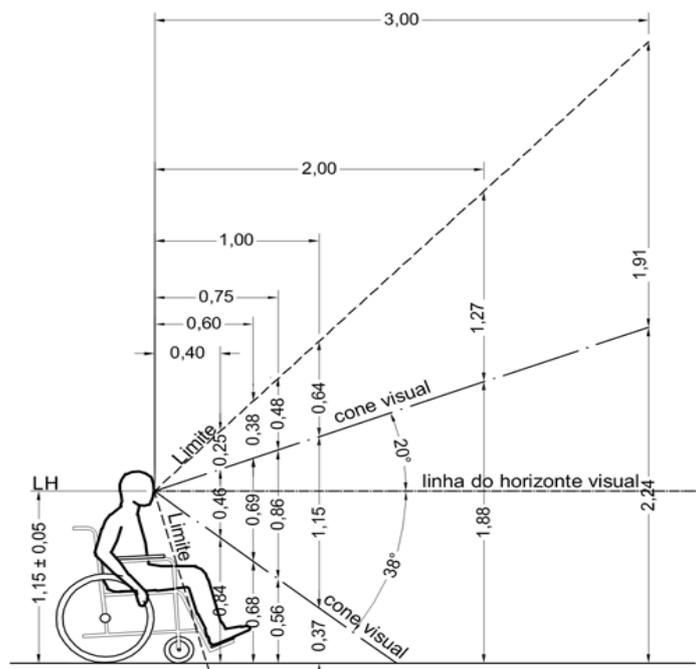


Figura 30.6: Cones visuais da pessoa em cadeira de rodas.
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p15.

Baseado nos parâmetros visuais, a apreciação dos quadros expostos no arquivo fica muito prejudicada, sobretudo pela ausência de uma área de distância entre o usuário e o que está sendo exposto. A altura das paredes é de aproximadamente 3,15 m e os quadros estão colocados entre 0,93 m (altura desde o piso) até 1,90 m de altura, o que determina total desconforto visual e que pode ser visto abaixo na figura 30.7.



Figura 30.7: Altura dos quadros.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Quando se trata de uma exposição, a análise do espaço é um fator de extrema relevância, pois a percepção do objeto exposto depende do local onde está inserido. Para que haja a visualização completa de todos os quadros, em especial por uma pessoa com cadeiras de rodas, se faz necessário um espaço de quase 3,00 m em relação aos quadros.

4.7.5 A exposição das Vitrines.

A altura das vitrines é de 1,12 m e com base nos parâmetros acima não dificulta a visualização das pessoas com os diferentes tipos de necessidades especiais, tais como: as que utilizam cadeiras de rodas; as que possuem nanismo; e até mesmo as crianças que, deste modo, podem ter uma visualização eficiente do que está sendo exposto. Já a distância entre as vitrines é que se torna um empecilho, visto que possuem apenas 0,42 m quando deveriam ter no mínimo 0,90m.



Figura 30.8: Altura das vitrines.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

4.7.6 Mesa de pesquisa para visitantes.

Recomenda-se que haja no espaço 5% de mesas acessíveis e que pelo menos 10% das mesas sejam adaptáveis para a acessibilidade. As mesas de trabalho, pesquisa ou refeição devem estar localizadas em rotas acessíveis e devem possuir uma altura livre entre 0,73 m e 0,85 m do piso, permitindo assim uma

aproximação frontal de no máximo 0,50 m., como se observa nos desenhos abaixo da figura 30.9.

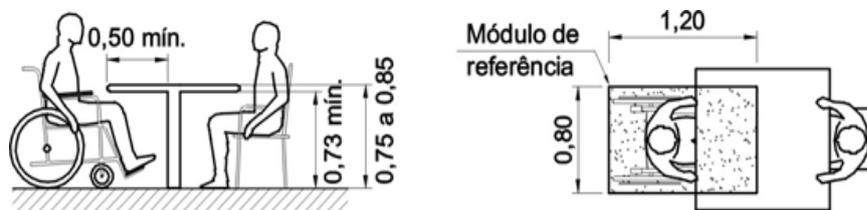


Figura 30.9: Vista lateral e Vista superior - Mesa.
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, p 92.

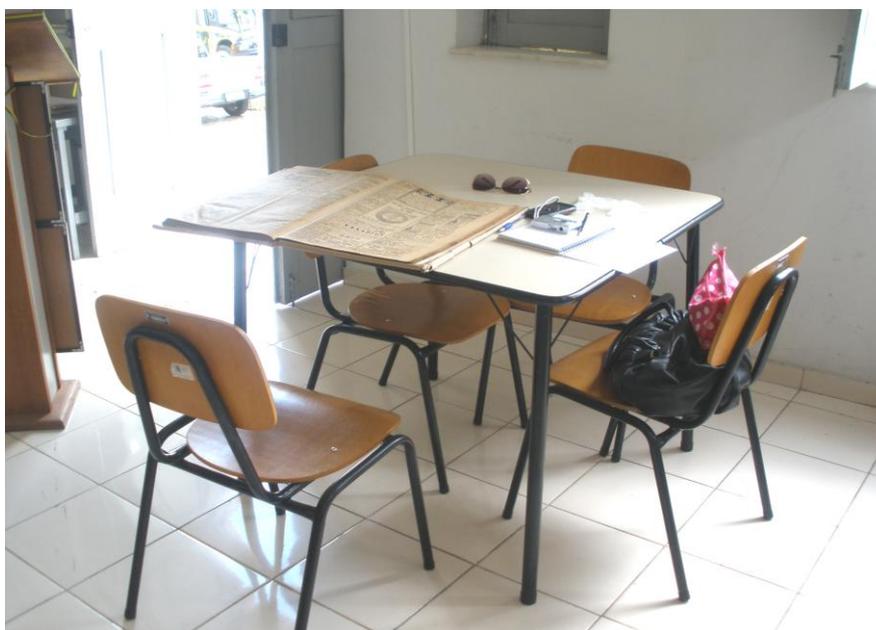


Figura 30.9.1: Mesa do arquivo público
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

A área do arquivo onde está localizada a mesa é de 4,35 m x 3,20 m e se apresenta livre de barreiras, o que permitiu a manobra em cadeira de rodas, sem maiores problemas, já que para a sua realização o mínimo de área livre necessária é de 0,90 m. A altura da mesa é de 0,75 m desde o piso até a superfície, ou seja, está dentro dos padrões técnicos. Todavia, como se observa na figura 30.9.1, a dificuldade em utilizá-la está em sua estrutura, pois os pés impedem a utilização por pessoas em cadeira de rodas, uma vez que para realizar a manobra, a pessoa tem que sair da mesa. Isso não ocorreria caso fosse utilizado o modelo padrão de mesa ilustrado na figura 30.9.

4.7.7 Sugestões para a instalação de sanitário.

O arquivo público de São Félix não dispõe de banheiro, nem de sanitários. Os funcionários que lá trabalham precisam utilizar o banheiro do prédio, ao lado do Infocentro⁶⁶, que se dá através de uma porta interna do arquivo, como pode ser visto na figura 30.9.2.



Figura 30.9.2: Porta interna.
Foto: Cristiane Araújo, 2012.

Na verdade, constata-se a existência de vários obstáculos para a utilização do sanitário fora do próprio ambiente do arquivo, tais como: a presença de uma escada, sem corrimão adequado; a falta de sinalização tátil de alerta para indicar um deslocamento arriscado; as dimensões da porta que mede aproximadamente 0,88 m, quando o mínimo estabelecido é de 0,90 m; entre outros problemas de ordem visual. O fato de existir um banheiro que pode ser utilizado pelos funcionários, fora do arquivo, não justifica a ideia de se descartar a necessidade da construção de sanitários acessíveis contíguos ou mesmo em seu interior.

Para a instalação de um sanitário, totalmente acessível, devem ser adotados os critérios citados no capítulo anterior, para a área de manobra da cadeira de rodas que deve ser de 180° e para a área de transferência. Para a instalação de uma pia

⁶⁶ Serviço de apoio destinado a pesquisa digital vinculado à Prefeitura Municipal.

sanitária acessível, a área de aproximação de pias e lavatórios deve prever a colocação de barras de apoio, e demais instruções encontradas na ABNT NBR 9050:2004. Feito isso, torna-se obrigatória também a colocação do Símbolo Internacional de Acesso, de acordo com a Lei 7.405.

4.7.8 Sinalização e Comunicação.

A instituição não conta com nenhum tipo de sinalização ou comunicação adequada. Para contemplar o deslocamento com segurança e autonomia pelas pessoas, inclusive pelas pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, vale lembrar que a sinalização dos espaços é de suma importância, porque é justamente ela que vai servir de guia no deslocamento. Além disso, torna-se necessária a utilização de uma sinalização tátil direcional, desde a entrada do prédio até a circulação interna.

As sinalizações utilizadas, sejam elas visual, tátil ou sonora, devem ser de fácil visualização e compreensão. Do mesmo modo, vislumbra-se que todos os espaços acessíveis devem receber o símbolo internacional de acesso (nos sanitários, rotas de fuga, circulação, etc.), a fim de serem percebidos logo que se adentrar na instituição. De acordo a ABNT 9050:2004, a comunicação e sinalização devem ser feitas através de textos ou figuras (visual), caracteres em relevo, ou Braille (tátil) e através da emissão de sons (sonora). Portanto, é necessário unir esses tipos de sinalização para beneficiar as diversas categorias de usuários.

O fato é que para promover a acessibilidade em seu sentido mais amplo, além dos fatores citados acima e da eliminação das barreiras físicas, torna-se imprescindível o desenvolvimento de um planejamento específico para a aquisição e implementação dos seguintes recursos e medidas:

- Intérprete de LIBRAS;
- Documentos e legendas em BRAILLE;
- Conteúdo com linguagem acessível que facilite a compreensão para todas as pessoas, independente de suas dificuldades e limitações;
- Recursos audiovisuais;
- Capacitação profissional dos funcionários para atender adequadamente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Na medida em que os equipamentos culturais, e em particular os arquivos públicos, passam a ser compreendidos como espaços reconhecidamente democráticos, como locais privilegiados por abrigar fatos, acontecimentos e a própria memória de uma comunidade, isso demonstra que valores diversificados podem existir e conviverem juntos, em contraponto aos conceitos de exclusão e de fragmentação ainda muito presentes na sociedade. Esta pesquisa acadêmica, que aborda principalmente a temática da acessibilidade nos arquivos públicos, busca a possibilidade de extensão no uso de seus espaços, bem como o acesso a informação e a fruição do conhecimento, neles contidos, por todas as pessoas e sem qualquer tipo de distinção.

4.8 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS.

Conseguir aplicar os questionários sobre acessibilidade no arquivo não foi uma tarefa fácil. Em meio à correria, de um lado para o outro, atrás de possíveis candidatos pude constatar que muitas pessoas não estavam interessadas em responder perguntas. Algumas pessoas acharam que era coisa da política local e não quiseram opinar, ou simplesmente estavam com pressa, os estudantes em sua maioria é que fizeram questão de expressar suas opiniões. Conforme pode ser observado no gráfico abaixo:



Gráfico 1- Pessoas que responderam ao questionário.
Fonte: Pesquisa in loco.

Foram entrevistadas 130 pessoas com idade entre 15 e 40 anos. A maior parte das pessoas que responderam aos questionários possuía idade até 20 anos. As pessoas mais velhas dificilmente estavam acessíveis. Conforme pode ser constatado no próximo gráfico:

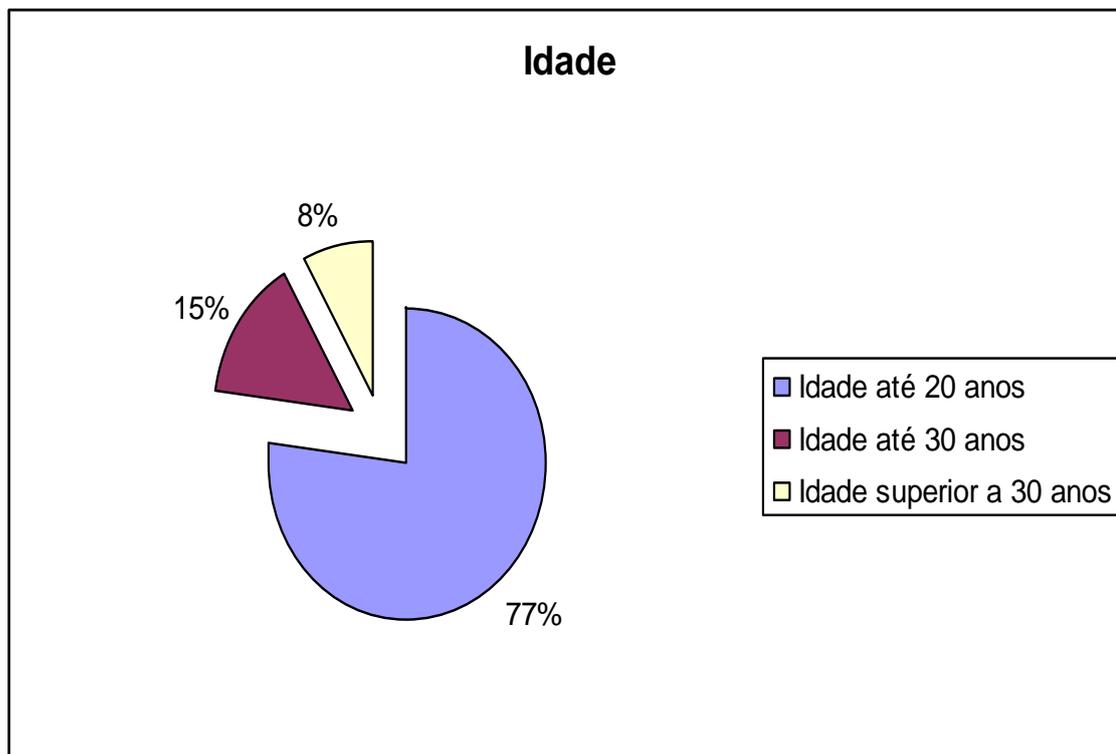


Gráfico 2- Idade das pessoas que responderam o questionário.
Fonte: Pesquisa in loco.

Com base nos questionários aplicados percebe-se que a acessibilidade para muitos, ainda se resume na simples colocação de rampas em locais de uso público (Ver gráfico abaixo). A maioria das pessoas ainda desconhece os outros tipos de barreiras existentes na sociedade, e justamente por isso não sabem como lidar com elas. Nesse sentido, é de suma importância a conscientização da comunidade local acerca da diversidade de limitações existentes, para que a acessibilidade não se resuma na simples eliminação de barreiras físicas, mas que se constitua definitivamente como um princípio básico na luta pela inclusão social.

Mesmo prevalecendo à idéia do senso comum sobre a colocação de rampas para promover a acessibilidade, existe uma minoria que sabe que tornar um espaço acessível vai muito além disso. Esse processo deve ser estendido ao acesso à

informação, a existência de meios adequados de comunicação, na mudança de olhar para com estas pessoas e na eficácia da aplicação das leis de acessibilidade.

No que diz respeito ao acesso a informação, o arquivo público da cidade de São Félix tem sido muito mais que informacional, não se presta apenas a informar os usuários sobre a cidade e o próprio prédio, mas mantém desde 2010 um blog⁶⁷ no qual dispõe para consulta: documentos, inventários, fotos do seu acervo, etc. Desse modo, o presente objeto de análise vem se tornando cada vez mais acessível via internet, além de desenvolver exposições temporárias sobre inúmeros temas: Afro descendentes de São Félix, Homenagem aos prefeitos da cidade, exposição de imagens sobre a comemoração do dia Dois de julho, entre outras atividades. Nesse sentido, ele cumpre com rigor o seu papel na administração e organização do acervo, além de contar com uma flexibilidade razoável de adaptação de seu espaço, para que outras pessoas possam ter livre acesso.

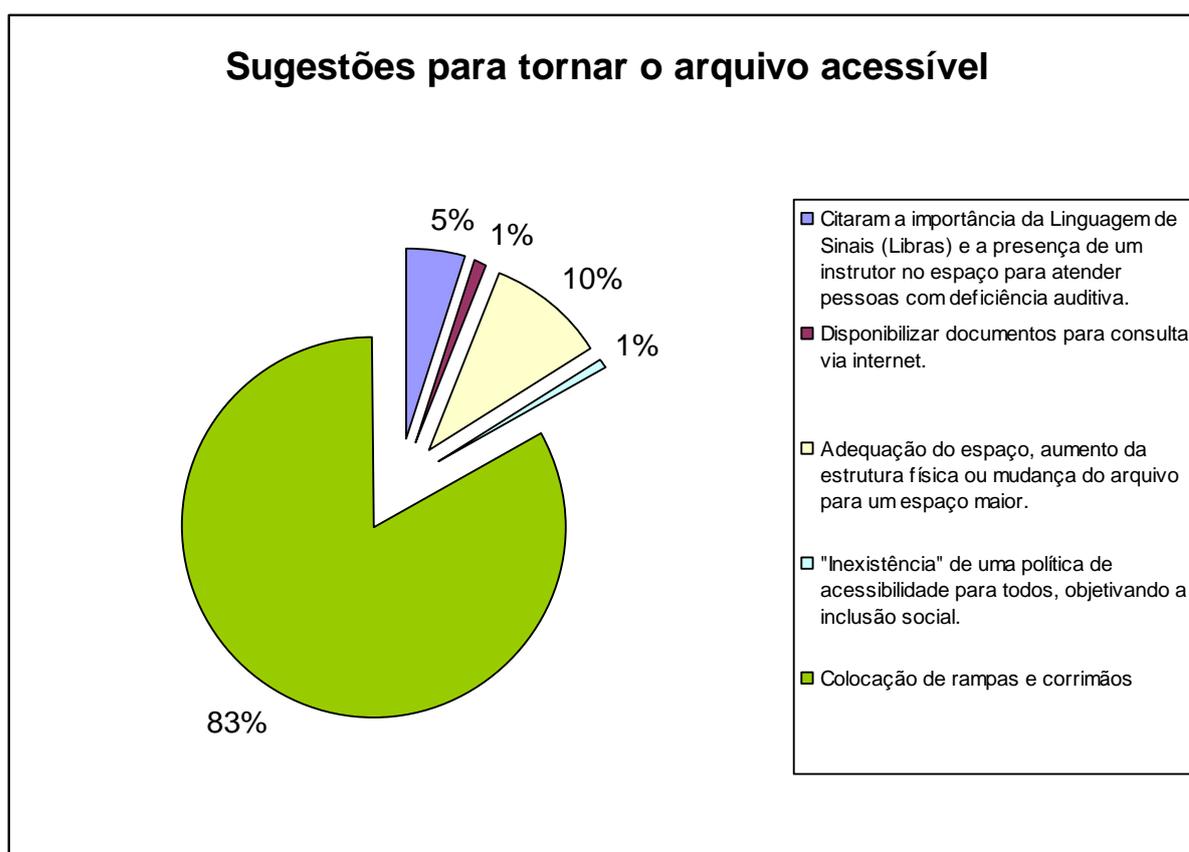


Gráfico 3- Sugestões para tornar o arquivo público acessível.
Fonte: Pesquisa in loco.

⁶⁷ <http://arquivomunicipaldesaofelix.blogspot.com/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas realizadas compreende-se que para que a acessibilidade seja colocada em prática, se faz necessário conhecer o indivíduo e suas limitações, levando-se em conta como a pessoa com deficiência era tratada, desde o início das civilizações até os dias de hoje. Além disso, deve-se atentar para a forma de como os conceitos, em sua maioria, estavam atrelados a forma de entendimento da acessibilidade.

As leis contribuíram muito para que as pessoas com deficiência fossem vistas com outros olhos, mas ainda é grande o caminho a percorrer para que haja um maior empenho dos governantes e profissionais envolvidos, em desenvolver projetos arquitetônicos e urbanísticos livres de qualquer tipo de barreiras, como preza o Desenho Universal. É urgente a necessidade de se adaptar as estruturas existentes, para que ofereçam condições de acesso e tenham a capacidade de receber este público e assim possibilitar a interação com o espaço. Para isso, inicialmente devem ser consideradas as limitações físicas, motora, auditiva, visual ou de mobilidade das pessoas, a partir daí é que se pode pensar em elaborar métodos para garantir o acesso aos bens culturais, em todos os níveis.

Neste trabalho de pesquisa foi possível constatar que a legislação brasileira é uma das mais completas sobre a acessibilidade, contemplando conceito de deficiência e mobilidade reduzida, e assegurando o direito aos bens básicos. Contudo, vale salientar que tais medidas ainda não abrangem as políticas públicas voltadas para os equipamentos culturais municipais plenamente. Ao que tudo indica, a falta de fiscalização por parte do estado faz com que as leis que objetivam a acessibilidade sejam ineficazes, já que não foram colocadas totalmente em prática.

Apesar do decreto federal 5296/04 estabelecer prazos para aplicação da acessibilidade nas edificações públicas (até junho de 2007) e as privadas (até dezembro de 2008), a falta de uma política pública que atenda aos municípios e o descumprimento das leis são fatores que impedem o processo de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e, conseqüentemente, no acesso aos bens culturais. Sendo assim, percebe-se que as normas referentes à garantia de acessibilidade em seus variados aspectos, como prevê a ABNT NBR 9050:2004, ainda não está sendo colocadas em prática.

Atender às normas de acessibilidade é um princípio básico para promover a inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo a acessibilidade plena. Neste sentido, para que o Arquivo Público em análise se torne acessível a qualquer pessoa, inclusive as com deficiência ou mobilidade reduzida, são necessárias algumas intervenções tais como:

- O planejamento de rotas acessíveis com instalação de semáforo, que emita sinais sonoros para atender os deficientes visuais;
- A instalação de piso tátil direcional nas áreas de percurso;
- A instalação de plataformas verticais devidamente sinalizadas nas vias de acesso ao prédio;
- A adaptação das dimensões adequadas das calçadas;
- O rebaixamento das calçadas do entorno;
- A reintegração do piso dos passeios para evitar acidentes;
- A construção de rampas em áreas externas e na entrada do edifício;
- A colocação de corrimãos e piso de alerta nas escadas;
- A colocação de puxadores nas portas tipo alavanca para facilitar o manuseio de pessoas com deficiência;
- A criação de um projeto de iluminação apropriado;
- A adequação do espaço através do aumento da estrutura física ou a transferência de local para que todo o mobiliário exposto possa ser colocado de forma que permita sua utilização por todas as pessoas;
- Empregar a comunicação e sinalização adequada para favorecer a orientação principalmente das pessoas com deficiência;
- E por fim, treinar e capacitar a pessoas que trabalham na instituição para lidar com este tipo de público.

É de fundamental importância que a acessibilidade se estenda a todas as esferas, ao físico, ao sensorial, ao campo das atitudes, aos transportes, etc., para que as leis e normas sejam aplicadas na integra e para que qualquer pessoa possa utilizar e usufruir de todos os serviços oferecidos pela sociedade contemporânea. Com efeito, será preciso reunir uma equipe de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, para que juntos consigam pensar em mudanças necessárias na

estrutura da cidade, visando abarcar e atender o máximo possível de pessoas. Afinal de contas, de que adiantaria tornar os espaços culturais acessíveis se parte da população não tem meios para alcançá-los e vivenciá-los com toda a sua potencialidade?

Essa grande mudança vai se tornar ínfima se a sociedade, em seu sentido geral, não estiver preparada para receber todas as pessoas. O arquivo futuramente pode estar acessível, mas nem todas as pessoas poderão fazer uso do espaço e ter acesso a este equipamento por causa das dificuldades em sair de casa e chegar até lá, é preciso vencer as barreiras que são encontradas na rua, nos caminhos e percursos que levam até as instituições e serviços da cidade.

GLOSSÁRIO

Acessibilidade: possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (ABNT NBR 9050:2004)

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (Decreto nº 5.296\04, Art. 8º, Inciso I)

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. (ABNT NBR 9050:2004)

Área de aproximação: Espaço sem obstáculos para que a pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança. (ABNT NBR 9050:2004)

Área de transferência: Espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se. (ABNT NBR 9050:2004)

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso á informação. (Decreto nº 5.296\04, Art.8º, inciso II)

Calçada: Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro. (ABNT NBR 9050:2004)

Calçada rebaixada: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável. (ABNT NBR 9050:2004)

Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (ABNT NBR 9050:2004)

Desenho universal: Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população. (ABNT NBR 9050:2004)

Espaço acessível: Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. (ABNT NBR 9050:2004)

Passeio: Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último, caso separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas - Código de Trânsito Brasileiro. (ABNT NBR 9050:2004)

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros. (ABNT NBR 9050:2004)

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (Decreto nº 5.296\04, Art.5, inciso II)

Pessoa portadora de deficiência: A que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade. (Decreto nº 5.296\04, Art.5, inciso I)

Piso tátil: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual. (ABNT NBR 9050:2004)

Rampa: Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%.(ABNT NBR 9050:2004)

Rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc. (ABNT NBR 9050:2004)

REFERÊNCIAS

A declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf> Acessado em 03 jan. 2012

A Lei Estadual nº 13.126, de 10 de abril de 2001 cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência. Disponível em <<http://www.ppd.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=101>>. Acessado em 15 jan.2012

A Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acessado em 12 dez. 2011

Alfabeto Braille com codificação Uniforme. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Braille>>. Acessado em 10 dez.2011. L

Associação Brasileira de Normas Técnicas - **ABNT NBR 9050:2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2º edição, Rio de Janeiro, 2004.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT NBR 1399**. Elevadores para transporte de pessoas portadoras de deficiência (Rio de Janeiro: ABNT, 2000). Disponível em < <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/normas/NBR13994%5B1%5D.pdf>>. Acessado em 22 jan.12

Associação Brasileira de Normas Técnicas, **ABNT NBR 5413**. Iluminação de interiores, 1992. Disponível em < <http://www.labcon.ufsc.br/anexos/13.pdf>> Acessado em 12 jan.2012

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade na História In A cidade e o arquiteto**. Lisboa. Ed 70, p 15-25, 1984.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BOJANOSKI, Silvana. **Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. ½, p. 35-78, jan./dez. 1999.

BRASIL ACESSÍVEL: **Caderno 1: Atendimento adequado as pessoas com deficiência e restrição de mobilidade**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília, 2006.

_____: **Caderno 2: Construindo a cidade acessível**. Brasília, 2006. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília, 2006.

_____: **Caderno 3: Implementação do Decreto nº 5.296\04**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 7.405**, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/1980-1988/L7405.htm>>. Acessado em 20 nov. 2011.

_____. **Lei Federal nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Estabelece normas que garantem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais e sua efetiva integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acessado em: 22 nov. 2011.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acessado em: 22 abr. 2010.

_____. **Lei Federal nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acessado em: 05 out. 2009.

_____. **Lei Federal nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acessado em: 05 out. 2009.

_____. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Lei nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.leidireto.com.br/lei-10048.html>>. Acessado em: 10 dez. 2011.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2007.

CERTAU, M. **A Invenção do Cotidiano – Artes do Fazer**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

Caderno de Acessibilidade. Reflexões e experiências em exposições e museus. 1ª edição. São Paulo/ SP EXPOMUS 2010.

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e elevada ao status de Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos

da Pessoa com Deficiência. Disponível em <http://www1.direitoshumanos.gov.br/clientes/sedh/sedh/pessoas-com-deficiencia-1/informativos/noticias/coordenadoria-nacional-para-integracao-da-pessoa-portadora-de-deficiencia-corde-e-elevada-ao-status-de-subsecretaria-nacional-de-promocao-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acessado em 21 jan. 2012

Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CEB) Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0299.pdf>>. Acessado em 12 dez.2011

Constituição federal de 1988. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm>. Acessado em 18 dez. 2011

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil.** Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos,** 2003.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em:<<http://www.larhbhi.ufsc.br/arquivos/Declara..o.dos.Direitos.Humanos1948.ONU>>. Acessado em: 12 abr. 2011.

Decreto Federal nº 60.501, de 14 de março de 1967. Aprova nova redação do Regulamento Geral da Previdência Social (Decreto nº 48.599-A de 19 de setembro de 1960), e dá outras providências. Disponível em<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1967/60501.htm>>. Acessado em 12 dez.2011

Definições sobre Museus. Disponível em http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,220,detalhe.aspx> Acessado em 25 jan.12

Estatuto do idoso. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acessado em 12/12/11

Encontro Regional de Acessibilidade em Museus - Fórum Permanente. Disponível em: http://www.forumpermanente.org/portal/.event_pres/encontros/encontro-regional-de-acessibilidade-em-museus>. Acessado em: 17 jan. 2012

FONSECA, Maria Odília Kahl. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais.** Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Comunicação.

GABRILLI, Mara. **Manual de Convivência - Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida** - 2 a. Edição, ampliada e revista. Patrocínio: Company S.A.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver.** Disponível em < <http://www.cvi-maringa.org.br/sobre.php>> Acessado em 16 jan. 2012

GUGEL, Maria aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho.** Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

_____. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php> Acessado em 16 jan. 2011.

História da escrita. Disponível em <<http://elisakerr.wordpress.com/a-arte-de-encadernar/historia-da-escrita>>. Acessado em 13 dez.11

IN CHUECA GOITIA, Fernando. **Breve História Del Urbanismo.** Madrid: Alianza Editorial, 1970.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apresenta notícias referentes à população brasileira e informações sobre o Censo 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br >. Acessado em: 02 jan. 2012.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003. Dispõem sobre acessibilidade aos bens culturais em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Disponível em: < <http://www.crea-rs.org.br/crea/downloads/acessibilidade/IN01.pdf> >. Acessado em: 16 jan. 2012.

JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação.** Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de janeiro 13-15 de julho de 1999. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br acessado em 30 out.2011

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. **Arquivos Públicos do Brasil: Da realidade à virtualidade.** Disponível em <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf>. Acessado em 02 dez.2011

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; MARTINEZ, Priscila Amorim. **Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do estado de santa Catarina – Brasil.** Disponível em <

http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf>. Acessado em 02 dez.2011

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975.

_____: **Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência**. 1993.

_____: **Exclusão social de pessoas com deficiência**. 2002. (apostila)

_____: **Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência**. 2003. Disponível em <<http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>> Acessado em 14 fev. 2012

ORNSTEIN, Sheila Walbe; ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de; LOPES, Maria Elisabete. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil** – São Paulo: Annablume, 2010.

Pessoas com deficiência. Disponível em <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/200907pessoascomdeficiencia1.php>>. Acessado em 25 nov.11.

Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação. Edição julho/agosto de 2004. Disponível em <<http://bauru.apaebrasil.org.br>> Acessado em 05 dez.2011

RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS ARCHIVES AND LIBRARIES. **Acessibilidade – Série Museologia nº 8**. Tradução: Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: EDUSP\ VITAE, 2005.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora**. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=11>>. Acessado em 26 jan.2011

SANTOS, Sonia Maria Almeida. **Acessibilidade em Museus**. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2009.

SARRAF, Viviane Panelli. **A inclusão dos deficientes visuais nos museus**. Artigo publicado na 2ª Edição da Revista MUSAS do IPHAN- MINC, 2006. Disponível em:<

www.rinam.com.br/.../REFERENCIAS_Ainclusaodosdeficientesvisuaisnomuseus.doc >. Acessado em: 15. Jan. 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. "**Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão**", em Revista Nacional de Reabilitação, 30/09/10. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=12916>>. Acessado em 10 jan. 2012.

_____: **O censo de pessoas com deficiência na era da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano VI, n. 31, mar./abr. 2003.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOUSA, Fábio Kobayashi de; MUSTAFÁ, Fernando Costa. **Acessibilidade em Museus e Bibliotecas**. Trabalho de graduação do curso de Biblioteconomia. São Paulo, 2088. (apostila)

SUANO, Marlene, **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

APÊNDICES

MODELO DO QUESTIONÁRIO

1. Nome: _____ 2. Idade: _____

3. Profissão: _____ 4. Endereço: _____

5. Escolaridade: () ensino fundamental completo () nível médio completo
() nível superior completo () outro: _____

6. Você conhece o Arquivo Público Municipal de São Félix e fez uso desta instituição?
() sim () não

7. Em que situação?

() Visitas da escola () Pesquisas () Outros _____

8. Em sua opinião qualquer pessoa poderia utilizar este espaço? Mesmo as portadoras de deficiência ou com alguma mobilidade reduzida, que exigem o uso de cadeiras de roda, muletas, bengalas, ou algum problema de locomoção, etc.?

() sim () não

Por quê? _____

9. Você já precisou da ajuda de alguém para ter acesso a este espaço ou conhece alguém portador de deficiência que passou por isso?

10. a) O prédio está bem localizado? () sim () Não

b) Você, alguma vez deixou de utilizar este equipamento por causa da rua em declive?

() sim () não

Por quê? _____

11. O que pode ser feito para que todas as pessoas, inclusive as portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida possam desfrutar deste espaço?

